

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIEDADE E CULTURA NA  
AMAZÔNIA**

**GILVANDRO OLIVEIRA DA SILVA**

**PATRIMÔNIOS HISTÓRICOS NA AMAZÔNIA:  
HISTÓRIA, MEMÓRIA, TURISMO E PRESERVAÇÃO.**

**MANAUS**

**2018**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIEDADE E CULTURA NA  
AMAZÔNIA**

**GILVANDRO OLIVEIRA DA SILVA**

**PATRIMÔNIOS HISTÓRICOS NA AMAZÔNIA:  
HISTÓRIA, MEMÓRIA, TURISMO E PRESERVAÇÃO.**

Dissertação apresentado a Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e ao Programa de Pós-graduação Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA, como parte dos requisitos para obtenção do título de mestre Sociedade Cultura na Amazônia.

**Orientador: Prof. Dr. Gláucio Campos Gomes de Matos.**

**MANAUS  
2018**

## Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

S586p Silva, Gilvandro Oliveira da  
Patrimônios Históricos na Amazônia : História, Memória, Turismo e Preservação. / Gilvandro Oliveira da Silva. 2018  
110 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: Gláucio Campos Gomes de Matos  
Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) -  
Universidade Federal do Amazonas.

1. Museu das Comunicações Marechal Rondon. 2. Patrimônios Históricos na Amazônia. 3. Mercado Municipal Adolpho Lisboa. 4. Patrimônio Histórico e Memória. 5. Patrimônio Histórico e Turismo. I. Matos, Gláucio Campos Gomes de II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

**GILVANDRO OLIVEIRA DA SILVA**

**PATRIMÔNIOS HISTÓRICOS NA AMAZÔNIA:  
HISTÓRIA, MEMÓRIA, TURISMO E PRESERVAÇÃO.**

Dissertação apresentado a Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e ao Programa de Pós-graduação Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA, como parte dos requisitos para obtenção do título de mestre Sociedade Cultura na Amazônia.

Aprovado em 09 março de 2018.

Banca Examinadora:

**Prof. Dr. Gláucio Campos Gomes de Matos (Presidente)**

**Universidade Federal do Amaonas**

**Prof. Dr. Evandro Moraes Ramos (Membro)**

**Universidade Federal do Amaonas**

**Prof. Dr. Odenei de Souza Ribeiro (Membro)**

**Universidade Federal do Amaonas**

## DEDICATÓRIA

A minha esposa Sirlei, por ter permanecido ao meu lado, me incentivando a percorrer este caminho, por compartilhar angústias e dúvidas estendendo sua mão amiga em todos os momentos. A meus filhos Vithor e Mariana incentivadores e presentes do criador.

## **AGRADECIMENTOS**

Manifesto a minha gratidão ao Prof. Dr. Gláucio Campos Gomes de Matos, orientador desta dissertação, pela sua sabedoria desde o nosso primeiro encontro, pelas sugestões e conselhos, mas, sobretudo por acreditar no meu trabalho, deu-me a liberdade necessária dividindo comigo as expectativas, conduziu-me a maiores reflexões e pelo estímulo e ajuda na concretização deste projeto. Minha especial admiração e gratidão.

Aos colegas de Mestrado que compartilharam comigo esses momentos de aprendizado.

A todos os participantes desse projeto em especial as servidoras do museu das comunicações Marechal Rondon e os permissionários do mercado municipal Adolpho Lisboa.

Agradeço a todos os professores que lecionaram a parte curricular deste mestrado, cujos ensinamentos me permitiram conduzir este trabalho, proporcionando-me experiências pedagógicas muito significativas aos demais professores pelo apoio e incentivo em especial ao Prof. Dr. Odenei de Souza Ribeiro pelas sugestões para este projeto.

Ao programa de pós-graduação Sociedade e Cultura na Amazônia, aqui representado pelo secretário geral Jhonny Fernandes, pelos momentos partilhados, sem esmorecimento e ajuda que foram importantes e que fizeram parte desse caminhar. Ao pessoal da Secretaria Acadêmica, pela eficiência, dedicação e simpatia.

A minha mãe Irene, meu infinito agradecimento. Sempre acreditou em minha capacidade.

Ninguém vence sozinho... OBRIGADO A TODOS!

## Resumo

Este trabalho traz uma abordagem sobre os Patrimônios Históricos na Amazônia em dois estudos de casos (Museu das comunicações – Ji-Paraná - RO e mercado municipal Adolpho Lisboa – Manaus – AM). Através de uma pesquisa bibliográfica, documental e por observações de campo com entrevistas semiestruturadas. Com o objetivo inicial de apresentar: o que é patrimônio, e o que vem a ser Patrimônio Histórico, sua origem na história internacional e no Brasil imbricada com o IPHAN e o que é tombamento, tais informações permite compreender os patrimônios que são objetos desse estudo. Para entender a importância do museu das comunicações, foi abordado o contexto histórico e social da comissão Rondon e seu principal personagem Rondon, indissociáveis da história do Museu, da cidade e do estado de Rondônia. No mercado municipal Adolpho Lisboa a abordagem busca contextualizar no curso do processo civilizador a higienização e 1º ciclo da borracha em Manaus e a administração de Adolpho Lisboa; contextualizar em outro tempo, o espaço público, de trabalho, lazer e turismo. Os patrimônios históricos são extremamente importantes na formação da identidade cultural de um povo. Mais que monumentos os patrimônios são símbolos que representam e destacam processos sociais, a construção das identidades e memória coletiva. Ao analisar na pesquisa o conhecimento da comunidade sobre o patrimônio viu-se como a educação patrimonial ainda precisa avançar e a importância do turismo na manutenção e preservação dos patrimônios. Ao trazer uma abordagem histórica e contextualizada dentro dos seus tempos históricos a pesquisa busca correlacionar fatos históricos e os patrimônios apresentando sua importância sociohistórica, sociocultural e socioeconômica numa visão sistêmica, numa imbricação da história e a sociedade.

**Palavras-chave:** Museu das comunicações Marechal Rondon. Patrimônios Históricos na Amazônia. Mercado Municipal Adolpho Lisboa.

## **Abstract**

This work brings an approach on the Historical Heritage in Amazonia in two case studies (Communications Museum - Ji-Paraná - RO and Adolpho Lisboa municipal market - Manaus - AM). Through bibliographic, documentary and field observations with semi-structured interviews. With the initial aim of presenting: what is heritage, and what becomes Historical Heritage its origin in international history and in Brazil imbricated with the IPHAN and what is tipping, this information allows to understand the patrimonies that are object of this study. To understand the importance of the museum of communications, the historical and social context of the Rondon commission and its main character Rondon, indissociable from the history of the Museum, the city and the state of Rondônia, were discussed. The municipal market Adolpho Lisboa the approach seeks to contextualize in the course of the civilizing process the hygiene and 1st cycle of rubber in Manaus and the administration of Adolpho Lisboa; contextualize in another time, the public space, work, leisure and tourism. Historical heritages are extremely important in shaping the identity of a people. But what monuments heritage are symbols that represent and highlight social processes, the construction of identities and collective memory. When analyzing in the research the knowledge of the community about the patrimony saw how the patrimonial education still needs to advance and the importance of the tourism in the maintenance and preservation of the patrimony. By bringing a historical and contextualized approach within its historical times, the research seeks to correlate historical facts and heritage presenting its sociohistorical, socio-cultural and socioeconomic importance in a systemic view, in an entanglement of history and society.

**Keywords:** Museum of communications Marechal Rondon. Historical Heritage in the Amazon. Adolpho Lisboa Municipal Market.



## Lista de figuras

**Figura 1:** Casa de Rondon abandonada em Vilhena - RO.

**Figura 2:** Foto museu das comunicações (placa da restauração, 1985).

**Figura 3:** Foto museu das comunicações (vista lateral).

**Figura 4:** Convite semana de museus.

**Figura 5:** Foto museu das comunicações (entrada).

**Figura 6:** Vista do mercado municipal Adolpho Lisboa frente para o rio Negro.

**Figura 7:** Vista lateral do mercado Adolpho Lisboa na rua dos Bares.

**Figura 8:** Placa de inauguração do restauro de 1978.

**Figura 8:** Foto museu das comunicações (parede tijolo de adobe).

**Figura 9:** Foto museu das comunicações (aparelho de telégrafo original da época).

**Figura 10:** Foto museu das comunicações (aparelho de telex).

**Figura 11:** Foto museu das comunicações (entrada).

**Figura 12:** Vista frente do mercado municipal Adolpho Lisboa na rua dos Bares com destaque para a fachada (Administração Adolpho Lisboa e o relógio).

**Figura 13:** Vista lateral do mercado municipal Adolpho Lisboa, rio Negro ao fundo e o trânsito de pessoas.

**Figura 14:** Mercado municipal Adolpho Lisboa, (cores, aromas, compras, turismo, variedades e cultura regional).

**Figura 15:** Ervas e raízes a venda no mercadão. Fonte: Manauscult, 2017.

**Figura 16:** Foto museu das comunicações (vista a partir da praça).

**Figura 17:** Jornal “a crítica” 18 junho de 2017.

## Lista de abreviações

<b>ANTT</b>	-	Arquivo nacional da torre do tombo.
<b>BID</b>	-	Banco interamericano de desenvolvimento.
<b>BERON</b>	-	Banco do estado de Rondônia.
<b>CD</b>	-	Compact disc.
<b>CIAM</b>	-	Congresso internacional de arquitetura moderna.
<b>CLTEMTA</b>	-	Comissão de linhas telegráficas estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas.
<b>DGLAB</b>	-	Direção-Geral do livro, arquivos e bibliotecas.
<b>DPHAN</b>	-	Departamento do patrimônio histórico e artístico nacional.
<b>GTT</b>	-	Grupo técnico temático.
<b>IBPC</b>	-	Instituto brasileiro do patrimônio cultural.
<b>IBRAM</b>	-	Instituto brasileiro de museus.
<b>ICOMOS</b>	-	Conselho internacional de monumentos e sítios.
<b>INCRA</b>	-	Instituto nacional de colonização e reforma agrária.
<b>IPHAN</b>	-	Instituto do patrimônio histórico artístico e nacional.
<b>MTUR.</b>	-	Ministério do turismo.
<b>OEA</b>	-	Organização dos estados americanos.
<b>PAC</b>	-	Programa de aceleração do crescimento.
<b>PCH</b>	-	Programa das cidades históricas.
<b>PDCA</b>	-	Plan - Do - Check – Act.
<b>PNM</b>	-	Política nacional de museus.
<b>SECET</b>	-	Secretaria de estado da cultura, esportes e turismo.
<b>SPHAN</b>	-	Secretaria do patrimônio histórico e artístico nacional.
<b>SUFRAMA</b>	-	Superintendência da zona franca de Manaus.
<b>TCC</b>	-	Trabalho de conclusão de curso.
<b>UNDP</b>	-	Programa das nações unidas para o desenvolvimento.
<b>UFAM</b>	-	Universidade federal do Amazonas.
<b>UNESCO</b>	-	Organização das nações unidas para a educação, a ciência e a cultura.
<b>UNIDROIT</b>	-	Instituto internacional para a unificação do direito privado.
<b>UFMG</b>	-	Universidade federal de Minas Gerais.

- UFRJ** - Universidade federal do Rio de Janeiro.
- UNESP** - Universidade do estado de São Paulo.
- USP** - Universidade de São Paulo.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>1 SESSÃO.....</b>	<b>19</b>
1.1 Patrimônio.....	19
1.2 A história do Patrimônio Histórico.....	21
1.3 História do Patrimônio Histórico no Brasil e o IPHAN.....	28
1.4 Tombamento.....	36
1.5 Marechal Rondon e a comissão Rondon.....	38
1.6 Ji-Paraná – Rondônia.....	47
1.7 Museu das comunicações.....	49
1.8 Mercado municipal Adolpho Lisboa.....	55
<b>2 SESSÃO.....</b>	<b>63</b>
2.1 Patrimônio, preservação e memória.....	63
2.2 Memória coletiva e os patrimônios.....	64
2.3 Museu e memória.....	71
2.4 Patrimônio e memória.....	78
<b>3 SESSÃO.....</b>	<b>85</b>
3.1 Patrimônio e turismo.....	85

3.2 Turismo nos Patrimônios Históricos (estudo de casos).....	92
3.3 Turismo e lazer (configurações).....	99
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>103</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>106</b>

## Introdução

É certo que a vida é breve e o ser humano passa pela vida e a maioria dos seres humanos será esquecida após a terceira geração. Façamos um teste, você lembra o nome dos seus oito bisavós. As memórias se vão, essa vida se vai, logo em algumas gerações o passado se passa como uma nuvem, não se pode pegar e cada vez que olhamos pode estar diferente, porém aqueles que transformam suas vidas em símbolos sociais e/ou culturais possivelmente serão imortais em suas obras e feitos. Exemplo: (Camões, Mozart, Fernando Pessoa, Beethoven e, entre eles está Rondon).

A preservação do passado enquanto tempo não é possível, o tempo presente se vai, já é passado. Mas como ter acesso ao passado sem viajar no tempo? A melhor forma é através dos objetos, documentos, artefatos, livros, edificações e outros símbolos socialmente constituídos. Colecionadores ao acumularem objetos do passado de várias épocas podem, de alguma forma, interagir com o passado. Os museus são uma forma de interação entre o presente e o passado, podemos ver e tocar objetos, fotografias, instrumentos que remetem ao passado ou vieram do passado. Dessa forma, os museus são um espaço simbólico para o qual convergem os tempos nas peças e objetos simbolicamente concebidos, nas quais olhamos, estudamos e entendemos as gerações e civilizações que deram rumo à sociedade humana.

Todos nós temos um passado, na nossa casa, em nossos objetos antigos ativam a nossa memória, os nossos sentimentos individuais. Todos nós temos também os museus e os patrimônios ou monumentos históricos que nos remetem ao passado, há tempos que não vivemos, mas estudamos, aprendemos, conhecemos, nos foi ensinado, é a história da família, da comunidade, da sociedade, da cidade, do estado, do país, aí cria-se a, memória coletiva onde criamos algumas representações sobre o passado e com nosso olhar do presente nos identificamos na história, interpretamos o patrimônio histórico, independente de nos sentirmos excluídos ou incluídos na história do patrimônio, ganhamos um passado e junto vem o sentido de coletividade, de sociedade, fazemos parte da história.

Logo o passado distante fica perto quando estamos em um patrimônio histórico ou em um museu. O patrimônio histórico traz nas suas entranhas a cultura

da época da sua construção, edificação e logo reflete mais que o objeto físico que tocamos, entramos e visitamos, o patrimônio histórico é também cultural. Mas surge aí um problema, por mais que esteja presente no monumento suas referências culturais da época, a cultura no seu complexo é intangível, visto que essa cultura estava nos indivíduos, e logo, na sociedade da época. O que então conseguimos é entender o desenvolvimento da sociedade ao longo do tempo e quando o que é cultural é afetado pelo processo civilizador ocidental.

Portanto, exatamente a cultura da época nós não vivemos, não sentimos e o que fazemos, nós interpretamos aqueles sinais culturais, com a nossa cultura do presente e com um olhar do presente, do nosso tempo, interpretamos o passado e damos sentido e compreensão do passado no presente, neste momento criamos a nossa memória do patrimônio. Há um, porém nossa memória como também fica constantemente no passado vai sofrer interferência do presente, assim a nossa visão, interpretação e sentimento sobre o passado pode mudar no decorrer da nossa vida visto que olhamos o passado, o patrimônio histórico cultural e nossa memória com o olhar do presente e sofremos mudanças no nosso presente a cada minuto, o acúmulo de experiência diária, de aprendizagem e convivência nos modifica diariamente e nem percebemos e quando nos damos conta muitas vezes passaram anos e não precisamos de um espelho para percebemos que mudamos, bastam olhar para o passado, objetos, pessoas, acontecimentos que nossa memória que é formada junto com nossos sentimentos, traz novidades e até outro olhar do passado para o presente.

Como a história é recontada a cada geração, visto que cada uma olha para o passado e o interpreta com seus olhares do tempo presente que vive, a história pode ser redescoberta ou pode sofrer com problemas de interpretação, chamo aqui de anacronismo de sentimento, quando olhamos o passado e julgamos com o nosso conhecimento do presente, fatos, pessoas e acontecimentos que não tinham essas informações. Isto nos remete a Norbert Elias ao escrever o processo civilizador (1934), indagando: se uma sociedade de hoje pudesse se vê há cem anos, poderia se assustar com determinados comportamentos.

Dessa forma o patrimônio histórico cultural deve ser visto como monumento que reflete o seu tempo histórico, os conhecimentos acumulados até aquele momento no curso do desenvolvimento da sociedade ou no curso de um processo civilizador ocidental. Logo a memória coletiva e social da época também reflete o

momento histórico. Embora o patrimônio seja reflexo do seu tempo, a memória coletiva, a memória social que temos sobre o patrimônio é do nosso tempo, que nos induz a considerar o processo social, aprendemos sobre os feitos, os acontecimentos do passado, porque nossa memória é construída e reconstruída a todo tempo no presente.

Porém marcada pelo longo processo de desenvolvimento da sociedade, que não menos é um processo de aprendizagem independentemente de ser bom ou mal.

Os ambientes construídos guardam em sua forma e materialidade tanto a memória dos significados atribuídos por indivíduos ou grupos sociais situados em certo tempo e lugar do passado, como as representações e valores incorporados no decorrer do tempo, interpretados à luz do presente. (MENESES, 2006, p. 36).

Dessa forma, preservar uma edificação, o patrimônio material edificado que é o abordado nessa pesquisa, tem a ver com critérios históricos, sociais e artísticos, sua importância social, coletiva em um momento histórico ou ao longo da história. Tem seu significado com suas características arquitetônicas e artísticas, como estética de uma época, os acontecimentos da época da sua construção ou sua utilização para a qual foi construída, uma pessoa ou comunidade que no curso da história transformam aquela edificação em símbolo ou representação de um momento, de um acontecimento. Porém é de essencial importância, nos faz compreender os processos sociais ocorrendo ao longo da história.

E é exatamente quanto o patrimônio ganha de alguma forma uma representação ou valor simbólico que ele eleva sua função social como patrimônio histórico cultural visto que ele representa, identifica mais que fatos ou um momento da história e a partir desse momento ele passa a ser parte da história até o presente, porém, e de essencial importância, nos faz compreender os processos sociais ocorrendo ao longo da história. Por isso é um patrimônio histórico cultural que permanece até os nossos dias, não nos fazem lembrar o que não vivemos, mas para nos ensinar o que ele viveu até aqui através da sua história.

E pessoas sem relação afetiva, histórica e conhecimento do patrimônio podem também querer conhecê-lo, aprender com a sua história, esses são na maioria dos casos os turistas que ao visitar, conhecer um patrimônio histórico cultural aprendem com ele e conhecem sua história e a partir desse instante passam a fazer parte do patrimônio enquanto memória formada na visita e conhecimento sobre o patrimônio e esse novo conhecimento se somará a outros na dinâmica diária



de mudança e construção e reconstrução da memória, ou seja, a figuração é ampliada. As relações de interdependências funcionais fazem, através do conhecimento, o patrimônio material ter sua importância sócio histórica não apenas no local, no espaço o qual está circunscrito. Ele navega pelo mundo, agora, em forma simbólica edificado na memória, de quem o visita.

Quando o patrimônio histórico é na Amazônia o viés do desconhecido, da ligação com a natureza, à fauna e flora, aos rios e a floresta, os biomas e ecossistemas é o que primeiro aparece na expectativa idealizada. Mas temos que acrescentar a essa visão estrábica, as sociedades, os povos da floresta, os povos indígenas, os amazonidas. E as edificações são reflexos da presença de pessoas, de sociedades e cultura na região, fazendo e vivendo a história e são as pessoas que fizeram o patrimônio e suas representações, seus símbolos refletem momentos socioculturais e socioeconômicos de uma sociedade, região, cidade, estado e país.

Nos estudos de casos aqui pesquisados os patrimônios históricos são representações efetivas do seu tempo e do contexto histórico vivido no seu tempo não nos cabe aplicar juízo de valor do nosso tempo para interpreta-los, mas minimamente entender o momento histórico, dos fatos e aprendemos com o patrimônio, algumas lições. Ele nos sugere ter prudência em não mais revivermos em nossa sociedade ou não perdemos de vistas as conquistas.

Não existe a intenção de desconstrução do patrimônio o que buscamos são as conexões dos fatos históricos, com interpretações ao contexto histórico. Como bem escreve Norbert Elias sem darmos atenção aos acontecimentos do passado, não compreendemos o que nos trouxe até aqui.

Fiz uma viagem para a cidade de Vilhena, no sul do estado de Rondônia, dentro das programações a fazer na cidade estava visitar a casa de Rondon, onde foi um posto de telégrafo no período da comissão Rondon, no começo do século XX. Preparei-me para a visita e junto com a esposa fomos até o endereço. Quando chegamos ao local minha surpresa ao ver e constatar que o patrimônio Histórico encontrava-se abandonado, as paredes caindo, fechada à visitação e o ar sinistro de uma casa mal assombrada, rodeada pela vegetação secundária.



Figura: 1 Casa de Rondon abandonada em Vilhena - RO. Fonte: Ana Campana, 2015.

Fiquei muito triste e revoltado com o descaso e descuido com o patrimônio histórico em Vilhena. Depois, já mais calmo, lembrei que em Ji-Paraná, no centro do estado de Rondônia, tem um patrimônio Histórico ligado ao mesmo fato histórico e muito bem cuidado e preservado. Logo me veio a questão: por que um abandonado e outro não? Ao mesmo tempo lembrei-me do mercado municipal Adolpho Lisboa em Manaus no Amazonas, que já havia visitado algumas vezes. Bem preservado, restaurado e com muitos turistas. Embora o entorno do mercado municipal precise de cuidados, o mercado em si é uma atração turística. Observei que em Ji-Paraná o patrimônio Histórico também é uma das principais atrações turísticas da cidade. Diante dos fatos, levantei a questão: O patrimônio histórico cultural preservado é somente aqueles que atendem ao turismo? Dessa indignação, observação e reflexão-surgiu o projeto.

Afinal o patrimônio é visto como patrimônio histórico cultural ou apenas como atrativo turístico. Como as pessoas envolvidas com esses patrimônios sabem da sua história? Logo me veio a formulação do projeto: levantar a história dos patrimônios e conhecer o que as pessoas envolvidas sabem do patrimônio e importância do turismo na preservação do mesmo.

A problematização da pesquisa surgiu nesse momento: Pesquisar o que foi e o que está sendo feito com o patrimônio histórico da Amazônia. Como esses patrimônios geram turismo e melhorias para as comunidades onde estão inseridos e quais as ligações culturais e de memória dessas comunidades com esses patrimônios? Dessa forma o objetivo geral ficou sendo: Pesquisar o patrimônio e quais são o conhecimento e ligação da comunidade envolvida sobre a história, memória e turismo com os patrimônios históricos em dois estudos de casos, um em Manaus – AM e outro em Ji-Paraná – RO. Os objetivos específicos: descrever qual a importância desses patrimônios, sua história e suas ligações históricas, sociais e culturais; identificar qual a relação da comunidade envolvida sobre o patrimônio histórico e como este é percebido por elas. (memória coletiva); verificar se o turismo histórico contribui para a preservação do patrimônio e contribui socialmente gerando renda para a comunidade.

A metodologia usada na pesquisa foi bibliográfica, documental e de campo nos estudos de casos.

Minayo (1993, p.23), vendo por um prisma mais filosófico, considera a pesquisa como “atividade básica das ciências na sua indagação e descoberta da realidade. É uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente. É uma atividade de aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados”. Demo (1996, p.34) insere a pesquisa como atividade cotidiana considerando-a como uma atitude, um “questionamento sistemático crítico e criativo, mais a intervenção competente na realidade, ou o diálogo crítico permanente com a realidade em sentido teórico e prático”.

Pesquisa bibliográfica foi em livros físicos, livros digitais, revistas, jornais, periódicos, artigos, dissertação e teses.

Pesquisa documental foi dos relatórios da comissão Rondon, material fornecido pelas prefeituras municipais e materiais do IPHAN.

Pesquisa de campo se deu com a observação dos patrimônios, fotos e entrevistas semiestruturadas em forma de conversa, sem a necessidade de informações pessoais do entrevistado com o objetivo de conhecer seu conhecimento, entendimento sobre o patrimônio histórico, identidade e turismo nos patrimônios pesquisados. As entrevistas foram feitas com as pessoas envolvidas nos estudos de casos de forma aleatório e individual num total de 30 entrevistas.

Pesquisa Qualitativa: considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em

números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem. (LAKATOS; MARCONI, 1993).

Foi utilizado também o Método histórico dentro da pesquisa qualitativa dos estudos de casos e não houve uso de instrumentos eletrônicos para coleta de dados.

No método histórico, o foco está na investigação de acontecimentos ou instituições do passado, para verificar sua influência na sociedade de hoje; considera que é fundamental estudar suas raízes visando à compreensão de sua natureza e função, pois, conforme Lakatos e Marconi (2007, p. 107), “as instituições alcançaram sua forma atual através de alterações de suas partes componentes, ao longo do tempo, influenciadas pelo contexto cultural particular de cada época.” Seu estudo, visando a uma melhor compreensão do papel que atualmente desempenham na sociedade, deve remontar aos períodos de sua formação e de suas modificações. Esse método é típico dos estudos qualitativos.

A pesquisa se divide em três seções.

a) A primeira objetiva tratar da história dos patrimônios históricos no ocidente e no Brasil e a história dos patrimônios dos estudos de casos nos seus contextos. Como a história é uma teia que lança fios em todas as direções, a história do patrimônio é algo interligado entre o desenvolvimento da visão do patrimônio na Europa e depois nos demais tratados, cartas e convenções internacionais e o desenvolvimento da ideia de patrimônio Histórico no Brasil que por sua vez está ligado à criação do IPHAN. Sem esse desenvolvimento e o IPHAN não teríamos como patrimônios Históricos tombados, o mercado municipal Adolpho Lisboa e o museu das comunicações Marechal Candido Mariano da Silva Rondon.

No caso do museu das comunicações a teia da história ainda tem outros fios visto que para compreendermos o museu das comunicações é preciso entender a importância histórica da comissão Rondon, do marechal Rondon, da criação da cidade de Ji-Paraná, do território de Rondônia e do estado de Rondônia por haver imbricação entre eles.

No que se refere ao mercado municipal Adolpho Lisboa, temos que entender a Manaus do período áureo da borracha.

b) A segunda parte trata de Patrimônio, Preservação e Memória, Memória Coletiva e os Patrimônios. Com uma abordagem dos conceitos e linhas teóricas sobre o que é memória, os lugares de memória, a memória individual e coletiva. A importância dos museus e dos patrimônios para a história, memória e identidade. E a análise, exame feito sobre memória e patrimônios nos estudos de casos.

c) A terceira trata de Patrimônio e Turismo e suas múltiplas inter-relações econômicas, culturais e sociais, o turismo cultural nos patrimônios pesquisados e sua importância para a preservação do patrimônio, para a história e memória coletiva e sua contribuição para a comunidade envolvida e fechamos com Turismo e Lazer (configurações) na teoria de Norbert Elias.

O patrimônio é de fato e de direito um espaço de aprendizagem, de cultura e muito mais e não há dúvida de sua importância para os profissionais das ciências humanas, porém, há evidências, aqui identificada através dos prédios em ruínas, que o patrimônio material ainda não foi assimilado como de importância sócio histórico para a sociedade. Diante dos fatos, sustento, para resultados imediatos, objetivando longa vida do patrimônio material, em com a lei, ele deve ser autossustentável e para isso, precisa ser aberto à visitação, ao turista. A médio e longo prazo, numa perspectiva transdisciplinar, deve ser incrementado a educação patrimonial. Espera-se com isso, arraigar na sociedade um sentimento de pertencimento ao espaço, símbolo de desenvolvimento sociocultural de uma sociedade.

Como reflete um contexto histórico e uma geração entendemos que esta pesquisa servirá como estudo do momento presente para pesquisas futuras, pois os patrimônios são como um portal espelhado da nossa história. Nele, vemos o passado e reflete o presente que se torna passado a cada milésimo de segundo.

# 1. SESSÃO I

## 1.1 Patrimônio

Patrimônio são todos os bens materiais e imateriais, naturais ou construídos, que uma pessoa ou um povo possui ou consegue acumular. O patrimônio cultural é o conjunto de bens, de natureza material e/ou imaterial, que guarda em si referência à identidade, a ação e a memória dos diferentes grupos sociais. O patrimônio cultural pode ser tangível e intangível. Tangível: é aquele constituído por bens materiais. Divide-se: Bens imóveis: monumentos, edifícios, sítios arqueológicos, elementos naturais que tenham significado cultural; - Bens móveis: mobiliários, utensílios, obras de arte, documentos, vestuários, etc.. Segundo o IPHAN “O patrimônio edificado são edificações isoladas ou conjunto de edificações que poderão ter tipologias distintas e não necessariamente antigas, mas que possuam peculiaridades culturais. Ex.: a arquitetura rural, as fábricas, as cidades, os monumentos, etc. A preservação é a manutenção de um bem no estado físico em que se encontra e a desaceleração de sua degradação, visando prolongar e salvaguardar o patrimônio cultural”.

O patrimônio pode-se herdar pela pertença a uma família ou a uma nação. Neste caso, é possível falar-se de um patrimônio cultural ou simbólico.

O patrimônio histórico cultural é o conjunto de bens, de natureza material e/ou imaterial, que guarda em si referência à identidade, a ação e a memória dos diferentes grupos sociais.

Patrimônio histórico cultural é um bem material, imaterial, natural ou imóvel que possui significado e importância histórica, cultural, religiosa, documental, artística ou estética para a sociedade.

Françoise Choay conceituou a expressão “patrimônio histórico”:

“A expressão designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas-artes e das artes aplicadas, trabalhos produtos de todos os saberes e savoir-faire dos seres humanos. (...) Ela [a expressão] remete a uma instituição e a uma mentalidade” (Choay, 2006, p.11).

Estes patrimônios foram construídos ou produzidos pelas sociedades passadas e representam uma importante fonte de pesquisa e preservação da memória e cultura.

Para o Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional - IPHAN, os Bens culturais materiais, estes se dividem em móveis: produção pictórica, escultórica, mobiliário, objetos, etc..., e imóveis: edificações e sua ambiência, conjuntos urbanos, sítios arqueológicos, jardins e parques e paisagem cultural. Os bens culturais materiais são mais comumente trabalhados e identificados, tanto na educação formal como não formal.

O patrimônio edificado é considerado como patrimônio cultural material que segundo o conceito do IPHAN engloba os conjuntos arquitetônicos:

O patrimônio material é formado por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. Eles estão divididos em bens imóveis – núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais – e móveis – coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos. Entre os bens materiais brasileiros estão os conjuntos arquitetônicos de cidades como Ouro Preto (MG), Paraty (RJ), Olinda (PE) e São Luís (MA) ou paisagísticos, como Lençóis (BA), Serra do Curral (Belo Horizonte), Grutas do Lago Azul e de Nossa Senhora Aparecida (Bonito, MS) e o Corcovado (Rio de Janeiro) (Fonte: IPHAN, acesso, 2016).

O patrimônio tem importância cada vez maior para as sociedades. Em tais circunstâncias, as evidências de sociedades do passado podem oferecer uma sensação de pertencimento e segurança para as sociedades modernas, sendo uma âncora em um mundo que se transforma rapidamente. Além disso, em muitas sociedades, o patrimônio pode ser um importante definidor de identidade. Compreender o passado pode também ajudar a gerir os problemas do presente e do futuro.

Torna-se ainda mais necessário fazer julgamentos sobre o que tem significado e o que não tem.

A expansão do conceito de patrimônio significou, por sua vez, uma enorme expansão na gama das estruturas e locais tratados como patrimônio. A Convenção do Patrimônio Mundial reconhece que podem ser considerado patrimônio “monumentos, grupos de edifícios e sítios”. Na prática, desenvolveu-se um amplo conjunto de tipologias que inclui centros urbanos, sítios arqueológicos, propriedades industriais, paisagens culturais e rotas de patrimônio. Com o expressivo aumento da gama de lugares e paisagens que devem ser geridos, passou-se a exigir dos gestores de patrimônio outras habilidades. Aumentaram muito também os tipos e o número de ameaças que podem ter efeito adverso sobre locais considerados patrimônio. Além das ameaças diretas ao tecido ou a seus componentes, o

patrimônio é afetado por acontecimentos adversos em seus arredores. Nessas circunstâncias, decisões tomadas com base em benefícios econômicos ou sociais mais amplos devem ser compatíveis com o bem-estar do patrimônio. (IPHAN, 2016 p. 15).

A definição de patrimônio foi ampliada de forma significativa no último meio século. Os bens considerados patrimônio tendiam a serem monumentos individuais e edifícios, como locais de culto ou fortificações, e muitas vezes eram vistos isoladamente, sem nenhuma relação com as paisagens que os rodeavam. Hoje, reconhece-se que o ambiente como um todo é afetado por sua interação com a humanidade e, por isso, pode ser reconhecido como patrimônio.

## **1.2 A História do Patrimônio Histórico**

De acordo com Funari e Pelegrini (2006, p. 13), “Alguns estudiosos enfatizavam que o patrimônio moderno deriva, de uma maneira ou de outra, do Antiquariado”.

Já o moderno conceito de patrimônio foi desenvolvido na França a partir da revolução de 1789. Contribuíram para isso a formação dos Estados Nacionais e o surgimento de uma cultura nacional que inclui suas bases materiais a seu patrimônio nacional. É nesse contexto que um conjunto de bens arquitetônicos e monumentais é consagrado como patrimônio nacional, cujos atributos o tornam prova da existência da nação e de suas origens em tempos imemoriais, configurando uma identidade própria, isto é, apropriadamente nacional.

Ainda segundo Funari e Pelegrini (2006, p. 17) Assim começa a surgir o conceito de patrimônio que temos hoje, não mais no âmbito privado ou religioso das tradições antigas e medievais, mas de todo um povo, com uma única língua, origem e território.

O período entre guerras que vai de 1914 a 1945 é o ápice da ênfase no patrimônio nacional, principalmente quando as duas Guerras Mundiais eclodem sob o impulso dos nacionalismos. Um exemplo extremo é dos italianos que usavam os vestígios dos romanos e se exaltavam como seus herdeiros, construindo uma identidade calcada nesse patrimônio. Por isso, o “[...] nacionalismo italiano usava símbolos materiais do poder romano, como o feixe, do qual deriva o próprio nome do movimento nacionalista, o fascismo” (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 21).



Embora, no mundo ocidental, a preservação do patrimônio, como ação estatal, tenha se consolidado em vários países da Europa durante o século XIX (CHOAY, 1992, p. 107-111), somente em torno de 1930 é que surgiram e foram difundidos os primeiros documentos que buscam regulamentar essa prática no plano internacional. Essas primeiras iniciativas buscaram, resolver os problemas que emergiram no século XIX com a restauração de grandes monumentos e com a preservação de importantes sítios arqueológicos. Seu foco é a preservação da originalidade e da autenticidade do patrimônio então protegido e os documentos mais importantes são a Carta de Atenas, elaborada em 1931 pelo Escritório Internacional dos Museus da Sociedade das Nações, e a homônima Carta de Atenas, do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (Ciam), de 1933. A primeira busca estabelecer princípios gerais para duas questões então vistas como cruciais: a prática da restauração, cuja qualidade é associada à condenação das reconstituições integrais de monumentos e sítios, e a defesa da prioridade do interesse coletivo sobre o interesse privado como fonte de legitimidade da ação preservacionista.

Outros parâmetros estabelecidos foram o incentivo ao uso de técnicas construtivas modernas na restauração de monumentos e a recomendação da anastilose como a intervenção ideal para a conservação de ruínas. Embora o principal objeto de preservação seja a arquitetura, as áreas urbanas estão incluídas como parte da vizinhança de monumentos (Carta de 1931) e como portadoras em si de valores (Carta de 1933). Dessa forma o entorno do patrimônio começa a ganhar importância pois o mesmo não pode ser visto como uma ilha isolada.

Na Carta do Ciam, a preservação integral de áreas urbanas é, contudo, considerada excepcional e subordinada a parâmetros sanitários e higiênicos, bem como às necessidades urbanas do presente. Assim, nos anos de 1930, “preservação” equivalia à conservação de uma arquitetura monumental para o futuro. Sua restauração já era vista com desconfiança e como uma prática associada ao emprego de “estilos passados” em intervenções novas. O próximo documento internacional a ser destacado como indicador do sentido da prática de preservação no plano internacional é a Convenção para a Proteção dos Bens Culturais em Caso de Conflito Armado, da Conferência Intergovernamental da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) realizada em 1954.

Essa convenção estabelece o princípio da universalidade do respeito ao patrimônio cultural, deslocando a tarefa de preservação do plano nacional para o internacional e, de certa forma, plantando a semente da futura noção de patrimônio mundial que se consolidou nos anos 1970. Os patrimônios mundiais são estabelecidos pela UNESCO, porém o país detentor do patrimônio que deve se quiser indicar ou submeter o patrimônio a UNESCO para adquirir esses status de patrimônio mundial da humanidade se atender aos critérios estabelecidos pra isso.

A Carta de Veneza, do Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, patrocinado pela UNESCO em 1964, veio em seguida e foi mantida por longo tempo como a principal referência dos documentos que trataram posteriormente das intervenções físicas no patrimônio. Apresenta uma noção de monumento histórico, inseparável de sua história e de seu lugar, que se estende ao sítio urbano ou rural e também “às obras modestas que tenham adquirido significação cultural”. Define a restauração como operação excepcional e interdisciplinar, que deve se basear em dados científicos e ostentar “a marca do nosso tempo”.

Esses princípios são estendidos, por analogia, ao contexto urbano, onde as contribuições de todas as épocas passam a ser valorizadas, deixando-se definitivamente de lado o ideal da unidade estilística. A conservação, por sua vez, é tratada em termos de manutenção permanente, utilização adequada e preservação da ambiência e, por fim, as técnicas construtivas modernas são autorizadas apenas quando as tradicionais se revelarem inadequadas. A Carta de Veneza, que já registra influências da teoria do restauro purovisibilista de Cesare Brandi (1988) e também dos defensores do “restauro científico”, consagrou a prática de preservação de áreas urbanas nos termos do monumento histórico.

Nos anos 1960, cabe ainda registrar, pelo menos, mais três documentos internacionais, sendo um deles as “Normas de Quito” de grande importância para a redefinição dos rumos e do sentido da preservação na América Latina. O 1.º que surgiu é a “Recomendação relativa à salvaguarda da beleza e do caráter dos sítios e paisagens”, da Conferência Geral da UNESCO de 1962, que afirma a importância da preservação de paisagens rurais e urbanas, mas apenas em termos do controle estético das intervenções nessas áreas.

O 2.º documento é conhecido como “Recomendações de Avignon” e resultou de encontro promovido pelo Conselho da Europa, em 1968, em torno da defesa e

valorização de sítios e conjuntos históricos e artísticos. Pode também ser considerado um marco, pois afirma internacionalmente o “plano de preservação e conservação”, integrado ao planejamento urbano e territorial, como o principal instrumento de preservação de áreas urbanas patrimonializadas, o que foi mantido e reafirmado em documentos posteriores.

As Recomendações de Avignon saem pela primeira vez do binômio restauração/conservação, destacando a importância da gestão, da concessão de empréstimos em condições especiais e dos subsídios financeiros para a preservação do patrimônio urbano. A esta altura é importante ressaltar que a ideia de preservação, presente nos documentos internacionais dos anos 1960, vincula-se firmemente à noção de patrimônio arquitetônico e urbano como recurso e insumo para o desenvolvimento econômico e estabelece como principal meta sua conservação autossustentada.

As Normas de Quito, da Reunião sobre Conservação e Utilização de Monumentos e Lugares de Interesse Histórico e Artístico, promovida pelo Departamento de Assuntos Culturais da Organização dos Estados Americanos (OEA) em 1967, são primordiais para o entendimento da prática instituída em torno dessas noções no Brasil. No documento de Quito, define-se o patrimônio arquitetônico e urbano como fator fundamental das políticas de desenvolvimento do turismo na América Latina, atividade, por sua vez, vista como a mais adequada para dar uso contemporâneo a essas estruturas e promover a sua conservação em bases sustentáveis. O problema da preservação foi, assim, transferido da esfera estética para a econômica, mas ressaltando-se as facilidades de acesso, as belezas naturais e outros apelos visuais como aspectos importantes da viabilidade da preservação e do próprio reconhecimento patrimonial.

Os princípios da restauração e da conservação firmados na Carta de Veneza são mantidos nesse documento, mas uma das suas “novidades” é a recomendação de que o conjunto urbano seja subdividido em zonas hierarquizadas com normas de maior ou menor rigor, conforme sua antiguidade, homogeneidade, autenticidade e presença de monumentos importantes.

Os anos 1960 foram marcados, no plano internacional, pelo clima de reconstrução da Europa após a Segunda Guerra, o que, sem dúvida, impôs avanços conceituais relacionados à ampliação na noção de patrimônio e à nova perspectiva econômica que fundamenta o conjunto de intervenções, ações e instrumentos que

promovem sua preservação. A Carta de Veneza e os demais documentos de maior importância divulgados no período mostram, contudo, que os sujeitos que elaboram essas novas visões são ainda os especialistas ligados aos campos da arquitetura e da história da arte e, secundariamente, no final do período, os economistas e planejadores urbanos, cuja redação leva a adotar um método científico para a preservação, sendo:

O monumento é inseparável do meio onde se encontra situado e, bem assim, da história da qual é testemunho. - A conservação e a restauração de monumentos são fundamentalmente atividades interdisciplinares. - Utilização de edifício de forma correta atribuindo-o função útil à sociedade. - A restauração não deve falsificar o documento de arte e história, e essa ação é uma operação que deve ter caráter excepcional. Ela visa conservar e revelar o valor estético e histórico do monumento. - As construções de todas as épocas em um mesmo monumento devem ser respeitadas. - A remoção total ou parcial de um monumento do sítio original para outro local não pode ser tolerada, salvo se a sua preservação assim o exigir. - Os trabalhos de conservação, de restauração e de escavações serão sempre acompanhados de uma documentação precisa sob a forma de relatórios analíticos e críticos ilustrados com desenhos e fotografias (LEMOS, 1981, p. 77).

As cartas afirmam também a importância do papel do Estado como ator fundamental da preservação e responsável por sua infraestrutura legal e institucional, numa abordagem que não ressalta ou confere papel relevante aos demais atores sociais. Os objetos da preservação, por excelência, são ainda a obra de arte, o testemunho arqueológico e a arquitetura. O sítio físico e a cidade surgem, no período, como molduras, entornos, paisagens ou pano de fundo para o monumento histórico.

A Carta de Veneza (1964) e a de Amsterdã (1975) imprimiram novos parâmetros de análise à questão do patrimônio, na medida em que propuseram a ampliação do conceito de movimento. Além disso, recomendou também a preservação de obras consideradas modestas que tinham adquirido significação cultural e a proteção de conjuntos, bairros ou aldeias que apresentassem interesse histórico e cultural (FUNARI; PELEGRINI, 2006).

A guinada mais significativa, sem dúvida, foi à colocação em destaque da função e da utilização do patrimônio como aspectos fundamentais da preservação, articulados ao turismo e ao lazer. Além da “Declaração de Amsterdã”, documento de 1975, que consagra o patrimônio urbano como o principal objeto de proteção na Europa, articula sua preservação à qualidade de vida e o define como aspecto essencial do equilíbrio emocional das populações.

O principal legado da Declaração de Amsterdã foi às políticas de conservação integrada, que trazem a noção de integração do patrimônio à vida social. Além do mais, conferiu ao poder público municipal a responsabilidade de elaborar programas de conservação. Criava-se, assim, uma identidade micro local, aumentando o envolvimento da população nos processos de preservação (FUNARI; PELEGRINI, 2006).

Nas décadas de 1970 e 1980, as cartas internacionais mais importantes buscaram normatizar a restauração e a conservação de conjuntos urbanos e lançar as bases de sua preservação como objetos patrimoniais específicos. Esses objetivos se encontram nas Recomendações de Budapeste, do Colóquio do Icomos sobre a Integração da Arquitetura Contemporânea nos Conjuntos Antigos, realizado em 1972; nas Cartas de Burra e de Washington, das Assembleias Gerais do Icomos, respectivamente, de 1980 e 1987, e, principalmente, na Carta de Nairóbi ou “Recomendação relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e seu papel na vida contemporânea”, adotada pela Conferência General da UNESCO, em 1976.

As Recomendações da reunião do Icomos em Budapeste, de 1972, e a Carta de Washington, de 1987, tratam da introdução da arquitetura contemporânea em conjuntos históricos, abordando, portanto, apenas aspectos parciais da preservação. Já a Carta de Burra, de 1980, redefine vários termos de aplicação corrente no campo, sendo “preservação” definida como “manutenção no estado da substância de um bem” e como “desaceleração do processo pelo qual ele se degrada”, ou seja, o termo é também reduzido a uma intervenção física no bem cultural, localizada entre a restauração e a conservação e limitada à estabilização da substância existente.

O documento internacional mais rico do período é Carta de Nairóbi (1976). É o primeiro documento internacional que afirma que a participação da população local é fundamental para a preservação, assim como a manutenção da sua composição social. No que diz respeito às intervenções físicas, contudo, o documento nada modifica, reiterando os princípios estabelecidos na Carta de Veneza. O documento de Nairóbi é produto da crítica à transformação de setores preservados em áreas turísticas e gentrificadas e um marco do reconhecimento da área urbana como um objeto de preservação em si.

As décadas de 1970 e 80 foram marcadas, então, pela consolidação de uma noção ampliada de patrimônio cultural, especialmente no que toca à sua articulação

com o meio ambiente, e pelo desenvolvimento de políticas de preservação específicas para cada tipologia patrimonial. O campo da preservação do patrimônio foi também marcado, especialmente na Europa, pela crítica às intervenções do urbanismo moderno e ao turismo como tábua de salvação do patrimônio. A participação social e o respeito aos usos e funções urbanas tradicionais surgiram, nesse contexto, como aspectos essenciais da prática de preservação, mas foram ainda os mesmos especialistas os que dominaram a produção discursiva.

Os objetos patrimoniais se tornaram mais variados, mas o patrimônio constituído foi ainda consequência dos valores por eles atribuídos. Na última década do século XX, cabe ressaltar o documento sobre autenticidade que resultou da Conferência realizada por UNESCO, Iccrom e Icomos, em 1994, na cidade de Nara, no Japão. O preâmbulo dessa carta explicita a intenção de “desafiar o pensamento tradicional a respeito da conservação” e de “ampliar nossos horizontes, no sentido de promover um maior respeito em relação à diversidade do patrimônio cultural na prática da conservação” (BRASIL, 2004, p. 319). O documento foi concebido para questionar a noção de autenticidade eurocêntrica e de parâmetros absolutos que está expressa na Convenção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural.

Afirma-se que a diversidade de patrimônios, tangíveis e intangíveis, existe em consonância com a diversidade de culturas e tradições existentes no mundo. Nesse documento, a expressão “conservação” tem um sentido muito próximo daquele dado à “preservação” hoje em dia, e sua principal contribuição é estabelecer nova ideia de autenticidade, não mais fundada em critérios fixos e externos, mas a partir do contexto que produziu o bem cultural.

A Carta de Nara é também um documento de especialistas, mas introduziu uma nova perspectiva para a preservação de patrimônios que considera a cultura específica e os sujeitos que os produzem. Politicamente, foi capitaneada pelo Japão a partir do descontentamento deste país com a recusa do Comitê do Patrimônio Mundial de acolher a candidatura de monumentos religiosos japoneses que são ritualmente reconstruídos, em determinados intervalos de tempo, sob a alegação de não serem “materialmente autênticos”. Mas a Carta de Nara não foi o único produto desse descontentamento com a prática de constituição de patrimônios instituída com a Convenção do Patrimônio Mundial.

Países da América Latina e da África também manifestaram a sua dificuldade de ver seus patrimônios culturais acolhidos na ideia de “valor universal excepcional”

dessa convenção, já que caracterizados, principalmente, por obras modestas e bens culturais imateriais. Uma primeira resposta a esse questionamento foi a aprovação pela Conferência Geral da UNESCO, em 1989, da “Recomendação para a salvaguarda da cultura tradicional e popular”, depois superada e substituída pela Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, aprovada pela Conferência Geral da UNESCO em 2003.

O Brasil é signatário de todos os documentos internacionais mais importantes, sobre patrimônio.

### **1.3 História do Patrimônio Histórico no Brasil e o IPHAN**

No Brasil já no período republicano e em busca de uma identidade nacional teve paralelos movimentos de afirmação nacional na literatura e nos patrimônios Históricos, o primeiro registro do surgimento de iniciativas que visavam à preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro. É de 1916, o escritor Alceu Amoroso Lima e o advogado Rodrigo Melo Franco de Andrade viajam a Minas Gerais, anunciam a descoberta do barroco e proclamam a necessidade de sua preservação. No mesmo ano, Amoroso Lima publica na Revista do Brasil o artigo “Pelo Passado Nacional”. As datas cronológicas (De 1917 a 1995) e principais informações históricas da história do patrimônio no Brasil aqui utilizadas foram fornecidas pelo IPHAN. (Fonte primária)

Em 1917 um deputado estadual baiano Wanderley Pinho, sugere a instituição de comissão para proceder o inventário do patrimônio estadual. Na década de 1920, o deputado, que também é historiador e amante das artes Wanderley Pinho fez um projeto de lei relativo à proteção de nosso patrimônio cultural e colocou entre os bens preserváveis:

“[...] as cimalthas, os forros arquitraves, portas, janelas, colunas, azulejos, tetos, obras de marcenaria, pintura, murais e quaisquer ornatos (arquitetônicos ou artísticos) que possam ser retirados de uma edificação para outra” (LEMOS, 1981, p. 36).

Em 1920 o arqueólogo do museu nacional Alberto Childe apresenta na câmara federal um anteprojeto de lei de defesa do patrimônio artístico, em especial dos bens arqueológicos, em 1921 surgiu outra proposta de lei, elaborada por José Marianno Filho, para a criação da Inspetoria de Monumentos Públicos de arte.

Em 1922 é fundado o Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro, sob a direção de Gustavo Barroso. Também em 1922 acontece em São Paulo no teatro municipal a semana de arte moderna, marco do movimento modernista no Brasil. O movimento reuniu escritores, poetas e artistas, como, Oswald de Andrade, Anita Malfatti, Graça Aranha, Ronald de Carvalho, Guilherme de Almeida, Victor Brecheret, Paulo Prado, Di Cavalcanti, Manuel Bandeira e Mário de Andrade, entre outros. Os dois últimos tiveram importante papel na preservação do patrimônio cultural. Foi durante a Semana de Arte Moderna que Mário de Andrade se manifestou pela primeira vez acerca da dimensão imaterial do patrimônio.

Em 1923 é apresentado no Congresso Nacional pelo deputado Luiz Cedro o Projeto de Lei nº 350/1923 propondo a criação da Inspetoria dos Monumentos Históricos, com o objetivo de organizar a defesa dos monumentos históricos e artísticos brasileiros. Em 1924, Mário de Andrade viaja as cidades mineiras em companhia do poeta franco-suíço Blaise Cendrars, dos intelectuais brasileiros Tarsila do Amaral, Oswald de Andrade e René Thioller, dentre outros, entra em contato com a arte colonial brasileira e com jovens expoentes do pensamento modernista mineiro. Lucio Costa realiza viagem à Diamantina, Sabará, Ouro Preto e Mariana, MG, para estudar e registrar a arquitetura colonial brasileira. O Deputado Augusto de Lima apresenta projeto de lei nº 181/1924, que proíbe a saída do país de obras de arte tradicional brasileira, sem a permissão do governo federal.

Em 1925 é proposto a formação de uma comissão nomeada pelo Governo do Estado de Minas Gerais, com o objetivo de propor medidas de defesa dos monumentos históricos do estado. E é proposto mais um Anteprojeto de lei federal, elaborado pelo jurista Jair Lins, visando organizar a proteção do patrimônio histórico e artístico. O mesmo jurista tratou de defender os bens representativos de nosso passado, apresentando um progresso dos bens a serem guardados entre móveis e imóveis. Esta foi a primeira vez que alguém mencionou “móveis” dentre os objetos a serem conservados no Brasil. Em 1926 é criada a Inspetoria Estadual de Monumentos de Minas Gerais.

Nas primeiras décadas do século XX, houve vários estudos no Brasil buscando criar, explicar e compreender a identidade nacional e o patrimônio ganha mais relevância nesse momento histórico como parte da formação da identidade e cultura nacional.



Em 1927 seguindo Minas Gerais, é criada a Inspetoria Estadual de Monumentos Nacionais da Bahia (Decreto nº 5.339/1927). Ainda em 1927, Mário de Andrade dá prosseguimento a sua descoberta do Brasil com a realização de viagem à Amazônia, elaborando registro escrito e fotográfico de manifestações culturais, rituais, festas e costumes identificados em cidades como Belém, Manaus, Santarém, entre outras. Em 1928 Seguindo Minas Gerais e Bahia é criada a Inspetoria Estadual de Pernambuco (Lei nº 1.918/1928).

Em 1929, Mário de Andrade dá continuidade a sua sondagem cultural, agora no Nordeste brasileiro, fotografando e registrando tanto o acervo arquitetônico quanto as manifestações de natureza imaterial identificadas na região. Neste ano o arquiteto e urbanista Le Corbusier realiza sua primeira viagem à América do Sul (set. a dez./1929). Em 74 dias de permanência, profere conferências e palestras em Buenos Aires, Montevideu, São Paulo e Rio de Janeiro, que influenciam na difusão dos princípios da arquitetura moderna no Brasil.

Em 1930 tem a criação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, ao qual se vinculam a Escola Nacional de Belas Artes, o Instituto Nacional de Música, a Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz e o Museu Nacional, entre outras instituições (Decreto nº 1942/1930). O Deputado José Wanderley de Araújo Pinho propõe a criação da Inspetoria de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Projeto de Lei nº 230/1930). Em 1931, Lucio Costa assume a direção da Escola Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro (RJ) e é o ano da Inauguração da estátua do Cristo Redentor, erguida no topo do morro do Corcovado, localizado no Parque Nacional da Tijuca (RJ).

Em 1933 a cidade histórica de Ouro Preto (MG) é elevada à categoria de monumento nacional brasileiro (Decreto 22.928/1933). Em 1934 tem a criação da Inspetoria de Monumentos Nacionais, primeiro órgão de preservação do patrimônio edificado para todo o território brasileiro, vinculado ao Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro (RJ), durante a gestão de Gustavo Barroso.

Em 1936 por encomenda do Ministro Gustavo Capanema, Mário de Andrade elabora o anteprojeto para a criação de um serviço de patrimônio no Brasil.

Atendendo à solicitação de Gustavo Capanema, então ministro da Educação, Mário de Andrade, romancista, poeta, pesquisador, àquela altura diretor do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo e principal nome da ala paulista do movimento literário modernista, redige, em 1936, documento com vistas à “organização dum serviço de fixação e defesa do patrimônio artístico nacional”. (IPHAN, 2014, p. 5).

Sob sua autoria, surgiu um projeto que se tornou lei em 1937 e que, já naquela época, procurava resguardar a totalidade dos bens culturais de nosso Patrimônio Cultural chamando-os de “obras de arte” e estando agrupados em: 1 - Arte arqueológica, 2 - Arte ameríndia, 3 - Arte popular, 4 - Arte histórica, 5 - Arte erudita nacional, 6 - Arte erudita estrangeira, 7 - Artes aplicadas nacionais, e, 8 – Artes aplicadas estrangeiras (LEMOS, 1981, p. 39).

Já no anteprojeto para a criação do então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN, Mário de Andrade apontava para a relevância do caráter pedagógico estratégico dos museus e das imagens. A criação de um órgão federal dedicado à preservação do patrimônio histórico e artístico nacional foi motivada, de um lado, por uma série de iniciativas institucionais regionais e, de outro, por clamores e alertas de intelectuais, parte deles ligada à Semana de Arte Moderna de 1922, veiculados na grande imprensa brasileira. (IPHAN, 2014, p. 5).

Porém, para Lemos (1981), o projeto de Mário de Andrade era audacioso demais. Por isso, em 1937, uma lei reorganizou o Ministério da Educação, quando foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, dando a perceber que não se havia considerado o texto de Mário de Andrade.

Em 18/04/1936, é criado, em caráter provisório, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, sob a direção do Rodrigo Melo Franco de Andrade.

Em 1937 após o golpe do Estado Novo aplicado pelo presidente Getúlio Vargas é feita e promulgada uma nova constituição. E a Constituição de 1937, no Art. 134, amplia a defesa do patrimônio cultural. E faz a reorganização do Ministério da Educação e Saúde Pública, que inclui a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), primeira instituição governamental, de âmbito nacional, voltada para a proteção do patrimônio Histórico cultural do País (Lei 378/1937) e o Decreto-Lei nº 25/1937 regulamentando o instituto do Tombamento no Brasil. Mário de Andrade é nomeado Assistente Técnico da Regional do SPHAN em São Paulo.

Em 1938, o SPHAN realiza o tombamento de 234 bens, em 10 estados, dentre eles, os Conjuntos arquitetônicos e urbanísticos das cidades mineiras de Ouro Preto, Diamantina, Mariana, São João Del Rei, Serro e Tiradentes (MG). Tem-se a criação do Museu da Inconfidência em Ouro Preto (MG) e do Conselho Nacional de Cultura (Decreto-Lei nº 526/1938).

Em 1939 são indicadas as primeiras representações regionais do SPHAN. 1ª - DF e RJ, sede; 2ª – AM e PA; 3ª – MA, PI e CE; 4ª – RN, PB, PE e AL, sede Recife

(Gilberto Freire); 5ª – BA e SE, sede Salvador (Godofredo Filho); 6ª – SP e MT, sede São Paulo (Mário de Andrade); 7ª – PR, SC e RS, sede Curitiba (David Carneiro); e 8ª – MG e GO. No entanto, os quatro primeiros Distritos da DPHAN (Recife, Salvador, Belo Horizonte e São Paulo) foram oficialmente criados em 1946. Em 1940 o Decreto-Lei nº 2.848/1940 qualifica como crime o dano causado a qualquer bem tombado, de valor artístico, arqueológico ou histórico, com prevenção de pena (Código Penal). Em 1941 o Decreto-Lei nº 3.365/1941 dispõe sobre as desapropriações por utilidade pública, considerando a preservação dos monumentos históricos e artísticos, a proteção de paisagens e a conservação de arquivos, documentos e outros bens móveis de valor histórico e artístico.

Em 1946 é um ano de mudanças com o fim da ditadura Vargas e o fim do Estado Novo, um momento de transição importante é o fim de uma ditadura personalista e pouco democrática, que não correspondia com os ideais de liberdade e democracia que levaram nossos pracinhas a 2ª guerra na Itália, em um momento histórico de luta contra o fascismo e o nazismo que representavam também o poder enorme do Estado sobre os seus cidadãos. Assume a presidência da República o Marechal Eurico Gaspar Dutra eleito em dois de dezembro de 1945 sendo o décimo sexto Presidente do Brasil de 1946 a 1951, em 1946 convoca assembleia constituinte para fazer uma nova constituição. A nova Constituição do Brasil, em seu Capítulo II, sobre as normas Da Educação e da Cultura, Art. 178, estabelece que as obras, monumentos e documentos de valor histórico e artístico, bem como os monumentos naturais, as paisagens e os locais dotados de particular beleza ficam sob a proteção do poder público. Que até hoje deixa a desejar e mostra-se pouco eficiente. Ainda em 1946 temos a transformação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em Diretoria (DPHAN); criação dos Distritos da Diretoria em Recife (PE), Salvador (BA), Belo Horizonte (MG) e São Paulo (SP); e subordinação, ao DPHAN, do Museu da Inconfidência, do Museu das Missões e do Museu do Ouro (Decreto-Lei nº 8.534/1946). Aprovação do Regimento da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Ministério da Educação e Saúde (Decreto nº 20.303/1946), a criação do Instituto Brasileiro para Educação, Ciência e Cultura, como recomendação da recém-criada Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). (Fonte: IPHAN, 2017).

Em 1958 o Brasil ratifica a Convenção para a Proteção de Bens Culturais em Caso de Conflito Armado, de 1954. (Decreto nº 44.851/1958). Em 1966 Uma missão

do perito da UNESCO Michel Parent vem ao Brasil, para assessorar o DPHAN na tarefa de formular uma política para a conservação do patrimônio (1966/1967).

Em 1967, temos mais uma nova Constituição brasileira, e em seu título IV, Da Família, da educação e da cultura, estabelece, no Art. 180, que o amparo à cultura é dever do Estado. Parágrafo Único: Ficam sob proteção especial do Poder Público os documentos, as obras e os locais de valor histórico ou artístico, os monumentos e as paisagens naturais notáveis, bem como as jazidas arqueológicas.

“A Carta Constitucional de 1967 criou novas categorias de bens a serem preservados, elegendo como patrimônio as jazidas e os sítios arqueológicos anteriormente classificados apenas como locais de valor histórico” (FUNARI; PELEGRINI, 2006).

Os avanços para os patrimônios arqueológicos foram grandes, sendo o marco para a proteção de sítios e achados arqueológicos.

Em 1967 continua a missão do perito da UNESCO, Michel Parent, ao Brasil, com o objetivo de incluir o país no Programa das Nações Unidas de Incentivo ao Turismo Cultural e, conseqüentemente, a adoção da preservação do patrimônio Histórico cultural no planejamento urbano dos estados e municípios.

Ao longo de sua “fase heroica” (1937-1967), é possível afirmar que as iniciativas educativas promovidas pelo SPHAN/DPHAN (IPHAN) se concentraram na criação de museus e no incentivo a exposições; no tombamento de coleções e acervos artísticos e documentais, de exemplares da arquitetura religiosa, civil, militar e no incentivo a publicações técnicas e veiculação de divulgação jornalística, com vistas a sensibilizar um público mais amplo sobre a importância e o valor do acervo resguardado pelo órgão.

A expressão “fase heroica” designa o período de trinta anos em que o IPHAN foi presidido pelo bacharel em Direito, jornalista e funcionário do alto escalão da administração pública Rodrigo Melo Franco de Andrade (Belo Horizonte, MG, 1898 – Rio de Janeiro, RJ, 1969). Com a criação de um Conselho Consultivo e o apoio de uma rede de colaboradores recrutada entre parte dos principais intelectuais modernistas, a política federal de preservação nesses anos se ancorou, sobretudo, na instrução de processos de tombamento de núcleos urbanos, edificações isoladas e bens imóveis, sob o amparo legal do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. É desse período o número mais expressivo de bens acautelados pelo órgão, com particular destaque para a arquitetura religiosa, civil e militar, de estilo barroco. (FONSECA 2005, p. 5) e MEC/SPAN/FNPM (1980).

Rodrigo Melo Franco de Andrade, dirigente do IPHAN desde sua criação até 1967, também apontou, em alguns artigos e discursos, para a importância da

educação na preservação do Patrimônio Cultural. Em depoimentos prestados nos últimos anos de sua gestão, ele declarava:

Em verdade, só há um meio eficaz de assegurar a defesa permanente do patrimônio de arte e de história do país: é o da educação popular. Ter-se-á de organizar e manter uma campanha ingente visando a fazer o povo brasileiro compenetrar-se do valor inestimável dos monumentos que ficaram do passado. Se não se custou muito a persuadir nossos concidadãos de que o petróleo do país é nosso, incutir-lhes a convicção de que o patrimônio histórico e artístico do Brasil é também deles, ou nosso, será certamente praticável (MINISTÉRIO DA CULTURA, 1987, p. 64, apud OLIVEIRA, 2011, p. 32).

Em 1970 o Decreto nº 66.967/1970 dispõe sobre a organização administrativa do Ministério da Educação e Cultura e, em seu Art. 14, transforma a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Instituto (Iphan). Em 1973 O Brasil ratifica a Convenção da UNESCO sobre Medidas a serem Adotadas para Proibir e Impedir a Importação, Exportação e Transferência de Propriedades Ilícitas dos Bens Culturais, de 1972. (Decreto nº 72.312/1973). Em 1975 a Lei nº 6.292/1975 torna obrigatória a homologação de tombamentos e de seus cancelamentos no âmbito do Iphan pelo Ministro da Educação e Cultura.

Em 1977, o Brasil ratifica a Convenção da UNESCO relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, de 1972. (Decreto nº 80.978/1977). Em 1979 o Programa das Cidades Históricas (PCH) é transferido para o IPHAN e passam a formar Secretaria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN).

As mudanças de nome do IPHAN não alteraram suas funções práticas com relação ao patrimônio nacional. São questões mais administrativas, e o trabalho feito junto as cidades históricas que começou com Ouro Preto em Minas Gerais não sofreu abalado ou retrocessos foram aprimoradas neste período.

Na década de 1980, a proteção de monumentos isolados foi priorizada pela preservação dos espaços de convívio, assim como pela recuperação dos modos de viver de distintas comunidades. Em 1985 no governo de José Sarney tem a criação do Ministério da Cultura do Brasil e o restabelecimento da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Em 1986 é editada a Lei nº 7.505/1986 dispõe sobre benefícios fiscais na área do imposto de renda concedidos a operações de caráter cultural ou artístico, também conhecida como Lei Sarney.

As políticas de incentivo fiscal voltadas para a cultura reforçaram essa ampliação da noção dos bens a serem preservados. Conhecida como Lei Sarney, esta constitui um impulso significativo no âmbito da proteção do patrimônio, mas propiciou o desenfreado desenvolvimento do *marketing*

cultural, que se consolidou nos anos 1990. As políticas de preservação adotadas no Brasil daquele período sucumbiram à noção de “cidade-espetáculo”, ou seja, a transformação de cidade histórica em objeto de consumo (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 50).

Em 1988 a nova Constituição do Brasil é promulgada. Nos artigos nº 215 e nº 216 incorporam os conceitos de referência cultural e de patrimônio cultural; reconhece o valor e a relevância das manifestações culturais populares, indígenas e afro-brasileiras, bem como a de outros grupos participantes da formação do país.

É um avanço e uma correção histórica que foi muito importante para a formação da identidade do país através dos seus patrimônios e a incorporação social, histórica e cultural dos povos brasileiros e dos brasis ao Brasil.

Em 1990 no governo Collor tem a criação do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC). Em 1994 no governo Fernando Henrique Cardoso, promulga-se a Medida Provisória nº 752/1994 restabelece o nome do IPHAN, em substituição ao IBPC.

Em 1996 é criada uma linha de financiamento para a preservação cultural, que inicia a organização do Projeto de Preservação do Patrimônio Urbano IPHAN/BID. Em 1997 acontece a transferência do Projeto de Preservação do Patrimônio Urbano IPHAN/BID para o Ministério da Cultura, passando a ser denominado Programa Monumenta.

Em 1999 é assinado Contrato de Empréstimo do Governo Brasileiro com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para execução do Programa Monumenta, primeira experiência do Brasil com um empréstimo internacional na área do patrimônio. O programa contempla diretamente 26 centros históricos e um conjunto de ações de capacitação, produção de conhecimento e promoção do patrimônio de abrangência nacional, estendendo-se até 2012. Neste mesmo ano o Brasil ratifica a Convenção do Instituto Internacional para a Unificação do Direito Privado (UNIDROIT) sobre Bens Culturais Furtados ou Ilicitamente Exportados, de 1995. (Decreto nº 3.166/1999)

Em 2009 o Departamento de Museus, do IPHAN, é transformado no Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), autarquia vinculada ao Ministério da Cultura, responsável pela Política Nacional de Museus (PNM) e pela melhoria dos serviços do setor, como o aumento de visitação, e arrecadação dos museus, fomento de políticas de aquisição e preservação de acervos e criação de ações integradas entre

os museus brasileiros. Estão sob sua administração direta 29 museus. Em 2010 tem-se a criação do Centro Regional de Formação em Gestão do Patrimônio – Centro Lucio Costa/IPHAN, a partir de acordo firmado entre o governo brasileiro e a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), durante a 34ª Reunião do Comitê do Patrimônio Mundial, em Brasília (DF). O Centro visa ampliar a capacidade de gestão do patrimônio cultural e natural e promover a cooperação na região de abrangência, composta por 17 países de língua oficial portuguesa e espanhola na América do Sul, África e Ásia.

Em 2013 o PAC Cidades Históricas, integrado ao Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal, passa a ser coordenado pelo IPHAN, atendendo a 44 cidades de 20 estados. Foi muito importante o trabalho feito pelo IPHAN junto as prefeituras municipais e governos estaduais na restauração de vários monumentos históricos em todas as regiões do Brasil.

A História do Patrimônio Histórico no Brasil e do IPHAN se confunde, não é possível separá-las, visto que coube ao IPHAN (com seus diferentes nomes) a regulação e o trabalho sobre o patrimônio. Também a História do IPHAN esta ligada aos entendimentos e as mudanças internacionais, as cartas, convenções e novos entendimentos sobre o patrimônio, todos ratificados pelo governo do Brasil e aplicados pelo IPHAN. Portanto o IPHAN representa o estado e a sociedade junto ao patrimônio e mostra a influencia do desenvolvimento das sociedades e a autonomia relativa de um estado, no contexto dos discursos mundiais sobre patrimônio. Temos então uma inter-relação complexa e continua de Patrimônio Histórico, IPHAN, Carta Patrimoniais, Educação Patrimonial, Convenções Internacionais, História, Memória, Preservação, Patrimônios e Tombamentos.

Os dois patrimônios históricos que são estudos de caso nesta pesquisa atendem a essa complexa inter-relação, sendo reconhecidos pelo IPHAN como patrimônio Histórico, dentro dos critérios das convenções nacionais e internacionais, sua história e memória são objetos de estudo patrimonial e estão preservadas e tombadas pelo patrimônio histórico nacional através do IPHAN.

## **1.4 Tombamento**

O tombamento é o instrumento de reconhecimento e proteção do patrimônio cultural mais conhecido, e pode ser feito pela administração federal, estadual e municipal.

Em âmbito federal, o tombamento foi instituído pelo Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, o primeiro instrumento legal de proteção do Patrimônio Cultural Brasileiro e o primeiro das Américas, e cujos preceitos fundamentais se mantêm atuais e em uso até o presente.

De acordo com o Decreto, o Patrimônio Cultural é definido como um conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação é de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. São também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou criados pela indústria humana.

A palavra *tombo*, significando registro, começou a ser empregada pelo Arquivo Nacional Português, fundado por D. Fernando, em 1375, e originalmente instalado em uma das torres da muralha que protegia a cidade de Lisboa. Com o passar do tempo, o local passou a ser chamado de Torre do Tombo. Ali eram guardados os livros de registros especiais ou livros do tombo. Ainda hoje conforme DGLAB Direcção-Geral do Livro, Arquivos e Bibliotecas de Portugal:

O Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) é um arquivo central do Estado que guarda documentos originais desde o séc. IX até à actualidade, cabendo-lhe, por consequência da sua perenidade, preservar também os novos arquivos electrónicos no âmbito de actuação do organismo, a par do mandato explícito para dar execução à lei que estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural, na sua vertente de património arquivístico e património fotográfico. (Site <http://antt.dglab.gov.pt> acesso em 26/09/2017).

No Brasil, como uma deferência, o Decreto-Lei adotou tais expressões para que todo o bem material passível de acautelamento, por meio do ato administrativo do tombamento, seja inscrito no Livro do Tombo correspondente. O IPHAN é o órgão nacional responsável pelos tombamentos e pela inscrição no livro do tombo.

Conforme o IPHAN os bens tombados se subdividem em bens móveis e imóveis, entre os quais estão conjuntos urbanos, edificações, coleções e acervos, equipamentos urbanos e de infraestrutura, paisagens, ruínas, jardins e parques históricos, terreiros e sítios arqueológicos. O objetivo do tombamento de um bem cultural é impedir sua destruição ou mutilação, mantendo-o preservado para as gerações futuras e o mesmo constar do livro do tombo Histórico. Para o IPHAN:



Livro do Tombo Histórico, onde são inscritos os bens culturais em função do seu valor histórico. É formado pelo conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no Brasil e cuja conservação seja de interesse público por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil. Esse Livro, para melhor condução das ações do Iphan, reúne, especificamente, os bens culturais em função do seu valor histórico que se dividem em bens imóveis (edificações, fazendas, marcos, chafarizes, pontes, centros históricos, por exemplo) e móveis (imagens, mobiliário, quadros e xilogravuras, entre outras peças).

Os patrimônios que são nossos objetos de estudo foram tombados conforme dados fornecidos pelo IPHAN:

RO Ji Paraná Edificação Prédios das estações telegráficas construídas pela Comissão Estratégica de Linhas Telegráficas de Cuiabá a Porto Velho – Comissão Rondon, número do processo 1055, ano de abertura do processo 1981 TOMBADO inscrito no livro de tomo histórico jun-16.

AM Manaus Conjunto Arquitetônico Imóvel denominado Mercado Adolfo Lisboa ou Mercado Municipal, compreendendo seus pavilhões e jardins, embarcadouro e trecho correspondente da margem do rio, número do processo 1179, ano de abertura do processo 1985 TOMBADO inscrito no livro de tomo Arqueológico, etnográfico e paisagístico jul-87 e inscrito no livro de tomo histórico jul-87.

## **1.5 Marechal Rondon e a Comissão Rondon**

No começo do século XX o Brasil ainda era um território pouco explorado a ser integrado. Em 1907 o Presidente da República era Affonso Augusto de Moreira Penna, o qual entendia que as regiões norte e centro--oeste do Brasil deveriam ser desbravadas e integradas visto que o desenvolvimento do país vinha se processando somente na faixa litorânea, com algumas exceções como o interior dos estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul. Nesse ano 1907 ele criou a Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Matto-Grosso ao Amazonas (ortografia da época), e foi escolhido para dirigi-la um oficial do Quinto Batalhão de Engenharia, o então major Cândido Mariano da Silva Rondon, militar exemplar, descendente de índios e que já tinha integrado trabalhos de construção de outras linhas telegráficas, qualificado como a pessoa mais indicada para chefiar e organizar essa comissão. Que viria a ficar conhecida como Comissão Rondon, estava subordinada aos Ministérios da Viação, Agricultura, Trabalho e da Guerra.

Rondon nasceu na localidade de Mimoso, no município de Santo Antônio de Leverger (MT) perto de Cuiabá, MT, em 5 de maio de 1865, seu pai, Cândido Mariano da Silva, faleceu em 1864, vítima de uma epidemia de varíola, e sua mãe, Claudina Lucas Evangelista, em 1867, filho único, ele foi criado pelo seu tio paterno Manuel da Silva Rondon. Em cuja homenagem acrescentou o nome Rondon ao seu em 1890. Era de descendência indígena por linhagem materna. Seu bisavô, o paulista Francisco Lucas Evangelista, casara-se com Joaquina Gomes, filha de índios bororós, fixando-se na sesmaria de Morro Redondo, em Mimoso. A sesmaria passou em usufruto aos descendentes de Joaquina Gomes e Rondon, por ter sido filho único, ocupava o primeiro lugar entre os herdeiros. (NOMURA, 2001)

Após terminar o curso primário em Cuiabá aos 16 anos de idade obteve, no Liceu de Cuiabá, o diploma de professor público em 1879. Em 1881, sentou praça como voluntário no 3º Regimento de Artilharia a Cavalos, em Cuiabá. Em 1883 matriculou-se no curso preparatório da Escola Militar, encerrando-o, em 1884. Em 1885 fez o curso de cavalaria e infantaria, concluindo-o no mesmo ano, em 1886 era alferes-aluno em 1887 terminou o curso de artilharia e em 1888, ao termina o curso de estado-maior de primeira classe.

Em março de 1889 ingressou na então Escola Superior de Guerra, onde um dos professores era Benjamin Constant Botelho de Magalhães, líder republicano e positivista, de quem se tornou aluno e fiel seguidor. A influência de Benjamin Constant em sua formação foi muito forte, especialmente no que se refere ao positivismo, doutrina que adotou e seguiu por toda a vida. Teve participação no movimento que depôs a Monarquia em 15 de novembro de 1889, recebendo de Benjamin Constant a missão de, juntamente com Augusto Tasso Fragoso, apurar qual seria a atitude do almirante Eduardo Wandenkolk em face da saída da “Brigada Estratégica” rebelada. Após a resposta positiva do almirante, integrou a guarda pessoal do comandante da brigada, o próprio Benjamin Constant, participando da tomada do quartel general e da detenção dos ministros do último gabinete do imperador Pedro II.

Em dezembro de 1889, obteve o grau de bacharel em Matemática, Ciências Físicas e Naturais pela Escola Militar. Promovido a alferes no dia 4 de janeiro de 1890, três dias depois foi promovido à primeiro-tenente “por serviços relevantes à República”, que era chefiada pelo Coronel Gomes Carneiro. Nomeado em seguida professor substituto de astronomia e mecânica da Escola Militar por indicação de

Benjamin Constant, decidiu que antes de assumir o cargo aceitaria o convite que lhe fora feito para desempenhar, em Mato Grosso, as funções de ajudante do major Antônio Ernesto Gomes Carneiro, chefe da Comissão Construtora de Linhas Telegráficas empenhada em construir a ligação entre Cuiabá e a margem esquerda do Araguaia, divisa com o estado de Goiás. Foi então nomeado “Ajudante da Comissão de Linhas Telegraphicas de Cuyabá ao Araguaya”, (ortografia da época). Partiu para Cuiabá em março de 1890 e, findo o trabalho da comissão, retornou ao Rio de Janeiro em maio de 1891 para assumir suas funções na Escola Militar, o que fez em julho do mesmo ano.

Em 1892 foi nomeado Chefe do Distrito Telegráfico de Mato Grosso, sendo responsável da linha telegráfica de Cuiabá ao Araguaia. Nomeado chefe do distrito telegráfico de Mato Grosso por indicação do major Gomes Carneiro, pediu demissão de sua cátedra na Escola Militar para retornar ao sertão e consolidar a linha já construída. Em setembro de 1892, foi promovido a capitão, substituiu o major Gomes Carneiro na chefia da Comissão Construtora de Linhas prosseguindo, a construção de linhas telegráficas. Em 1898 com o fim da tarefa de construção de linhas, transferiu-se para o Rio de Janeiro e pediu sua admissão na igreja positivista, à qual, embora fiel, ainda não era filiado. No mesmo ano foi nomeado Auxiliar Técnico da Instrução Geral de Guerra no Rio de Janeiro. Em 1899 é nomeado auxiliar técnico da Intendência Geral da Guerra e permaneceu pouco tempo no cargo. Em 1900 foi novamente para Mato Grosso, para chefiar Comissão Construtora de Linhas Telegráficas do Mato Grosso, a construção de uma linha telegráfica a partir de Cuiabá até Corumbá e as fronteiras com o Paraguai e a Bolívia, que concluiu em meados de 1906. Foi promovido a major em 1903. Rondon tinha muita experiência em construir linhas telegráficas, quando o Presidente Affonso Penna o convidou para dirigir a nova Comissão. (NOMURA, 2001)

Em 1898 ele ingressou na Igreja da Religião da Humanidade, tendo desenvolvido a doutrina humanitária, consubstanciada no lema “Morrer, se preciso for; matar nunca!” Esse era um dos seus princípios, havendo mais três (Ribeiro, 1959, p.88): segundo, respeito às tribos indígenas como povos independentes; terceiro, garantir aos índios a posse das terras que habitam e são necessárias à sua sobrevivência; quarto, assegurar aos índios a proteção direta do Estado.

No final do século XIX, o governo brasileiro iniciou uma política de povoamento e ocupação que abrangia uma vasta região: do Mato Grosso ao

Amazonas. A ideia era colonizar estas regiões com população não indígena, construir estradas, “educar os índios” e instalar meios de comunicação que ligassem o interior ao litoral.

A comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas (CLTEMTA), conhecida como comissão Rondon construiu 2.270 km de linhas telegráficas, fez o levantamento de 50 mil km lineares de terras e de águas e “conquistou” dezenas de tribos indígenas. Doze rios até então desconhecidos foram mapeados. Um deles foi dedicado ao ex-presidente norte-americano Theodore Roosevelt. De 1907 a 1917 ela coletou 8.837 plantas ou espécimes botânicos, e 5.637 animais ou espécimes zoológicos, 42 exemplares geológicos, mineralógicos e paleontológicos e 3.380 peças antropológicas. Percorreu quilômetros de mata, cerrada, com rios, largos, povos indígenas e poucos mapas para guiarem os homens nesta empreitada. Segundo Rodolpho Garcia, essa Comissão:

[...] incorporou ao Brasil uma vasta porção de território nacional, que era brasileira, é verdade, mas com que não se contava, porque não se conhecia. Reconhecê-la, Palmeá-la, medi-la, calcular-lhe as riquezas, pacificar suas gentes e chamá-las à civilização, tal tem sido o trabalho desses abnegados Bandeirantes modernos no far-west e nos sertões setentrionais do Brasil. (Garcia 1922, p.910).

O próprio Rondon escolheu os membros da sua comissão entre civis, oficiais e praças do Exército, os componentes da expedição, que ficou conhecida como Comissão Rondon e um dos principais objetivos estratégicos desta obra eram permitir uma maior presença do governo central nas distantes províncias do Amazonas e do Acre. Além disso, o crescente interesse pela borracha do recém-incorporado território do Acre e a construção da ferrovia Madeira - Mamoré também incentivou a construção da linha telegráfica, que deveria se estender por aproximadamente 1.600 km, entre as cidades de Cuiabá e Santo Antônio do Madeira, às margens do Rio Madeira. Outras motivações institucionais para criação da Comissão de Linhas Telegráficas do Mato Grosso ao Amazonas podem ser incluídas as preocupações militares com a segurança das fronteiras e com a consolidação e a defesa dos territórios recém-adquiridos com a assinatura do Tratado de Petrópolis. Além disso, também se buscava informações de cunho científico, geográfico e econômico, que possibilitassem a abertura de novas áreas de ocupação e exploração, bem como a ampliação da presença do Poder Central na região. Dessa forma, se entendermos como atribuições de uma “Frente Pioneira”: penetrar, explorar e ocupar uma determinada região, naturalmente pode-se

enquadrar a Comissão das Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas dentro desta categoria, processo de integração.

Acompanhados de 58 mulas e 100 bois, carregavam comida, máquinas de costura, fuzis, morfina, baterias, cabos de aço, gramofone, mesas, tendas etc. O pessoal nomeado para integrar a comissão era composto majoritariamente por militares do Exército e por membros da Repartição Geral dos Telégrafos, somados a alguns outros civis encarregados do cumprimento de funções específicas, como a de fotógrafo e a de farmacêutico. Além de todo esse pessoal, ao contingente da comissão deveriam ser somados 300 praças encarregados dos serviços mais pesados de abertura de picadas, levantamento de postes, estiramento de fios e construção de estações telegráficas.

Inicialmente, o contingente foi dividido em três grandes seções. A primeira (1ª seção de construção), chefiada pelo major Felix Fleury de Souza Amorim, ficaria encarregada de construir um ramal da linha que ligasse São Luís de Cáceres à cidade do Mato Grosso; a segunda (2ª seção de construção), sob o comando do capitão Marciano de Oliveira e Ávila, foi incumbida de iniciar a construção da linha-tronco a partir de Cuiabá até Diamantino, na direção de Santo Antônio do Madeira; a terceira e última acompanharia Rondon numa série de três expedições sucessivas realizadas nos anos de 1907, 1908 e 1909 para realizar estudos e fazer o reconhecimento do território que seria cruzado pela linha. Esta organização durou até abril de 1910, quando, concluído os estudos e reconhecimentos liderados por Rondon e concluída a construção do ramal de São Luís de Cáceres à cidade do Mato Grosso, a comissão foi novamente dividida.

Desta vez, entre duas seções de construção: a seção do sul, comandada pelo próprio Rondon, ficou encarregada de continuar a construção iniciada em Cuiabá em direção a Santo Antônio do Madeira; a seção do norte, sob a liderança do capitão Manoel Teóphilo da Costa Pinheiro, deveria realizar o percurso oposto, partindo de Santo Antônio em direção ao sul, onde encontraria a construção matriz. Nesse momento, o contingente à disposição da comissão foi elevado a 600 praças, dos quais 350 ficariam na seção do sul, ao passo que à seção do norte caberíamos demais 250 praças.

Acreditava-se que essa divisão, mantida até o término da construção, aceleraria a marcha dos trabalhos, que passariam a ser feitos em duas frentes, realizando um movimento semelhante ao de uma pinça. Simultaneamente aos

trabalhos de construção e às expedições de estudos e reconhecimento de territórios liderados pessoalmente por Rondon, a comissão realizou muitas outras expedições que, comandadas por engenheiros militares, encarregavam-se da exploração de rios.

No decorrer da viagem, várias dificuldades acometiam estes homens: os animais sucumbiam, faltavam suprimentos, eram atacados pela malária e pelos indígenas. A chance de explorar este Brasil desconhecido, isolado da nação, é o que parecia animar Rondon, que não se deixava abater pelas perdas, pela malária e pelo cansaço. Integrar o sertão à nação brasileira e expandir a autoridade do Estado Central eram os propósitos centrais da Comissão. Destaca-se como parte de um grande plano republicano de demarcação, proteção, ocupação e povoamento das áreas que eram então entendidas como a última fronteira do Brasil.

Tratava-se de alcançar a região amazônica com a construção de linhas telegráficas em plena floresta, além de empreender a inspeção das fronteiras brasileiras com o Peru e a Bolívia, e, instrução oficial, proceder ao inventário científico do território percorrido. (Bigio, 2000; Maciel, 1998).

A expedição descobriu e fez o reconhecimento do rio Juruena, no norte de Mato Grosso, desbravando o nordeste do estado e conseguindo atravessar em seguida à selva amazônica até Manaus, onde Rondon, promovido a tenente-coronel em 1908, chegou no início de 1910 acometido de grave crise de malária. De Manaus, Rondon dirigiu-se para o Rio de Janeiro, aonde chegou em fevereiro de 1910 sob aclamações populares, após quatro anos de internamento na selva.

Em 1910 foi fundado o Serviço de Proteção aos Índios, também dirigido por Rondon.

Enquanto a gente das cidades via o índio como o personagem de romance idílico, ao gosto de José de Alencar, ou o herói épico à Gonçalves Dias, inspirados em Rousseau ou em Chateaubriand, no interior, o índio de verdade era propositadamente contaminado de varíola, envenenado a estriquinina ou espingardeado. A tomada de consciência, o desmascaramento desta contradição se deve a Rondon. . (Revista de Antropologia, 1958 Vol. 6.º, N. 2, p. 98).

Para Morel (2009) O trabalho das equipes coordenadas por Cândido Mariano da Silva Rondon gerou uma “nova etapa” na relação entre o Estado Nacional Brasileiro e as populações indígenas. Rondon realizou pessoalmente parte importante desse trabalho e simbolizou, graças à sua figura marcante, essa atitude que caracterizou uma época, limitada por determinadas condições históricas. Por um lado, evitava-se o uso da violência armada contra os índios, ao mesmo tempo em

que se denunciavam e combatiam aqueles que pretendiam exterminá-los e ocupar suas terras, buscando garantir a posse de uma parcela dessas áreas aos mesmos indígenas.

A Comissão se destacou também por seu papel como colaboradora para a ciência nacional, em um processo social de domínio da natureza, pois uniu de maneira indissociável as atividades de construção do telégrafo a atividades científicas. A ela se incorporaram cientistas de instituições renomadas, entre elas o Museu Nacional e o Jardim Botânico. A partir das explorações, foram publicados 70 volumes de trabalhos técnicos e científicos. Rondon e sua equipe mapearam 247 grupos indígenas, coletaram diversos vocabulários e elaboraram uma classificação linguística dos grupos indígenas. No período de 1907 a 1915, foram entregues pelas equipes de Rondon, ao Museu Nacional.

À Comissão é creditada a demarcação de toda a fronteira Oeste do Brasil, o estabelecimento de marcos e tentativas de povoamento de determinados pontos desta região, como a primeira estação telegráfica, ligando Cuiabá e Santo Antônio do Madeira/Porto Velho, a qual denominou de Presidente Pena, em homenagem ao então presidente da república, Afonso Augusto Moreira Pena. Onde hoje é a cidade de Ji-Paraná e a estação telegráfica, hoje é o museu das comunicações em homenagem a Rondon. A comissão Rondon mais que estabelecer as comunicações, também ocupou a região do Mato Grosso ao Amazonas. Conforme aponta Elias dos Santos Bígio, os trabalhos realizados por essa comissão:

[...] serviram de referência ao traço da BR 364 e à implantação de projetos de colonização levados a efeito adiante nas décadas de 1940 e 1970 nos atuais estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Rondônia. Onde ficavam algumas antigas estações telegráficas, estabeleceram-se cidades [...] em Rondônia, cidades como Vilhena, Ji-Paraná e Costa Marques, Pimenta Bueno. Em torno dessas cidades desenvolveu-se uma economia ligada à agropecuária, mineração e extração de madeira. (BÍGIO, 2000, P.12/13).

Para compreender o processo de integração destas terras e dos povos indígenas, proposto por Rondon, é importante “levar a sério” os ideais positivistas que o acompanharam durante sua formação como engenheiro militar e depois como estrategista da ocupação do interior do Brasil. Segundo Diacon:

A Comissão era composta também por botânicos, zoólogos, antropólogos, todos com o objetivo de estudar a natureza e descobrir formas de usá-la para o bem da humanidade. Em plena floresta amazônica, Rondon e seus homens, praticavam os rituais positivistas: seguiam o calendário positivista, tocavam o Hino Nacional num gramofone que os acompanhava nas longas caminhadas, hasteavam a bandeira, comemoravam as datas cívicas.

Rondon fazia sempre discursos para seus homens a fim de convertê-los ao positivismo. (DIACON, 2006, p.12).

Para Darcy Ribeiro (1959, p.86) a Comissão Rondon foi uma grande empresa política e militar que se tornou, sob sua direção, o maior empreendimento científico e a maior cruzada humanística jamais testada no Brasil. Claude Levi Strauss ao visitar, em 1938, o trecho da linha construído pela Comissão Rondon no Mato Grosso escreveu:

Quem vive ao longo da Linha Rondon facilmente se julgaria na Lua. Imagine-se um território do tamanho da França, três quartos inexplorados; percorrido somente por pequenos bandos de indígenas nômades que estão entre os mais primitivos que se possam encontrar no mundo; e atravessado de ponta a ponta por uma linha telegráfica. (LÉVI-STRAUSS, 1979, p.267).

Em 1919 Rondon foi promovido a General de Brigada. De 1927 a 1930 Rondon percorreu as fronteiras brasileiras, desde o norte até Santa Catarina. Em 1934 ele foi transferido para a reserva do Exército.

Ao longo da vida pública de Rondon, o Brasil teve os seus 20 primeiros presidentes da República. Desde o começo, participando da conspiração que levaria o Marechal Deodoro da Fonseca (1889-1891) ao poder, até o último presidente desse período, Juscelino Kubistcheck (1956-1961), de quem recebeu homenagens em público, Rondon teve sua trajetória confundida com a própria história do País. Com alguns desses mandatários, Rondon teve encontros de trabalho e colaborou mais intensamente, como com Afonso Pena (1906-1909), Nilo Peçanha (1909-1910), Epiácio Pessoa (1919-1922), Washington Luís (1926-1930) e Getúlio Vargas (1930-1945 e 1950-1954). Rondon exerceu, pois, atividade política, se a compreendermos num sentido mais amplo, de ação pela coisa pública ou gestão das relações de poder, mas nunca participou de cargo eletivo ou de administração (apesar de vários convites) fora da política indigenista.

Marechal Rondon faleceu com 92 anos em seu apartamento em Copacabana, na cidade do Rio de Janeiro em 19 de Janeiro de 1958.

Escreveu Darci Ribeiro em 1958.

Acompanhei os funerais de Rondon no Rio, sei das homenagens que lhe foram prestadas em todo o país e como a notícia. Do seu falecimento repercutiu nas aldeias indígenas. O Brasil o perdeu consciente de que perdia a personalidade mais enérgica e mais generosa que nosso povo jamais produziu. (Revista de Antropologia, 1958, Vol. 6.º, N. 2, p. 97).

Entre as homenagens feitas após o falecimento de Rondon, destacam-se o título de Patrono da Arma de Comunicações do Exército e, em 1968, a criação do



Projeto Rondon pelo Ministério da Educação e Cultura, para promover estágios de serviço de estudantes universitários em localidades do interior do País.

Edgard de Roquette Pinto (1884-1954) estudou os índios Nhambiquaras e Parecis em 1912. Roquette Pinto trabalhou com Rondon, nas selvas, durante alguns meses de 1910, quando tinha apenas 26 anos de idade. Em 1917 publicou uma obra importante que ele denominou de Rondônia, homenageando Rondon, abrangendo a região entre os rios Juruena e Madeira, que passou a ser território em 13 de setembro de 1943 (Território do Guaporé).

Em 1956 o deputado federal amazonense, Áureo Bringell de Mello, nascido no hospital da Candelária, em Porto Velho, apresentou o projeto de Lei Complementar nº 2.521, dispondo sobre a mudança da designação política do Território Federal do Guaporé, para Rondônia, o projeto foi aprovado pelo Congresso Nacional sancionado pelo presidente da República, Juscelino Kubitschek, transformada na Lei Ordinária nº 2731, de 17 de fevereiro de 1956, que muda a denominação do Território Federal do Guaporé para Território Federal de Rondônia, em homenagem a Marechal Rondon e em 1982 transformada em Estado de Rondônia (Uma homenagem a Rondon).

É oportuno esclarecer que, o deputado Áureo de Mello adotou a ideia do nome Rondônia, do notável etnólogo do Museu Nacional do Rio de Janeiro, Roquette Pinto, que em 1912 participou de uma viagem de pesquisas e estudos à região da Serra dos Parecis, onde a Comissão de Linhas Telegráficas e Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas, seção Cuiabá / Santo Antônio do Rio Madeira, chefiada pelo então Major Cândido Rondon, realizava os trabalhos de construção da linha telegráfica. Impressionado pela envergadura do trabalho, Roquette Pinto, em 1915, durante a realização do Ciclo de Conferência sobre a Comissão Rondon, no Museu Nacional, propôs que a área compreendida entre os rios Juruena e Madeira, cortada pela linha telegráfica fosse denominada “terras de Rondônia”, em homenagem a Rondon. E em seu livro “Rondônia”, lançado em 1916, registra a importância geológica, geográfica, botânica, zoológica, antropológica e etnológica da Comissão Rondon para esta parte do extremo oeste brasileiro e a sua utilidade no tocante à vigilância das nossas fronteiras. E, ainda em 1916, o eminente cientista Roquette Pinto, em artigo publicado na Revista do Brasil, p. 169, defendendo a proposta apresentada, registra as principais características da obra de Rondon, para esta extensa área de terra que o sertanista “descobriu”, palmilhou e começou a civilizar, reiterando que fosse denominada de Rondônia. Em 1917, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, conferiu a Roquette Pinto, o prêmio Pedro II, pela sua obra fascinante e que relata aspectos até então desconhecidos da área geográfica constituída atualmente pelo Estado de Rondônia. (Borzacov, 2015).

Em 2017 os correios do Brasil fizeram o lançamento de um selo comemorativo aos 150 do seu nascimento do Marechal Rondon, importante

homenagem ao homem que faz de Rondônia o único estado brasileiro a homenagear um personagem de sua história. No ano de 2017 está sendo feito Porto Velho um memorial em homenagem em Rondon “Rondon – Marechal da Paz” no entorno da capela de Santo Antônio, com inauguração prevista para o final de 2017.

A História de Rondon e da conhecida comissão Rondon estão entrelaçados, não há como separá-las são partes de um todo e dentro desses acontecimentos e contextos históricos está o posto telegráfico Afonso Pena (museu das comunicações) a História da cidade de Ji-Paraná e dentro de uma complexa teia a História de Rondônia e seu nome. Conhecendo um pouco da história da comissão Rondon e seu contexto e realizações e a importância do Marechal Rondon para o estado de Rondônia é que se pode compreender a importância do museu das comunicações em Ji-Paraná. Os fatos da comissão Rondon marcaram para sempre a História de Rondônia e dessa parte da Amazônia Ocidental.

## **1.6 Ji-Paraná - Rondônia**

Em 1877 os primeiros colonos nordestinos ocupam a região. A principal atividade era a extração do látex da seringueira. Consta na mesma época a chegada dos primeiros missionários, que faziam os primeiros contatos e aculturação dos nativos e por necessidade, organizaram a primeira administração do emergente povoado. A chegada à região era feita pelo rio Machado a partir do rio Madeira.

Até 1883 sob tutela dos missionários, Frei Iluminato, último administrador religioso da localidade, passou a responsabilidade às mãos do senhor Amâncio Farias da Cruz, morador do povoado, que assumiu a função de dar sequência às ações administrativas.

De 1883 até 1900, ocorreu grande surto da atividade seringalista na região, principalmente às margens do rio Machado e do rio Urupá. O centro da administração, onde os seringalistas se encontravam para realizar seus negócios, era denominado "pouso redondo". O local posteriormente ficou conhecido como "Dois de Abril" e o lugarejo (atual Ji-Paraná), até o ano de 1909, ficou conhecido pelo nome de Urupá. Era um grande seringal.

No ano de 1909 a chegada do Marechal Rondon à embocadura do rio Urupá, marca o local onde construiu a primeira estação telegráfica da região, denominada de Presidente Afonso Pena. A estação telegráfica passou a ser o centro

administrativo da localidade, cuja importância foi delineada pela absorção gradativa do nome Urupá para o nome da estação telegráfica. E a partir dela ao seu redor cresce a localidade, sendo a estação telegráfica ou museu das comunicações o marco zero da cidade. Ao redor da casa do Marechal Rondon, o povoado evoluiu, dando origem ao atual centro do município de Ji-Paraná.

O crescimento econômico experimentado pela região, baseado principalmente na imigração atraídos pelo alto preço da borracha amazônica no mercado internacional, obrigou a administração local dar melhor estrutura física e organizacional à estação telegráfica como pólo centralizador das ações administrativas em 1914.

A partir de 1912, por causa da produção de borracha no continente asiático, aconteceu à queda do preço do látex no mercado internacional, o que ocasionou a desvalorização da borracha amazônica. A redução da atividade econômica local motivou também a redução da população que saía em grande número em busca de novas fontes de renda.

Esse período de estagnação econômica durou até o ano 1950 com a descoberta de diamantes e o início da atividade garimpeira na região. Em 1943 o presidente, Getúlio Vargas, criou o Território Federal de Guaporé, instalando dois municípios (Porto Velho e Guajará-Mirim) e vários distritos, dentre eles o Distrito de Vila de Rondônia, pertencente ao município de Porto Velho, que se estendia desde a embocadura do rio Jaru, na sua margem direita e esquerda, indo até a nascente do rio Machado.

Vila de Rondônia, com cerca de 1.100 habitantes em sua sede distrital, recebeu em 1952 o primeiro administrador do Distrito, Sr. Abel de Oliveira Neves. A vila tomava novo impulso econômico com a então florescente atividade garimpeira, sem captar para si o desenvolvimento socioeconômico que daí poderia advir, visto que toda produção garimpeira era voltada à exportação, sem um controle adequado de retenção de divisas. Em 1956 o território muda de nome para Território Federal de Rondônia, o que ocasionava confusão na identificação da Vila com Território.

Em 1960, composta por uma população de um pouco mais de 1.600 habitantes, a vila recebeu com entusiasmo a determinação do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, da abertura de BR- 029, atual BR- 364 feita em cima da linha telegráfica deixada por Rondon. Com a abertura da estrada federal, o fluxo

migratório da região se tornou mais acentuado, dando início à atuação do INCRA para organizar o processo de organização das terras.

Em 1977, através da Lei No. 6.448, de 11.10.77, o Presidente Ernesto Geisel, concede a criação do município de Ji-Paraná, Vila de Rondônia passou a se denominar Ji-Paraná, em homenagem ao rio que atravessava toda sua área de Sul para Norte, dividindo sua sede administrativa em dois setores urbanos distintos, conhecidos como primeiro distrito (zona norte) e segundo distrito (zona sul). Em 22 de novembro ocorreu então a instalação oficial do município com a designação do primeiro prefeito, Sr. Walter Bártolo. (Fonte: Prefeitura municipal de Ji-Paraná)

Hoje com uma população de 138 560 habitantes, é o segundo mais populoso do estado e o décimo sexto mais populoso da Região Norte do Brasil, a 210ª mais populosa do Brasil e a 113ª mais populosa cidade do interior brasileiro.

## **1.7 Museu das comunicações**

A antiga estação telegráfica Presidente Afonso Pena, inaugurada em 1914, por Rondon, se transformou no principal ponto turístico Histórico e cultural de Ji-Paraná, o Museu das Comunicações. O prédio revela imponência e os desafios da sua época, com tijolos de barro (adobe) e cobertura em telhas em cerâmicas fabricadas artesanalmente. A característica e robustez da edificação, bem como o seu acervo, atraí visitantes regulares ao museu. Além das visitas constantes de estudantes, professores e pesquisadores.

Museu das Comunicações. Construção de 1912, feita pelo Marechal Cândido Rondon, serviu de base para a primeira estação telegráfica. Posteriormente foi sede dos Correios e Telégrafos e, em 1985, foi restaurado para abrigar o Museu das Comunicações. Abriga galeria com a História do Município de Ji-Paraná. Acervo: instrumentos, telégrafos utilizados por Rondon, correspondências expedidas e recebidas durante sua passagem pela região. Localização: Av. Marechal Rondon c/ Travessa da Discórdia, Centro. Funcionamento: 2º a 6º feira das 09h00min às 17h00min. (Fonte: Site da prefeitura municipal de Ji-Paraná acesso 29/08/2017).

Construída com o objetivo de integrar o país por meio de linhas telegráficas interligando Cuiabá a Santo Antônio do Rio Madeira (hoje Porto Velho), a estação telegráfica Presidente Afonso Pena, dado por Rondon em homenagem ao

presidente da nação na época é um marco na história de colonização da vila de Rondônia, hoje Ji-Paraná, de Rondônia e da Amazônia.

Os operadores de telégrafo moravam no prédio, Rondon preocupou-se desde o início em emancipar as estações telegráficas do problema com o abastecimento de alimentação. Para atender essa deficiência, iniciou em cada posto a imprescindível, lavoura de subsistência e a criação de animais para alimentação; aves, gado, suíno e caprino, o que garantia a sobrevivência dos operadores nomeados para servirem nos postos telegráficos.

Mas a vida dos encarregados de operar o posto telegráfico não era fácil, frequentemente eram atingidos pelas doenças tropicais. Quando ocorria interrupção nas transmissões, o operador e o guarda-fio eram responsáveis em percorrer o trajeto da linha, encontrando geralmente árvores caídas sobre a linha. Outras vezes a causa do defeito era a “aranha gregária<sup>1</sup>”, que costuma fazer teia de seda compacta que desce da cruzeta do poste a terra, resultando em curto circuito na linha telegráfica.

No dia 8 de maio de 1985, o governador do estado de Rondônia Coronel Jorge Teixeira de Oliveira chegava à cidade de Ji-Paraná para entregar à população, a grande obra de valor histórico para Rondônia e a Amazônia, o Posto Telegráfico de Rondon, restaurado, foi à última inauguração feita como governador de Rondônia pelo Coronel Jorge Teixeira.



Figura 2: Foto museu das comunicações (Placa da restauração, 1985) Autor: Gilvandro O. da Silva, 2017.

<sup>1</sup> Para mais informações sobre Aranha Gregária. Acesse: <https://educacaoambientalnarochoa.blogspot.com.br/>

Conforme relata a professora Yêdda Pinheiro Borzacov, (2015) membro da Academia de Letras de Rondônia, do Instituto Histórico e Geográfico de Rondônia e vice-presidente do Memorial Jorge Teixeira e estava presente na inauguração da restauração do posto telegráfico, transformado em museu.

No livro de registro do Museu das Comunicações “Cândido Mariano da Silva Rondon”, constam opiniões de personalidades que participaram do evento de inauguração:

“No momento em que deixo a nobre missão de ver acabada na transformação do Território de Rondônia no Estado de Rondônia, faço esse relato na Casa de Rondon, figura ímpar, na qual procurei me mirar para ser útil ao meu Brasil”. Jorge Teixeira de Oliveira – Governador de Rondônia.

“Parabéns aqueles que constroem o nosso Patrimônio Histórico, lembrando e homenageando este grande brasileiro – Marechal Rondon. Povo sem tradição, história e cultura tende a destinar-se a praia do olvido”. José Adelino da Silva – Secretário Estadual de Saúde.

“A reconstrução da Casa de Rondon foi uma agradável missão que recolhemos do governador Jorge Teixeira. Mais importante, porém, que reconstruí-la, será a missão de preservá-la, conservando-a como relíquia cultural da nossa gente. De parabéns, os funcionários do BERON envolvidos na recuperação, bem como o diretor Celso Gonçalves dos Santos, a Secretaria de Estado da Cultura, Esportes e Turismo – SECET, na pessoa da professora Yêdda Borzacov e o Cel. Teixeira, o grande entusiasta da ideia”. Paulo Cordeiro Saldanha – Presidente do BERON.

“Aqui será o santuário em que as futuras gerações de ji-paranaenses elevarão o seu pensamento para o nome tutelar, Rondon, cujo espírito pairará eternamente nesta cidade, cujos fundamentos lançou, e há de refletir em seu povo as maiores qualidades de seu caráter: honra patriotismo e amor ao próximo”. Desembargador Hélio Fonseca – Secretário da Casa Civil.

“Ao participar da inauguração desta casa histórica e memorável, em homenagem ao grande e modelar homem brasileiro – Marechal Rondon –, deixo

patente, com orgulho e admiração, o respeito a esse que foi pedra angular e imprescindível como marco inicial do nascimento deste venturoso e móvel Estado de Rondônia que, por justiça tem origem em seu nome – Rondon”.

“Ao governador responsável pela restauração do prédio que também foi um baluarte e seguidor da trilha, o nosso apreço, enfim, a todos os responsáveis pelo engrandecimento deste Estado que aprendi a gostar desde cedo”. Roosevelt Costa – Juiz de Direito.

Atualmente, o imóvel mantém as características originais e é administrado pela Fundação Cultural de Ji-Paraná. O prédio já abrigou a Empresa de Correios e Telégrafos. No museu fica em exposição peças e o histórico sobre as linhas telegráficas da comissão Rondon, bases e estações telefônicas, caixa de coleta dos correios, aparelhos de rádios e de telefonia, rádios comunicadores e outras peças.



Figura 3: Foto museu das comunicações (vista lateral) Autor: Gilvandro O. da Silva, 2017.

Além do acervo exclusivamente voltado para as comunicações e peças específicas da comissão Rondon e do Marechal Rondon, o museu tem outras atividades culturais, como, exposições de fotografias e de artesanato indígenas.



Dentre outras atividades e atrativos estão no calendário dos eventos anuais: a “Semana Nacional de Museus”, em maio e a “Primavera de Museus” em setembro.

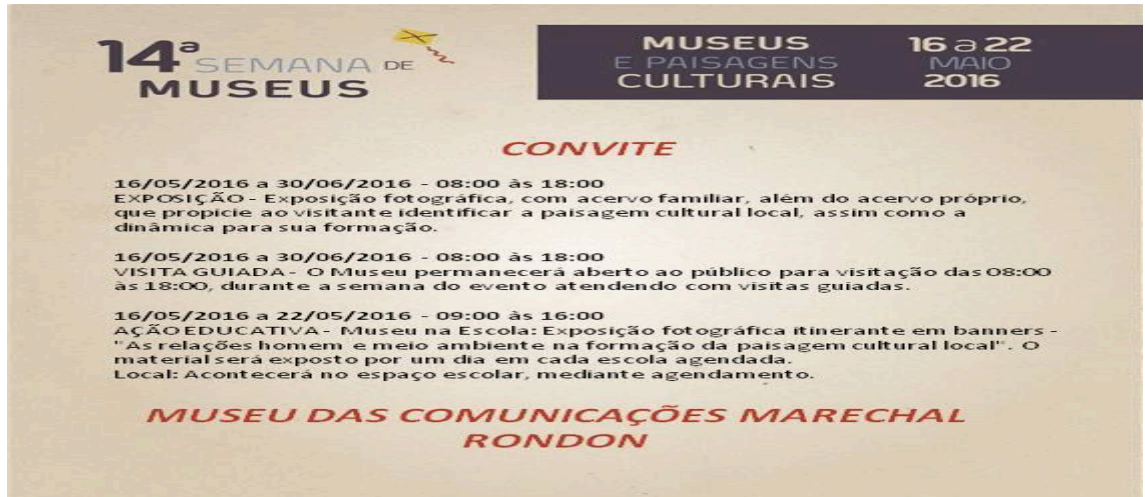


Figura 4: Convite semana de museus. Fonte: Pagina web museu das comunicações, 2016.

Os homens são a maioria em visitar o museu das comunicações, segunda dados da administração. Os estudantes são maioria. Eles chegam em grupos ou em caravanas, junto com os professores. Conforme dados do museu, 73% dos visitantes são do município Ji-Paraná, 17% de outras cidades rondonienses e 10% são turistas ou pesquisadores de outros estados e países.



Figura 5: Foto museu das comunicações (entrada). Autor: Gilvandro O. da Silva, 2017.



Em 2016, o museu recebeu um total de 8.442 visitantes. O Posto Telegráfico mesmo restaurado manteve suas partes e características originais garantindo seu tombamento e seu nome entre os Patrimônios Históricos do Brasil, inscrito no Livro de Tombo Histórico desde 2007 do Instituto do Patrimônio Histórico e artístico Nacional – IPHAN.

O museu das comunicações embora uma estrutura, representa mais que um momento estático na história da Amazônia. É um patrimônio histórico pela sua arquitetura, sua história, sua importância social e histórica enquanto monumento. Mas também na sua parte interna é um museu importante ao mostrar e contar o processo de mudança e avanço, a tecnização e a modernização da tecnologia das comunicações. O telegrafo, o telegrama, radio ondas curtas, radio ondas moduladas, televisão, telefone fixo, radio frequência modulada, a caixa de correios, o telefone público (orelhão). Hoje o celular, o telefone móvel sai do museu para o bolso com o smartphone. Essa figuração e a interdependência são partes do processo a partir da comissão Rondon que trouxe consequências e mudanças.

É exemplo de processos sociais a evolução dos transportes aéreo, terrestre e fluvial; a evolução dos meios de comunicação: rádio, televisão e telefone fixo e móvel; a diferenciação crescente e decrescente de funções sociais, o aumento ou diminuição do capital social ou patrimônio do saber, o aumento ou diminuição da compaixão por outros homens, pertençam eles ao grupo que for. (MATOS, 2015, p. 107).

A comissão Rondon a partir da abertura da selva trouxe e desenvolveu uma nova dinâmica social e o posto telegráfico Afonso Pena faz parte desse processo. Junto com a linha telegráfica, veio o contato com os povos indígenas que trouxeram consequências, a ocupação do território pelo processo migratório e abertura da rodovia e futura BR 364, a criação de localidades e esses processos trouxeram junto com as comunicações telegráficas outras demandas, a comunicação trouxe a informação e o transporte e novas configurações. Logo ocorreu um processo civilizador na região a partir da instalação do posto telegráfico. E hoje o museu das comunicações mostra esse processo também através da evolução dos meios de comunicação e informação.

Logo o museu está interligado e faz parte do processo histórico principalmente do interior do estado de Rondônia, o processo social, o progresso da tecnização que está representado pelo museu das comunicações, enquanto símbolo de um período e mostra das evoluções das comunicações e inter-relações sociais por consequência e suas novas figurações no decorrer do tempo pelo processo

social civilizador, evolução tecnológica e integração nacional que trouxe consequências. Indissociável do passado mais apontando para o futuro o museu das comunicações continuará a testemunhar as mudanças tecnológicas e suas consequências, sempre mostrando e lembrando para Rondônia e a Amazônia ocidental como nesta região tudo começou.

### **1.8 Mercado Municipal Adolpho Lisboa (mercadão)**

Situado às margens do Rio Negro, de frente para onde era a extinta “Cidade Flutuante” o Mercado se apresenta como símbolo arquitetônico e cultural da cidade de Manaus. Muito mais que um patrimônio, para alguns ele é lugar do cotidiano onde se constroem suas identidades. O cotidiano do mercado é heterogêneo no seu significado e nas suas práticas. Há uma interação entre trabalho, lazer e cultura.

Local da compra semanal e visita de final de semana para moradores da cidade e ao mesmo tempo é um local preparado para os turistas, um patrimônio histórico, integrado ao cotidiano, ele é a fonte de renda, é o lugar do sustento e do trabalho, ele é lugar das inter-relações socioculturais.

E é esse patrimônio histórico cultural, simbólico, formador de memória, local do cotidiano da cidade, local de compra, de trabalho e passagem para outros e principalmente local hoje voltado para atender ao turismo, que abordaremos. A abordagem sobre a identidade, memória e turismo serão abordados nas outras sessões, primeiro vamos conhecer como surgiu o mercadão.

Em Manaus, até a segunda metade do século XIX, os produtos alimentícios eram transportados dos municípios do interior do Amazonas e vendidos à margem do rio Negro, em uma área conhecido como Ribeira dos Comestíveis. Ali eram vendidos produtos como farinha, peixes, frutas, legumes, grãos, e outros produtos produzidos na região. Além de outros hoje proibidos por lei como: tartarugas, peixe-boi e outras caças.

O desenvolvimento da cidade, proporcionado pelo 1º ciclo da borracha, proporcionou duas circunstâncias que se mostraram principais para a criação do Mercado Adolpho Lisboa: o desenvolvimento econômico e o contato direto com a Europa. Neste período surtos epidêmicos nas cidades europeias trouxeram à luz o debate sobre a necessidade iminente de políticas de saúde pública e incitou a

criação de teorias e concepções higienistas que resultariam, entre outras coisas, na criação de mercados públicos cobertos de abastecimento. Uma concepção ao molde civilizatório, dentro do processo civilizador.

Com o crescimento da cidade, foi necessário ampliar o ponto de venda, transformando-o em mercado, o que ocorreu em 1869, por ordem do então presidente da Província do Amazonas, João Wilkens de Matos, o Barão de Maruiá. Com a ampliação, a feira mudou-se para a Praça da Imperatriz, local onde funcionou por doze anos.

No final do século XIX e começo do século XX foram construídos vários mercados municipais por diversas cidades da Europa como em Londres, Paris e Berlin e no Brasil temos os mercados municipais de São Paulo e de Manaus.

A primeira etapa para construção do Mercado, como hoje é carinhosamente conhecido pela população manauara, foi dado em 1881, na gestão do presidente Satyro de Oliveira Dias, presidente da província do Amazonas, com a desapropriação de um terreno de 5.400 m<sup>2</sup> próximo ao porto, localizado na Rua dos Bares, antigo bairro dos Remédios. Dando-se assim o primeiro passo para a edificação de um mercado público coberto, com adequados padrões sanitários e comerciais, iniciada em agosto de 1882, na gestão do então presidente Alarico José Furtado. Dessa época é datado o edifício principal. Trata-se de um galpão de aproximadamente 45 metros de comprimento e 42 metros de largura, construído com estrutura de ferro. A estrutura é sustentada por 28 colunas, sendo os parapeitos onde estas se apoiam, e as duas salas laterais, em alvenaria de pedra e tijolo. Seu calçamento é de laje de cantaria, de forma retangular e sua rua central é calçada em paralelepípedos. (LEONG, 2011, CHAVES, 2013)

Construído pela empresa Backus & Brisbin, que atuava em Nova Orleans (EUA), no México e em Belém (Pará), era composto de um galpão coberto e uma fachada de alvenaria de pedras voltado para o Rio Negro, cujo frontão, em estilo neogótico, ficava instalado um relógio de fabricação alemã.

A estrutura metálica foi totalmente importada de Liverpool na Inglaterra, encomendada por catálogo da empresa Francisc Norton Engineers. Esta parte é hoje o Pavilhão Central, que foi inaugurado em 15 de julho de 1883. Construído no estilo art nouveau, que remete ao Mercado de Les Halles de Paris.



Figura 6: Vista do mercado municipal Adolpho Lisboa frente para o Rio Negro. Autor: Gilvandro O. da Silva, 2017.

Em 1890 o Mercado foi ampliado com a construção de mais dois pavilhões laterais. Porém ampliação não foi suficiente para atender o crescente movimento com o aumento da população da cidade e, em 1902, foi pedido da empresa Walter MarcFarlane de Glasgow (Escócia - UK) a estrutura de ferro do pavilhão posterior, hoje Pavilhão das Tartarugas.

A nova estrutura é diferente das demais, por ter a cobertura em quatro águas, a iluminação com lampiões de querosene e possuir as laterais todas fechadas. É nesta ampliação que o mercado recebe sua fachada voltada para a Rua dos Barés, sendo concluído em 1906 e inaugurado pelo então prefeito Adolpho Lisboa, que colocou seu nome na nova fachada. (BIAPÓ, 2013)



Figura 7: Vista lateral do mercado municipal Adolpho Lisboa na Rua dos Barés 1970. Fonte: Manauscult, 2017.

A metrópole da borracha, nos anos 1906, abrigava uma população de 23 mil habitantes, em suas ruas retas e longas, calçadas com granito e pedras de lioz importadas de Portugal, praças e jardins exuberantes, fontes, monumentos e o suntuoso Teatro Amazonas. Além de hotéis, cassinos, estabelecimentos bancários, palacetes e todos os requintes de uma cidade moderna. O prefeito Adolpho Guilherme de Miranda Lisboa foi um dos responsáveis pelas grandes obras na capital nesse período áureo da borracha, também conhecida como Belle Époque Tropical ou Era Dourada.

Atualmente o Mercado Municipal Adolpho Lisboa possui seis pavilhões de ferro fundido: um central; dois laterais; da carne e do peixe; um posterior, o da tartaruga; e dois pavilhões menores instalados lateralmente nas extremidades da fachada voltada para o rio Negro, os pavilhões Amazonas e o Pará. São 182 permissionários, 64 boxes no Pavilhão Central, 20 no do Peixe, 22 no da Carne, 24 no das Hortifrúti, duas praças de alimentação cada uma com 11 boxes, 19 no Pavilhão Frontal, duas bombonieres, dois restaurantes, além dos Pavilhões Pará e Amazonas em mais de 5 mil metros quadrados.

Hoje o mercadão é um ponto turístico de Manaus e um dos locais mais movimentados do centro de Manaus. É realmente um mercado público e um dos mais importantes centros de comercialização de produtos regionais da cidade. As duas fachadas totalmente distintas, uma de frente para o rio Negro e outra para a Rua dos Barés são fotografadas diariamente e estando entre os dois monumentos mais visitados pelos turistas em Manaus, junto com o teatro Amazonas.

Na sua história recente, após sete anos fechado para reforma, o mercadão foi reinaugurado no dia 23 de outubro de 2013. A reforma foi iniciada na gestão do então prefeito de Manaus, Serafim Fernandes Corrêa e finalizada na gestão do prefeito Arthur Virgílio Neto.

Após oito anos fechado para obras de restauração, o Mercado Municipal Adolpho Lisboa, em Manaus (AM), reabre as portas nas primeiras horas do aniversário da capital amazonense. O mercado será entregue pela Prefeitura de Manaus, por meio da Secretaria Municipal do Centro (Semc), em meio a uma festa marcada para a noite desta quarta-feira, 23, e organizada pela Fundação Municipal de Cultura, Turismo e Eventos (Manauscult acesso em 04/08/2017).

Durante o trabalho de restauração, houve a realocação das bancas e dos boxes dos permissionários dentro do mercado. As bancas foram redistribuídas de maneira unânime com a aprovação dos permissionários. Paralelamente, buscou-se a recuperação da arquitetura histórica do prédio original, modernizando a área sanitária, uma melhora na parte de higienização. A restauração, foi aprovada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, foram sete anos o período que o mercadão ficou fechado para restauração. Mais de 170 profissionais entre restauradores, engenheiros, pedreiros e outros estiveram envolvidos na obra.

A entrega do Mercadão totalmente restaurado é um presente que a cidade vai receber em seu 344º aniversário e foi um compromisso firmado pela administração do prefeito Arthur Virgílio Neto com os manauaras no momento em que tomou posse do cargo no dia 1º de janeiro deste ano. (Manauscult acesso em 04/08/2017).

Antes de ser um presente restaurado para população a restauração do mercadão foi uma obrigação e dever do poder público.

A visita ao mercado também será um reencontro com a história de Manaus dos tempos áureos da borracha. O Mercadão guarda histórias que como o sino da creolina, superado com a restauração e a reforma sanitária e de higienização, o bombardeio de 1910 e outras curiosidades de uma arquitetura que é símbolo de Manaus. Secretaria Municipal do Centro (Manaus, Amazonas).



O Mercado Municipal Adolpho Lisboa, um dos mais importantes centros de comercialização de produtos regionais em Manaus, foi construído no período áureo da borracha. Por ser um dos principais exemplares da arquitetura de ferro sem similar em todo mundo, foi tombado em 1º de julho de 1987 pelo Iphan. Sobre a bandeira do portão principal, existe uma cartela cravada com o nome Adolpho Lisboa que, na época da construção, era prefeito da cidade de Manaus. Posteriormente Lisboa deu o nome ao mercado. (IPHAN acesso 05/08/2017).

A prefeitura de Manaus fez uma pequena reforma no mercadão, em 1977 na época coube ao prefeito Jorge Teixeira (1975-1979) (coronel do Exército) “batizá-lo”, como prova o atestado afixado no portão principal e em 1978 o local passa a chamar Mercado Municipal Adolpho Lisboa.

Com recursos da Prefeitura de Manaus, o Mercado fez uma pequena reforma em 1977 e, em dezembro de 2006, iniciou outra reformulação bem maior, por meio de um convênio entre a Prefeitura e a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) e IPHAN. (Manauscult acesso em 04/08/2017).



Figura 8: Placa de inauguração do restauro de 1978. Fonte: Manauscult, 2017.

Em 1850, no dia 5 de setembro, foi criada a Província do Amazonas, desmembrada da Província do Grão-Pará. E logo nos primeiros anos toda a Amazônia é transformada pelo látex, começa a epopeia da borracha e o Amazonas e sua capital vive a Belle Époque amazônica (iniciou-se em 1871 e vai até 1911). A cidade é transformada e é mais moderna que algumas capitais do sul do país e sua elite vivem nos trópicos como se estivesse na França e suas avenidas amplas (Boulevard) faz no começo do século XX ficar conhecida como a Paris dos Trópicos.

O Prefeito Adolpho Lisboa<sup>2</sup> um dos responsáveis por essa transformação da capital, nasceu na Bahia (1862) e ainda pequeno mudou para Belém no Pará, filho de militar do exercito, seguiu a carreira do pai. Chegou a Manaus com a patente de tenente e ainda em Manaus foi promovido a capitão do exercito. O posto de coronel ele recebeu do governador do Amazonas Silvério Nery ao assumir o regimento militar do estado sendo promovido para Coronel-comandante. Foi nomeado Superintendente (Prefeito) da capital por três vezes (1901), (1902/1904) e (1905/1907) na administração dos governos de Silvério e Constantino Nery. Conforme Mendonça (2008), Adolpho Lisboa escreve em 1903 para a reunião quadrimestral da Intendência realizada em novembro, Adolpho Lisboa apresentou ao conselho municipal extenso relatório. Nele, enfatiza a habilidade com que administrou “o município de Manaus durante o curto período que decorre de 12 de setembro até esta data”.

Como sabeis o principal escopo da minha primeira passagem por esta administração, foi o ampliamto do atual mercado, aproveitando o mais possível às condições do terreno em que ele se acha edificado. Para esse fim, mandei proceder ao mais minucioso estudo por técnicos competentes, e contratei todas as obras necessárias para o acabamento do edifício, tendo em vista não somente a sua amplitude e comodidade, como também a sua elegância e arte. . (MENDONÇA, 2008, p. 137).

Relata as demais providências:

A planta apresentada a esta superintendência pelo contratante o engenheiro civil, Dr. Filinto Santoro, e a execução que chegaram a ter as obras, provam de sobejo os fundamentos desse acerto. A necessidade de se aumentar o edifício do mercado, foi primeiramente reconhecida pelo Dr. Arthur Araújo, antigo superintendente deste município, que nos últimos relatórios da sua administração destaca a pequenez daquele edifício para o crescente aumento da população. A necessidade de se aumentar o edifício do mercado, foi também reconhecida pelo meu antecessor, Dr. Luna Alencar, que em todos os seus relatórios, de 15 de agosto de 1902, e 13 de maio e 15 de agosto de 1903, não se cansa de clamar pela continuação das obras executadas na minha administração e também contra o prejuízo acarretado pelas mesmas no pé em que estão. (MENDONÇA, 2008, p. 138).

O mercado mencionado no seu relatório teve uma história administrativa tumultuada nos seus primeiros anos. O coronel Lisboa foi muito importante para o aprimoramento arquitetônico, e continuação das ampliações do mercado.

A borracha fez a capital prosperar e com ela surgem as grandes obras e edificações e o mercadão reflete esse período aéreo e subsiste ao fim desse

---

<sup>2</sup> Para mais informações sobre a administração do prefeito Adolpho Lisboa e sua biografia indico o livro “Administração do coronel Lisboa”. Autor: Roberto Mendonça. Editora Muiiraquitã, 2008.



período, continuando sendo frequentado pela população. O mercado Adolpho Lisboa é mais que um mercado municipal ou um local para comprar lembranças do Amazonas ele é a prova física do apogeu da borracha e testemunha das mudanças ocorridas em mais de cem anos de existência. É uma das marcas do processo civilizador ocidental que avançou pela Amazônia, é entre outros espaços, um lugar que registrou a fartura da produção extrativista - tanto de animais quanto de vegetais - e que hoje, dado as discussões ambientais, é um espaço de proibição de comercialização de determinados produtos extrativistas, dentre eles a carne de animais silvestres como peixe-boi, tartarugas entre outros. (MATOS, 2015)

Ao passarmos pela porta do mercadão podemos imaginar quantas gerações também passaram por aquelas portas e o mercadão está pronto para continuar a receber novas e futuras gerações para testemunharem a glória da borracha e o espírito inovador do Amazonas.

Os patrimônios aqui tratados têm ligações na história que entrelaça os acontecimentos e têm alcances além do nosso completo conhecimento. O momento histórico dos nossos patrimônios estudados é próximo, vivem epopeias diferentes, Manaus vive a epopeia da borracha e Rondônia a epopeia da comissão Rondon. Dessa forma não basta estudar o objeto simplesmente como fato histórico, de uma forma estática.

A borracha influenciou na criação e propósito da comissão Rondon. Os principais personagens são militares do exército brasileiro, o capitão Adolpho Lisboa e o major Rondon e os dois patrimônios Históricos são reinaugurados após restauração no caso do Museu das comunicações e menor intervenção no caso mercado municipal, pelo mesmo militar do exército brasileiro. Em Manaus o prefeito da cidade coronel Jorge Teixeira deu o nome ao mercado municipal de Adolpho Lisboa e em Ji-paraná o governador do estado o coronel Jorge Teixeira deu o nome ao posto telegráfico de museu das comunicações Marechal Candido Mariano da Silva Rondon. Hoje são patrimônios que representam épocas importantes e fundamentais para o que as cidades são hoje e a sua manutenção esta ligada a memória e ao turismo. Suas ligações socioculturais vão além do prédio, da arquitetura, embora sejam patrimônios também pelas suas edificações, mas são representantes sociais e culturais de suas épocas e hoje continuam exercendo uma ligação cultural e social nas suas comunidades, Não menos os dois monumentos retratam processos sociais de longo prazo para o Amazonas e Rondônia.

## 2.SESSÃO II

### 2.1 Patrimônio, Preservação e Memória.

Uma das peculiaridades específicas aos seres humanos é sua capacidade de criar e guardar objetos. O homem se relaciona através da mediação de objetos, logo é importante o estudo dos objetos para entendimento de uma determinada cultura. O avanço dos estudos nas áreas das ciências humanas e sociais incorporou novas reflexões. As pesquisas e o referencial teórico, sobretudo sobre as relações entre memória e cultura material podem trazer importantes contribuições aos recentes debates em torno da preservação do patrimônio cultural e a memória.

Os objetos possuem importantes significados culturais e, portanto, constantemente fazem um “trabalho cultural” relacionado à representação dos contornos culturais de uma determinada sociedade. Conforme Lima (2011) representa a “dimensão concreta das relações sociais”, tendo um papel ativo na sociedade na medida em que a posse ou não de determinado objeto define diferenças sociais, estabelece identidades de grupos. Os museus tem a função de guardião desses objetos.

Os seres humanos tendem a classificar e, estas classificações, sob o ponto de vista psicanalítico, permitem que os indivíduos, façam demarcações e categorizações, elementos considerados importantes para que o indivíduo se sinta incluído dentro da sociedade. Ao classificar os objetos, os seres humanos atribuem a eles um valor cultural. Para Durkheim a classificação dos objetos está intimamente relacionada às questões que envolvem a preservação do patrimônio cultural. Entendendo “patrimônio cultural” como um conjunto de bens selecionados para serem preservados como herança para as gerações futuras, fica claro dessa forma a existência de alguma forma de seleção, entendendo que não é aceitável que se preserve tudo.

Durante muito tempo essa seleção foi feita a partir da valoração do objeto como obra de arte ou monumento, no caso dos edifícios. A avaliação estava, portanto, restrita a um grupo de especialistas que detinham o poder de selecionar o que era ou não representativo de um determinado momento histórico ou estilo arquitetônico, ou ainda, durante um determinado período da história, o que deveria ser preservado como símbolo nacional de forma a construir a identidade da nação.

Recentemente, aliado ao processo de ampliação do repertório de bens reconhecíveis como patrimônio cultural, nota-se a crescente reivindicação por uma maior participação da sociedade nas escolhas dos bens a serem protegidos.

Outro conceito que se relaciona intimamente com a preservação do patrimônio cultural é o conceito de memória. Segundo Dick (2007), a memória não está localizada apenas no cérebro nem tampouco nos objetos que invocam estas lembranças, objetos que funcionam como “mediadores da memória”. Esta “memória mediada” se manifesta na complexa relação entre o cérebro, os objetos materiais e o contexto cultural no qual eles são produzidos. Esta abordagem reforça a importância da contribuição de outras disciplinas para o campo da preservação do patrimônio, seja para investigar o contexto social em que os objetos foram produzidos seja para a construção de narrativas históricas em torno dele. (CORBO, 2017).

Compreendendo o patrimônio cultural como uma herança relevante para o futuro, devemos buscar a melhor forma de preservá-lo. A história, memória e identidade cultural são questões importantes para a preservação do patrimônio. Devemos, então, garantir a compreensão e a definição dos valores que devem orientar a seleção dos bens a ser preservada, buscando uma ampliação da participação dos atores envolvidos neste processo e, conseqüentemente, o aumento da representatividade destes bens na lista do que deve ser transmitido às gerações futuras.

## **2.2 Memória Coletiva e os Patrimônios**

O debate sobre a memória vem nos últimos tempos tendo uma crescente popularidade, seja como bandeira política, seja como tema acadêmico. Fala-se de memória da mulher, da cidade, do bairro, da empresa, da família... O aumento de museus, dos centros de memória, de publicações especializadas, os movimentos de preservação do patrimônio cultural tangível e intangível vêm crescendo e tendo reconhecimento público e oficial. Aqui trataremos da memória dentro dos nossos estudos de casos. O mercado municipal Adolpho Lisboa e o museu das comunicações Marechal Rondon, conforme as entrevistas, conversas e estudos.

Comumente a memória pode ser individual ou coletiva. Individual é quando a pessoa traz consigo acontecimentos que foram importantes, que interferiram em sua

vida particular. Coletiva, é quando essa memória passa a ser construída coletivamente, quando é partilhada por uma comunidade, cidade, estado, país, etc.

A definição mais usual da memória é como mecanismo de registro e retenção, arquivo ou repositório de informações, conhecimentos, experiências. Daí com a facilidade se passam para os produtos objetos desse mecanismo. Conforme Ulpiano Meneses. A memória aparece, então, como algo concreto, definido, cuja produção e acabamento se realizaram no passado e que cumpre transportar para o presente. No entanto, nem a memória pode ser confundida com seus vetores e referências objetivas, nem há como considerar que sua substância é redutível a um pacote de recordações, já previsto e acabado.

A memória é um processo permanente de construção e reconstrução como aponta Ecléa Bosi. O esforço imenso com que costumam investir grupos e sociedades, para fixa-la e assegurar-lhe estabilidade, é por si, indício de seu caráter fluido e mutável. Conforme J. Goody, a tradição se deixa cristalizar: a comunicação nunca se faz rigorosamente palavra por palavra, mas absorve variações de escala diferenciada. Logo, a memória de grupos e coletividades se organiza, reorganiza, adquire estrutura e se refaz, num processo constante, de feição adaptativa, como escreve Ulpiano Meneses:

A memória aparece como enraizada no passado, que lhe fornece a seiva vital e ao qual ela serve, restando-lhe, quanto ao presente, transmitir-lhe os bens que já tiver acumulado. Ora, como se viu, a memória enquanto processo subordinado à dinâmica social desautoriza, seja a ideia de construção no passado, seja a de uma função de almoxarifado desse passado. A elaboração da memória se dá no presente e para responder a solicitações do presente. É do presente, sim que a rememoração recebe incentivo, tanto quanto as condições para se efetivar. (MENESES, 1992, p. 11).

Toda lembrança é uma reconstrução do passado a partir dos olhos e dos valores do presente de um indivíduo e de um conjunto de indivíduos. Conhecemos, em nossa vida cotidiana, que ao lidar com a memória trabalhamos também com o esquecimento.

Logo a construção de “lugares de memórias”, que proporcionam a conservação, a discussão e a socialização das memórias individuais e coletivas, onde se entrelaçam memórias individuais e coletivas, familiares e institucionais, patronais, sindicais, estatais e da sociedade civil etc... Que se materializam e se conservam as memórias de um povo. Para Nora:

A reconstrução do passado, enquanto aquilo que não existe mais, por intermédio da história como uma operação intelectual e laicizante, que demanda análise e discurso crítico se encontra num patamar diferente do lugar de memória que não só defende algo ameaçado, mas que nasce e vive do sentimento de que não há memória espontânea e que é preciso criar operações capazes de prender a memória a locais, mediante um sentimento de continuidade residual a eles, de reconhecimento e de pertencimento à memória que eles representam. (NORA, 1993, p. 9).

O tempo dos lugares de memória, conforme Nora (1993), relaciona-se aos instrumentos de base do trabalho histórico e aos objetos simbólicos de nossa memória. Nesse sentido, faz-se necessário ancorar a memória em espaços e objetos, e os museus em geral podem ser vistos como lugares de manifestação da memória, porque sempre, necessariamente, não é o objeto que contém memória, mas sim as pessoas, e há tantas memórias quantos grupos existem.

Os eventos passados se tornam conhecidos somente se alguém guardou, preservou algum resto, vestígios que possam nos remeter ao passado e a partir deles escrever e reescrever a História. Portanto, um povo que não guarda suas histórias, suas memórias, seu patrimônio, não sabe quem realmente é. Estas memórias estão guardadas em seu patrimônio cultural que deve ser preservado, restaurado, contado, cantado, de tal maneira que possa despertar nas pessoas seu real valor para a construção de sua História.

Pierre Nora ao criar a definição “lugares de memória”, teve como objetivo evitar o desaparecimento dos registros históricos, e, para isso, ele realizou um inventário de locais do presente que continuavam repletos de passado: arquivos, monumentos, museus e outros espaços específicos. Dessa forma “lugares de memória”, podem ser de objetos materiais e concretos até vestígios imateriais e orais. Porém eles só se convertem, em “lugares de memória”, se as imaginações coletivas investem-los como lugares simbólicos.

Dessa forma o que os constitui é um certame entre a memória e a história e sua determinação recíproca. “Lugares de memória” são, pois o que sobra e se perpetua, carregando um tempo que já se foi, mas continua de maneira teimosa a existir na atualidade. Mais ainda, os “lugares de memória” constituem um movimento que nada tem de natural. É preciso construir esses lugares, reconhecer a importância das histórias contidas nesses locais, para que eles vivam, no presente. Afinal o presente anda sempre repleto de passado.

Conforme Mary Del Priori, a representação que um povo faz de si pode ser reconstruída por suas memórias: uma igreja, uma bandeira, um sabor são dispositivos memorialísticos a partir dos quais o povo se reconhece. Contudo, a definição e conservação dos lugares da memória são sempre permeadas por relações de poder, envolvendo tensões e conflitos.

Entretanto se consideramos verdadeira a afirmação de que as memórias e referências do passado fundamentam a coesão entre os sujeitos que compartilham lugares, memórias, tradições e histórias, não podemos ignorar que esses mesmos referenciais também evidenciam diferenças culturais que ampliam a compreensão da diversidade como valor essencial para o convívio em sociedade. (PELEGRINI, 2007, p.3)

No presente, no nosso tempo, o entrelaçamento entre a história e a memória tem sido pensado de forma mais dinâmica do que em outros momentos dantes, envolve amplas áreas do conhecimento como a História, a Sociologia, a Filosofia, a Antropologia e as Ciências Sociais. Sendo, portanto, multidisciplinar e suas abordagens são transversais.

A memória individual, como afirmou o sociólogo Maurice Halbwachs, constitui um ponto de vista da memória coletiva, porque muitos dos seus referenciais são sociais. Para Halbwachs, a memória social ou coletiva é alimentada por recordações moldadas por formas de linguagem, pessoas e datas que se encontram presentes, e ainda predominantes, na vida moral e material das sociedades que integramos. Essas reminiscências se fundamentam numa série de marcos sociais que se concretizam num dado espaço, tempo e linguagem, por isso ele assegura que “não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial”.

Mas, divergindo de Halbwachs, Le Gof e Nora entendem que não existe uma memória espontânea e verdadeira, ela sempre estabelece um recorte seletivo relacionado à necessidade humana de definir sua própria identidade. E mais, como sugeriu Nora, a memória recorre aos valores que cultivamos individualmente e está, inerentemente, profundamente, associada à memória coletiva, porque constitui um elemento de negociação importante no convívio social.

A atribuição de valores e simbologias a determinados bens materiais ou imateriais adquire, no decorrer do tempo histórico, sentidos e vivências subjetivas, determinadas pela relação que esses objetos estabelecem com os sujeitos ou grupos sociais. O filósofo francês Gaston Bachelard destacou que as memórias

apresentam-se repletas de simbolismos impregnados tanto nos objetos, como nas experiências vividas pelos seres humanos.

Logo as representações imagéticas e simbólicas circulam nas entranhas das memórias dos sujeitos sociais, em meio a sentimentos e vivências que resistem ao ocaso e se mantêm devotadas a sustentar vínculos com os seus lugares de pertencimento, historicamente construídos.

A memória é filha do presente. Mas, como seu objeto é a mudança, se lhe faltar o referencial do passado, o presente permanece incompreensível e o futuro escapa a qualquer projeto. Vamos aqui tratar mais da memória coletiva visto que nossos objetos de estudos são patrimônios culturais edificados, da qual a memória sobre eles são memórias sociais e coletivas. A memória coletiva é um sistema organizado de lembranças cujo suporte é grupos sociais espacial e temporalmente situados, como escreve Halbwachs. Essas redes de inter-relações estruturadas, interligadas em circuitos de comunicação, essa memória coletiva assegura a coesão social e são importantes na formação da identidade social.

A memória, como construção social, é formação de imagem necessária para os processos de constituição e reforço da identidade individual, coletiva e nacional. A memória, ao invés, é operação ideológica, processo psi-social de representação de si próprio, que reorganiza simbolicamente o universo das pessoas, das coisas, imagens e relações, pelas legitimações que produz. (LE GOFF, 1992, P. 22).

Para Halbwachs o indivíduo que lembra é sempre um indivíduo inserido e habitado por grupos de referência; a memória é sempre construída em grupo, mas é também, sempre, um trabalho do sujeito.

O grupo de referência é um grupo do qual o indivíduo já fez parte e com o qual estabeleceu uma comunidade de pensamentos, identificou-se e confundiu seu passado. O dinamismo das relações sociais do grupo, dá vitalidade às imagens, que constituem a lembrança. Portanto, a lembrança é sempre fruto de um processo coletivo e está sempre inserida num contexto social preciso.

Dessa forma no presente e no passado, permitem ao grupo ou grupos a localização da lembrança num quadro de referência espaço-temporal que, justamente, possibilita sua constituição como algo distinto do fluxo contínuo. Para Schmidt, (2002) a memória coletiva é o trabalho que um determinado grupo social realiza, articulando e localizando as lembranças em quadros sociais comuns. O

resultado deste trabalho é uma espécie de acervo de lembranças compartilhadas que são o conteúdo da memória coletiva.

Na memória coletiva o passado é permanentemente reconstruído e vivificado em quanto é resignificado. Neste sentido, a memória coletiva pode ser entendida como uma forma de história vivente. A memória coletiva vive, sobretudo, na tradição, que é o quadro mais amplo onde seus conteúdos se atualizam e se articulam entre si. A memória coletiva, para Halbwachs, desempenha um papel fundamental nos processos históricos. Por um lado, dando vitalidade aos objetos culturais, sublinhando momentos históricos significativos e, portanto, preservando o valor do passado para os grupos sociais. Por outro lado, sendo a guardiã dos objetos culturais que atravessam os tempos e que, então, podem vir a se constituir em fontes para a pesquisa histórica. Para Cardini:

(...) a grande protagonista da história é a memória coletiva, que tece e retece, continuamente, aquilo que o tempo cancela e que, com a sua incansável obra de mistificação, redefinição e reinvenção, re-funda e requalifica continuamente um passado que, de outra forma, correira o risco de morrer definitivamente ou de permanecer irremediavelmente desconhecido. (CARDINI, 1988, P. 12).

Uma pessoa que perde a memória, perde ao mesmo tempo a consciência de sua identidade, dos vínculos que mantém com outras pessoas, do sentido de sua vida. De forma semelhante, uma sociedade que desconhece a sua História (memória coletiva), desconhece também as suas origens, desenvolvimento e capacidade de viver coletivamente, podendo ser manipulada com maior facilidade. Neste prisma, denota-se a importância da memória e do patrimônio na História, na medida em que guardam traços da cultura de um povo, preservam objetos, guardam relíquias, e ajudam a compreender o processo de construção da identidade e da História.

Assim, quando se fala em patrimônio, fala-se também de História, memória e identidade; conceitos estes que estão inter-relacionados, mas que se modificam com o passar do tempo. A memória, na qual cresce a História, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens. (LE GOFF, 2003).

Para Norbert Elias a cultura e a civilidade suplantam a condição biológica do homem, pois a “civilização” do corpo, conquistada por intermédio de regras sociais



de convívio e da superação do “estado de barbárie”, constituem condição sem a qual não pode ser à modernização e, conseqüentemente, ao refinamento da conduta ou das maneiras sociais. Nesse sentido, podemos entender que a cultura materializada nos bens patrimoniais, de certa forma, assume um papel preponderante num processo didático pedagógico mais eficaz e menos coercitivo, capaz de promover a profusão da civilidade e de valores culturais hegemônicos.

Para Elias a ideia de indivíduos decidindo, agindo, e existindo com absoluta independência um do outro é um produto artificial do homem. (Elias, 1995) É recorrente a ideia dos indivíduos inseridos em um fluxo que é entendido como a história da sociedade e não determinada por indivíduos isolados, nem determinado de forma consciente. Logo a memória coletiva também pode existir no indivíduo sem que ele a tenha determinado de forma consciente. A interdependência entre indivíduos, indivíduo/sociedade: configuração. Configuração é entendida como uma pluralidade móvel com indivíduos interdependentes. Conforme essa concepção, família, escola indústria, universidade, cidade e outras instituições, também podem ser compreendidas como configurações. Sem essa relação de interdependência não há memória coletiva, ou seja, não há estado, família etc... Elias sugere que há grandes configurações, como uma sociedade, e pequenas configurações, como uma família.

Do ponto de vista histórico, cabe acrescentar que a preservação da memória transforma-se numa “necessidade” à medida que a sociedade contemporânea busca preservar vestígios do passado que lhe permita a “reconstituição de si mesma”. Os patrimônios Históricos e culturais têm, nas sociedades modernas a função de representar simbolicamente a identidade e a memória de uma sociedade. O pertencimento a comunidade, local, regional, nacional, é produzido a partir da ideia de propriedade sobre um conjunto de bens: objetos dos museus, monumentos, relíquias, cidades históricas entre outros.

A construção das memórias constitui importante função social, na medida em que reproduz informações mesmo ante a ausência de dados escritos, baseando se no estudo de objetos que marcaram o seu acontecimento. (LE GOFF, 2003). A maior parte das informações que constituem um determinado fato encontra-se, via de regra, na memória ativa das pessoas. Estas informações, após imperativa necessidade de estudo, acabam levando a formação de fatos históricos. (LE GOFF, 2003).

O conhecimento é uma reconstrução dos fatos a partir das fontes históricas, ou seja, é o nosso pensamento de hoje tentando alcançar o modo de pensar e viver de outros tempos e de outros povos. Logo criar, refletir, investigar e transformar são ações especificamente humanas.

O estudo da memória e do patrimônio assinala o desenvolvimento de uma política cultural a favor da promoção da cidadania, apontando para outras formas de ler-reconhecer a cidade e seu patrimônio. Patrimônio este que muitas vezes não é percebido, não é valorizado, nem preservado, porque não é (re) conhecido.

### **2.3 Museu e Memória**

Na modernidade, os primeiros museus foram criados no século XVII, a partir de doações dos chamados mecenas, que possuíam coleções particulares, como a de Grimani, em Veneza. Também no século XVII, tem-se a ampliação de coleções particulares, organizadas por intelectuais, nobres e pela burguesia em ascensão, que, em geral, se deslocava em viagens para Roma e Grécia e de lá traziam obras de arte, muitas de caráter duvidosa ou falsificadas, em um movimento conhecido como Grand Tour (SALGUEIRO, 2002). Já o primeiro museu público foi criado na França, no ano de 1793: O Museu do Louvre. Portanto, os museus nacionais surgem na Europa, na França, tendo como papel principal o fortalecimento das nações emergentes e a criação de uma identidade nacional, estando intimamente vinculado à construção de certa noção de soberania, memória e civilização.

No Brasil, a criação do primeiro museu data de 1862, com o Museu do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico em Pernambucano. Em seu acervo destacavam-se registros de eventos como a Revolução de 1817 e a Confederação do Equador. Posteriormente foram criados, dentre outros, o Museu Paraense Emílio Goeldi, em 1866, e o Museu Paulista, conhecido anteriormente como Museu do Ipiranga, em São Paulo, no ano de 1894, sendo essas as instituições dedicadas à história e às ciências naturais e consolidadas a partir da segunda metade do século XIX, principalmente a partir das contribuições de especialistas estrangeiros (CAZELLI; ALVES, 2005).

O tempo dos lugares de memória, conforme Nora (1993, p. 9), relaciona-se aos instrumentos de base do trabalho histórico e aos objetos simbólicos de nossa memória. Nesse sentido, faz-se necessário ancorar a memória em espaços e

objetos, e os museus em geral podem ser vistos como lugares de manifestação da memória, porque sempre, necessariamente, não é o objeto que contém memória, mas sim as pessoas, e há tantas memórias quantos grupos existem.

Os eventos passados se tornam conhecidos somente se alguém guardou, preservou algum resto, vestígios que possam nos remeter ao passado e a partir deles escrever e reescrever a História. Portanto, um povo que não guarda suas histórias, suas memórias, seu patrimônio, não sabe quem realmente é. Estas memórias estão guardadas em seu patrimônio cultural que deve ser preservado, restaurado, contado, cantado, de tal maneira que possa despertar nas pessoas seu real valor para a construção de sua História.

Os museus na época atual vêm se destacando como um dos locais mais apropriados ao armazenamento de acervos culturais, tendo em vista que foram criados exatamente para esta finalidade, sendo abertos ao público, sem fins lucrativos, possibilitando crescimento de conhecimento e cultura. Conforme de Janine Ojeda:

Os museus são uma instituição, sem finalidade lucrativa, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberto ao público e que realiza investigações que dizem respeito aos testemunhos materiais do homem e do seu meio ambiente, adquire os mesmos, conserva-os, transmite-os e os expõe, especialmente, com intenções de estudo, de educação e de deleite (OJEDA, 2008, p 52).

Deste modo, os museus e demais espaços de cultura representam um dos lugares responsáveis pela memória de um povo, encarregados pela preservação das obras produzidas pela humanidade, com suas histórias, com os meios próprios que dispõe (LEITE, 2006). O que mantém um museu vivo é a sua relação dinâmica com a sociedade, portanto, museus não são instituições permanentes, mas práticas sociais colocadas a serviço da sociedade e seu desenvolvimento. Para Chagas, os museus não exercem apenas o papel de guarda, mas têm a vocação de investigar, documentar e comunicar-se. Trabalham permanentemente com o patrimônio cultural integral, ressaltando sua dimensão educativa, procurando, assim, desenvolver as identidades locais, regionais, nacionais e intergovernamentais.

Os museus devem representar a sociedade e sua estruturação, onde sua função mais premente é ser o espaço de comunicação direta com a comunidade. Esta dinâmica faz do museu um espaço de diversidade sem, no entanto, jogar fora o velho, mas debruçando-se criticamente sobre ele, fornecendo instrumento para o diálogo permanente. (LEITE ; CHAGAS, 2006).

O museu das comunicações Marechal Rondon, que foi posto telegráfico presidente Afonso Pena, construído pela Comissão Rondon em 1914, deu início a um núcleo habitacional que seria conhecido mais tarde por vila Rondônia, hoje Ji-Paraná. O posto telegráfico Afonso Pena hoje museu das comunicações Marechal Rondon, tem na sua história os meios de comunicação. Localizada no povoado de Urupá foi inaugurada em 14 de Dezembro de 1914 pelo tenente-coronel Cândido Mariano da Silva Rondon e no dia 15 de dezembro Rondon participa do ato solene da conclusão da linha telegráfica, o encontro dos fios da rede telegráfica estendidos na floresta a partir de Cuiabá (Sul) a Santo Antônio do Madeira (Norte). Foi vencido o desafio de lançar sobre o norte do Brasil uma rede de comunicação por telégrafo.

Em 1932 ao participar da inspeção de fronteiras do país, Rondon como General-de-Divisão, voltou a vistoriar as linhas telegráficas do norte. Ao constatar precariedade da velha estação de madeira, decidiu erguer um novo prédio com tijolos de barro (adobe) e telhas em estilo colonial, depois de alguns anos, o patrimônio da comissão construtora de linhas telegráficas foi transferido para a empresa de correios e telégrafos e no local passou a funcionar uma agência postal.



Figura 8: Foto museu das comunicações (Parede tijolo de adobe) Autor: Gilvandro O. da Silva, 2018.

A antiga estação telegráfica presidente Afonso Pena permaneceu como agência dos correios até 1978, em torno dela cresceu o povoado, cresceu Ji-Paraná.

O museu das comunicações tem algumas memórias coletivas coexistindo, temos uma memória relacionada à construção do posto telegráfico Afonso Pena e a Comissão Rondon, outra memória coletiva relacionada ao seu acervo, à exposição de Rondon e a exposição dos objetos antigos ligados aos meios de comunicação.

No museu das comunicações a memória coletiva está interligada a memória histórica, visto que uma parte dos visitantes do museu são estudantes e pesquisadores e já conhecem ou estudaram sobre a Comissão Rondon e a linha telegráfica, logo a edificação é referenciada pela História. Já parte do seu acervo que conta com vários objetos de comunicações antigos tem uma memória coletiva mais generalizada, visto que depende da idade do visitante e sua ligação, vivência ou interesse pelos equipamentos expostos. Há também uma memória coletiva sobre o museu ligado a formação da cidade de Ji-Paraná, ocupação e integração do estado de Rondônia.

Conforme a pesquisa (conversas) os professores de História e das demais disciplinas das redes municipal, estadual e privada buscam levar seus alunos para conhecer o museu (excursão, trabalho escolar, visita etc...). Muitos enfrentam dificuldades para conseguir transporte, ônibus para levar os alunos, sendo esse o principal problema para a visita dos estudantes. Falta mais incentivo do poder público para facilitar o acesso, o transporte dos estudantes até o museu. Como falta também o estudo de educação patrimonial nas escolas.

Despertar o interesse dos educandos para com o patrimônio é importante para a formação da sua identidade social, sua noção de pertencimento e sua memória coletiva. A valorização do patrimônio cultural brasileiro depende, necessariamente, de seu conhecimento. É sua preservação, do orgulho que possuímos de nossa própria identidade. (CUSTÓDIO, 2006, p.12)

Portanto, tomar o patrimônio como um espaço educativo norteador da prática pedagógica é possibilitar ao educando (crianças e/ou adultos) refazer a leitura do mundo que o rodeia, ampliando sua compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido a partir do (re) conhecimento dos seus patrimônios.

Nesse sentido, o patrimônio como espaço educativo é um dispositivo de promoção e fortalecimento da cidadania que possibilita a todos os envolvidos

melhor compreenderem suas identidades culturais e se apropriarem do patrimônio pessoal e coletivo de seu país, de sua cidade, do seu estado, de seu grupo social.

As pessoas que trabalham no museu das comunicações conhecem muito bem sua história como monumento histórico, como também os objetos em exposição. Parte dos que visitam o museu vão apenas pela exposição ligada as comunicações sem saber da história do patrimônio, o valor histórico da edificação, outra parte visita o museu pela sua edificação e não conhece ou não tinha como motivação a exposição dos meios de comunicações. O museu é um lugar de história e memória e um local da história e memória, portanto a visita ao museu, apresentação da sua história e peças/acervo criam naqueles que não conheciam outro entendimento, ou abordagem intelectual sobre a história da cidade, do estado, gerando uma nova memória.

O museu tem algumas diferenças ou singularidades como: O seu edifício é um patrimônio Histórico cultural, a construção foi feita de tijolos de barro cru, extraído do Rio Machado, com janelas de madeira, uma pequena varanda e uma escada de entrada, a construção foi coberta com telhas de barros feitas “nas coxas”, vinda de Belém no Pará, tombado pelo IPHAN e símbolo de um período de desbravamento e integração nacional, a história da cidade e do interior do estado está ligada aos fatos que levaram a construção do prédio e sua função como posto telegráfico. Sua localização é o marco zero da formação e criação da cidade, sua função vai além de um patrimônio para visitação visto que abriga peças que fazem parte da história da construção da linha telegráfica, do posto telegráfico e que ajuda a contar sua própria história e outros artefatos que mostram o processo de tecnização das comunicações a partir do telegrafo.





Figura 9: Foto museu das comunicações (Aparelhos de telégrafo original da época) Autor: Gilvandro O. da Silva, 2018.

Os meios de comunicação social foram de grande importância no século XX. O planeta teve um avanço nas comunicações sem igual na história até então, e isso mudou a relação das pessoas e transformou a forma como elas se interagem e se comunicam.



Figura 10: Foto museu das comunicações (Aparelho de Telex) Autor: Gilvandro O. da Silva, 2018.

A presença constante de seringueiros e religiosos foram decisivos para a instalação de uma estação telegráfica no barracão de Urupá, permitindo a algumas dezenas de habitantes transmitirem e receber mensagens. O uso do telégrafo rompeu o isolamento do povoado ao mesmo tempo em que imprimiu maior velocidade à divulgação de fatos que ocorriam no meio da floresta sendo fundamental no processo de integração da região e da Amazônia ao restante do país.

Ao chegar ao museu a primeira impressão é ligada a comissão Rondon com os fios e material original da linha telegráfica, depois a exposição dos aparelhos e equipamentos antigos de comunicação cria uma mistura, um entrelaçamento entre o processo de integração e comunicação, demonstrando que são faces da mesma moeda e, que a integração traz mais comunicação e mais comunicação traz mais integração. O processo de tecnização aqui não representa somente a evolução dos equipamentos, mas a evolução ou melhora contínua da sociedade para aprimorar sua comunicação, até os smartphones modernos dentro de um processo civilizatório e essas novas figurações como decorrência das inter-relações sociais no transcorrer do tempo pelo processo social civilizador e de integração, trouxe consequência com as novas tecnologias. A memória que temos está também muito ligada ao que vemos, o museu aguça mais esse sentido, o visual.



Figura 11: Foto museu das comunicações (Entrada) Autor: Gilvandro O. da Silva, 2018.



Conforme conversas (entrevistas) na pesquisa, existe uma relação da comunidade envolvida com o patrimônio histórico, é uma relação ligada a história a formação da cidade. A comunidade percebe o museu como parte da formação da identidade local, existe uma memória ligada ao museu.

O museu das comunicações ajuda na formação da memória coletiva a partir da sua própria história, sendo um vetor importante para a manutenção e criação de identidade regional, senso de pertencimento e importância histórica da comissão Rondon e processo de integração regional e nacional.

## **2.4 Patrimônio e Memória**

A preservação do patrimônio histórico é vista, hoje prioritariamente, como uma questão de cidadania e, como tal, interessa a todos por se constituir um direito do cidadão e alicerce para construção da identidade. A identidade cultural de um país, estado, região, cidade ou comunidade se faz com memória individual e coletiva e, para isso, é fundamental a questão da preservação das memórias através dos patrimônios históricos.

Situada às margens do rio Negro, de frente para onde era a extinta “Cidade Flutuante” o mercado municipal Adolpho Lisboa se apresenta como símbolo arquitetônico e cultural da cidade de Manaus. Muito mais que um patrimônio, para alguns ele é lugar do cotidiano onde se constroem suas identidades.

As afinidades entre sujeitos e os lugares nos quais circulam e atuam tendem a agrupá-los e identificá-los com a preservação de determinados bens culturais.

O prédio que foi tombado como patrimônio histórico, representa um tempo distinto de uma Manaus singela com laços arraigados com o campo, ao mesmo tempo em que, simbolicamente, representa uma opção identitária e imaginária da elite ligada a exploração do látex (PESAVENTO, 2002, p.162).

Pela dinâmica da construção e reconstrução do espaço, o mercadão aparece como empecilho à “modernidade” (CORREIA, 1995, p. 71).

Nos estudos culturais, a história é substituída pelo passado, pela memória, e então é trazida para sua íntima conexão com o presente e o futuro. A memória e o desejo constituem a temporalidade através da qual os lugares emergem como fenômenos vividos e significativos. (COSGROVE, 1999, p. 23).

Através da cultura, pode-se avaliar o conhecimento, desenvolvimento e habilidade que uma sociedade ou povos possuem. É também o meio mais efetivo através do qual um grupo humano atinge sua integração, logo não há povos sem cultura, nem cultura uniforme para todos os povos.

Os patrimônios históricos edificados, os monumentos são bens culturais tangíveis e repleto de história. Esses bens históricos são suportes da memória e instrumentos utilizados para a história reaparecer. Qualquer objeto carrega em si aspectos simbólicos, culturais e memoriais. A memória é o suporte da história. memória e história são parceiras na reconstrução do passado. Tanto a memória pode contribuir como fonte para a história quanto o registro histórico pode produzir uma nova reflexão sobre as marcas da memória. E a junção ou conjugação da história e da memória criam a identidade.

A identidade cultural e a memória coletiva, bem como suas diferentes expressões na preservação do patrimônio intangível, são extremamente importantes para a compreensão do vínculo entre o patrimônio cultural e os direitos da coletividade. Nesse contexto, os bens patrimoniais servem de apoio à memória, uma vez que o passado só existe porque se apoia nos objetos que lhe estão ligados. A materialidade do patrimônio cultural está intimamente relacionada a fatores imateriais que o exercício da memória coletiva pretende associar à formação identitária de um povo. Pode parecer equivocado dizer que todos os bens integrantes do patrimônio cultural carregam um vínculo com a identidade e a memória das comunidades em que estão inseridos. Entretanto, não é difícil aceitar essa conclusão quanto se verifica que a destruição de um bem cultural prove a passagem do material para o imaterial: é um ato de destruição do passado e daquilo que a construção coletiva da memória quer representar.

A memória ligada aos patrimônios dos estudos de casos é diferente. No mercado municipal Adolpho Lisboa a memória coletiva reflete o fato de a construção ser antiga, do século XIX e a primeira memória coletiva conforme pesquisa está ligada a edificação. A opulência do prédio, suas singularidades que estão visíveis não somente para os visitantes e turistas, mas também para a comunidade envolvida com o mercadão, embora tenha uma convivência quase que diária com a edificação, ainda mantém na construção sua referência ao patrimônio histórico. A maioria dos entrevistados tem uma memória coletiva do mercadão ligada ao ciclo da borracha ou ao período áureo da borracha em Manaus e na Amazônia. Uma

parte, sendo esta dos mais jovens, não souberam relacionar o prédio ao ciclo da borracha ou outro fato histórico. Os mesmos simplesmente não tem uma memória histórica sobre o patrimônio, visto que não foram apresentados de forma correta ao patrimônio, sendo, portanto fundamental a educação patrimonial como forma de desenvolver a memória coletiva e identidade social sobre os patrimônios. Em algumas conversas os mais jovens não sabiam nada com relação ao prédio e ao ciclo da borracha e alguns tinham uma noção entre afirmação, pergunta e dúvida.



Figura 12: Vista frente do mercado municipal Adolpho Lisboa na Rua dos Barés com destaque para a fachada (Administração Adolpho Lisboa e o relógio). Autor: Gilvandro O. da Silva, 2017.

Os entrevistados com mais idade (permissionários) são críticos com relação aos gastos para com a sua construção e até comparam os gastos a obras recentes como a ponte sobre o rio Negro. Embora tenha essas críticas eventuais ao mercadão por ser construído pela elite da sua época, podemos afirmar que a memória coletiva com relação ao mercado municipal Adolpho Lisboa está diretamente relacionada ao ciclo da borracha e a maioria dos entrevistados tinham nessa afirmação sua memória coletiva sobre o patrimônio, tendo sempre as características da edificação e seu histórico de construção como referência, os mais jovens entrevistados não tem informação sobre a história do prédio ou o momento histórico da sua construção, sabem que ele é antigo e pronto.

A conservação do patrimônio histórico deve ter por objeto edificações que tenham um significado coletivo para determinada comunidade, pois se perpetua a memória de uma sociedade preservando-se os espaços utilizados por ela na construção de sua história.

Uma política de preservação deve ir além; conforme argumenta Maria C. L. Fonseca, deve objetivar não apenas a proteção de bens, mas abarcar todo o universo que constitui a preservação patrimonial, e da cultura, incluindo-se os critérios de seleção de bens, as razões que justifiquem a proteção e os diversos atores envolvidos, tais como a sociedade e os representantes do Estado:

[...] uma política de preservação do patrimônio abrange necessariamente um âmbito maior que o de um conjunto de atividades visando à proteção de bens. É imprescindível ir além e questionar o processo de produção desse universo que constitui um patrimônio, os critérios que regem a seleção de bens e justificam sua proteção; identificar os atores envolvidos nesse processo e os objetivos que alegam para legitimar o seu trabalho; definir a posição do Estado relativamente a essa prática social e investigar o grau de envolvimento da sociedade. Trata-se de uma dimensão menos visível, mas nem por isso menos significativa.(FONSECA, 2001, p.48).

Preservar algum tipo de patrimônio histórico e cultural é manter vivas as memórias, as histórias, as coisas que representam aspectos da identidade de famílias, cidades, grupos étnicos etc. “Preservar é necessário para que tenhamos referências de quem somos como chegamos, onde estamos e o que podemos fazer com nossos potenciais” (HAIGERT, 2005, p. 107 apud TOLEDO, 2010, p. 24).

Embora o mercadão tenha em sua construção o processo civilizatório de higienização do final do século XIX e tenha sido construindo para atender inicialmente a elite endinheirada da borracha, o mesmo com os anos foi apropriado por todas as camadas sociais. Mesmo que hoje seja voltado para o turismo, ainda recebe parte da elite manauara que mantém seus hábitos alimentares da terra onde o mercadão serve como um ponto de encontro para um café da manhã aos sábados ou um bom caldo ou sopa no almoço.

Existe na maioria da comunidade envolvida uma memória coletiva ligada a construção, mesmo que precária por alguns. Já a memória coletiva relacionada às restaurações e as mudanças feitas nos tipos de produtos à venda estão presentes na memória dos envolvidos.

O mercado Adolpho Lisboa, inspirado no mercado Les Halles da França é símbolo da cidade que com o látex imaginou ser a “Paris dos trópicos”. O mercado é

um patrimônio histórico ligado ao ciclo da borracha, a sua elite rica e ao processo de higienização. Conforme Leong:

Entre as melhorias urbanas advindas da modernidade, destacou-se a necessidade de instalar um Mercado público que obedecesse aos padrões sanitários e comerciais que a nova cidade passava a exigir. A construção de um local onde se concentrassem as vendas dos alimentícios (...) (LEONG, 2011 p.56).

O mercadão resistiu ao final do ciclo da borracha e a decadência da cidade pós *belle époque*, e essa resistência não está na elite, visto que boa parte dela deixou Manaus com o fim do ciclo da borracha, mas a apropriação popular do mercadão que o transformou em mercado popular. Entre os prédios públicos, alguns deles destruídos pelo tempo e o descaso, o Mercado Adolpho Lisboa é exemplo de resistência, sustentado pela presença continuada de seus frequentadores (LEONG, 2011, p.64).

O Mercadão é mais que um mercado municipal em um capital, é um local de ponto de encontro para um café da manhã, é um monumento turístico da cidade, é local de vendedores ambulantes circularem, é o local de almoço de muitos, é sinônimo de cultura regional, é local de trabalho, de compras, de passeio, de chegada, de saída, de passagem e de memórias.



Figura 13: Vista lateral do mercado municipal Adolpho Lisboa, Rio Negro ao fundo e o transito de pessoas. Autor: Gilvandro O. da Silva, 2017.

O Patrimônio histórico está na memória coletiva dos moradores, dos frequentadores e dos membros da comunidade envolvida diretamente com o mercadão. Os permissionários com quem conversei são simpáticos, gostam de conversar, contar histórias, bater papo. Como alguns relembram o período áureo da zona franca nos anos de 1970 e 1980 quando o movimento no mercadão era enorme e as vendas eram boas todos os dias. Outros contam que após a restauração alguns colegas permissionários trocaram o mercadão pela feira da Manaus moderna, porque o movimento nas áreas de carnes e peixe caiu.

A memória relacionada ao mercadão para os mais antigos está também relacionada ao período que lá tinha mais frutas, verduras e outros produtos que hoje estão na feira da Manaus moderna. Para os mais jovens há uma mistura entre os produtos para os moradores da cidade e produtos feitos para os turistas na sua memória recente do mercadão.

Para a comunidade envolvida, o mercado municipal está ligado ao rio Negro e ao porto e passar pelo mercadão é parte do percurso, mercadão e rio Negro fazem parte de um mesmo cotidiano. E isso não é de agora.

A fachada que se abre para o rio Negro reflete a estreita ligação da cidade com o seu rio, de onde vinham os peixes e as deliciosas tartarugas, o prato mais refinado da nossa gastronomia, tão abundantes à época da sua construção. O mercado possuía um embarcadouro onde flutuavam centenas de barcos ali amarrados para descarregar carnes, frutas, peixes, flores e verduras, fato que dava ao prédio um aspecto original e pitoresco (LEONG, 2011 p.61).

A história de Manaus no seu apogeu no período da borracha marcou para sempre a cidade; praça, teatro, avenidas, mercado público etc... São testemunhas de uma Manaus rica e moderna, uma Manaus de influência europeia, de ligação direta com a França. O processo de higienização como parte de um processo civilizador e, ainda o momento histórico marcou a construção do mercado municipal desde sua inauguração do pavilhão central até as demais ampliações.

Quem vê o mercado municipal pela primeira vez se encanta, são muitos detalhes, fachadas diferentes, muita informação, muitas cores, cheiros, produtos, variedades: da tapioca, o açaí, o bombom de cupuaçu, até sabonetes, artesanatos, ervas e carnes, peixes, queijo.... Mas o que também marca o visitante são as pessoas, a comunidade envolvida com o mercado, os permissionários, os frequentadores, os vendedores, os trabalhadores, junto com as misturas de cores,



aromas e sabores, temos uma mistura de pessoas, de gente e de cultura, que transforma cada visita ao mercado municipal em uma experiência única.



Figura 14: Mercado municipal Adolpho Lisboa,( cores, aromas, compras, turismo, variedades e cultura regional). Autor: Gilvandro O. da Silva, 2017.

Quem visita o mercadão sai com uma nova memória e a maioria que tem oportunidade volta mais vezes ou pelo menos mais uma vez ao mercado municipal Adolpho Lisboa. As características da construção que vão do piso, ao teto, garantem ao mercado muita fotos e filmagens.

O mercado municipal, embora hoje não tenha mais a função de ser um centro de abastecimento da cidade e ainda ter boa parte da sua atividade original transferida para a feira da Manaus moderna e outras feiras, permanece importante para a sociedade manauara, visto que continua tendo importância na cultura e identidade local.

A comunidade envolvida tem uma relação com o mercado municipal que vai do hábito a tradição, de orgulho ao cotidiano, de prédio do centro histórico a patrimônio histórico cultural, local de trabalho, compras, comida, lazer, turismo e identidade da cultura do Amazonas e da Amazônia.

### 3. SESSÃO III

#### 3.1 PATRIMÔNIO E TURISMO

Nas últimas décadas o turismo tem se configurado como uma importante atividade econômica em todo o mundo, com implicações diretas na vida social e cultural de cidades e pessoas, gerando empregos, divisas e proporcionando contatos culturais e representações de diversas localidades. O turismo é uma prática multiforme que evoca a um só tempo as atividades humanas e sociais e suas múltiplas inter-relações econômicas, culturais e sociais.

Neste espaço iremos tratar do turismo cultural e histórico nos patrimônios edificadas e museus, conforme os estudos de casos. Não pretendemos tratar dos demais tipos de turismo ou aprofundar nos estudos sobre elementos diversos da cadeia do turismo, e sim focar no turismo cultural e histórico patrimonial que tem ligação com a identidade cultural, história e memória coletiva anunciadas nas sessões anteriores.

A memória é também um patrimônio, é o referencial de elemento social de um determinado lugar, e mesmo que seja de maneira diferente da original, a preservação do patrimônio por meio de uma atividade econômica, como o turismo, oportuniza a dinâmica e o exercício do olhar para a construção da memória e de uma identidade coletiva frente a um patrimônio, ou seja, aquilo que foi legado a um grupo social.

Sobre o patrimônio cultural é importante ressaltar que:

O patrimônio cultural não se restringe apenas a imóveis oficiais isolados, igrejas ou palácios, mas na sua concepção contemporânea se estende a imóveis particulares, trechos urbanos e até ambientes naturais de importância paisagística, passando por imagens, mobiliário, utensílios e outros bens móveis. Por este motivo é possível realizar uma das mais importantes distinções que se pode fazer com relação ao Patrimônio Cultural, pois sendo ele diferente das outras modalidades da cultura restritas apenas ao mercado cultural, apresenta interfaces significativas com outros importantes segmentos da economia como a construção civil e o turismo, ampliando exponencialmente o potencial de investimentos (PORTO MARAVILHA, on line).

Kühl (2008) chama atenção sobre a relação daquilo que se considera monumento histórico com a memória coletiva:



Na concepção contemporânea alargada sobre os bens culturais, a tutela não mais se restringe apenas às "grandes obras de arte", como ocorria no passado, mas se volta também às obras "modestas" que com o tempo assumiram significação cultural. Nesse sentido, é prudente esclarecer que se utiliza a expressão monumentos históricos não como obras grandiosas isoladas, mas vinculada ao sentido etimológico de monumento e como interpretada por Riegl, ou seja: como instrumentos da memória coletiva e como obras de valor histórico que, mesmo não sendo "obras de arte", são sempre obras que possuem uma configuração, uma conformação (KÜHL, 2008, p.18).

Com esta afirmação, a autora mostra que se pode fazer de edificações não tão fabulosas e tecnicamente importantes, monumentos históricos, porque estes estão intrinsecamente absorvidos pela memória coletiva do lugar, e com isto apresentam representação simbólica sobre aquela sociedade, podendo assim fazer destes "monumentos" espaços de visitação turística, do segmento de Turismo Cultural.

Segundo a Organiza o Mundial do Turismo,

O Turismo   um fen meno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recrea o, descanso, cultura ou saúde, saem do seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-rela es (...) (DE LA TORRE, 1992 apud BARRETO, 1995, p.13).

Segundo o Ministério do Turismo, na 3<sup>a</sup> Reunião do Grupo Técnico Temático – GTT de Turismo Cultural, no âmbito da Câmara Temática de Segmenta o do Conselho Nacional do Turismo em 03 de fevereiro de 2005.

A defini o de turismo cultural está relacionada   motiva o do turista, especificamente de vivenciar o patrimônio histórico e cultural e determinados eventos culturais, de modo a preservar a integridade desses bens. Vivenciar implica, essencialmente, em duas formas de rela o do turista com a cultura ou algum aspecto cultural: a primeira refere-se ao conhecimento, aqui entendido como a busca em aprender e entender o objeto da visita o; a segunda corresponde a experiências participativas, contemplativas e de entretenimento, que ocorrem em fun o do objeto de visita o (MTUR, on line).

O Turismo cultural e histórico vem atraindo cada vez mais os públicos doméstico e internacional, pois   um segmento que busca a autenticidade das coletividades. O desenvolvimento de projetos que buscam a preserva o do patrimônio histórico e cultural  , sobretudo, a busca por uma sustentabilidade no setor, com a reprodu o de um imaginário coletivo a partir de sua própria narrativa, e isso, para o mercado turístico,   fundamentalmente interessante, visto que aquilo

que é autêntico, verdadeiro e ao mesmo tempo fantástico torna-se um caminho viável para a preservação com movimentação econômica.

O Turismo impulsiona a exploração das características de identidade e as tradições locais, buscando os guardiões e os evocadores de memória para que a construção da imagem turística tenha compatibilidade com a memória coletiva do lugar. Isso acontece porque, com a globalização, as pessoas realizam mais os câmbios culturais, precisando, para isso, de uma simbologia que os represente e que possa ser trocada e passada para outros grupos sociais (CARVALHO, 2013, P.39).

A preservação do patrimônio através do turismo oportuniza a dinâmica e um novo olhar para a construção da memória e de uma identidade coletiva com relação ao patrimônio e sua história. Segundo Haigert:

Preservar algum tipo de patrimônio cultural é manter vivas as memórias, as histórias, as coisas que representam aspectos da identidade de cidades, famílias, grupos étnicos etc. “Preservar é necessário para que tenhamos referências de quem somos como chegamos, onde estamos e o que podemos fazer com nossos potenciais” (HAIGERT, 2005, P. 107 apud TOLEDO, 2010, p. 24).

Segundo Gomes (2007, p.12) “Uma população sem patrimônio é um conjunto de pessoas sem história, sem cultura, sem tradição (...)”. Essa reflexão é oportuna para exemplificar grupos étnicos que hoje, e esforçam em resgatar aquilo que lhes foi tirado ao longo de todo o processo de colonização.

A comunidade científica há muito vem tornando público a importância de preservar a memória e a identidade de uma sociedade através da permanência do patrimônio histórico edificado, possibilitando assim que as gerações futuras conheçam e vivenciem esta história por meio da experimentação desta paisagem, e que este conjunto de atributos materiais pode vir a contribuir com o desenvolvimento do turismo cultural e por consequência proporcionar aos residentes uma nova fonte de renda.

A noção de patrimônio como recurso para o desenvolvimento é uma construção recente e está intimamente associada à especificidade que permite fazer do espaço onde se localiza um lugar diferente de todos os outros, transformando-o numa atração turística que combina elementos tão diferenciados como a arquitetura, o artesanato, a gastronomia, as festas, as crenças, os modos de vida tradicionais e outros bens não materiais que lhe estão associados, ensejando a experiência da descoberta, de exotismo, de auto realização e de evasão do cotidiano (FONSECA, 2001, p. 48).

Como afirma Reis (2003), o uso adequado do patrimônio tem que exercer duas funções: garantir o respeito à cultura, inclusive no que se refere aos estilos

artísticos, garantir o significado histórico e o respeito à comunidade, que não pode ser excluída do processo de decisão sobre o assunto do patrimônio ou mesmo dos benefícios econômicos advindos da atividade turística.

O turismo deve ser visto como parceiro da preservação, como possibilidade de fonte de renda e emprego para as populações envolvidas e ainda como forma de ajudar a manter viva, de forma sustentável e social, a cultura, memória e história por trás dos patrimônios históricos. Portanto os patrimônios são fundamentais para a preservação da memória coletiva e para formação histórica de um povo, criando um sentimento de pertencimento e uma garantia de perpetuação das suas memórias.

As reflexões sobre o patrimônio são importantes num contexto em que o patrimônio cultural é tomado como um instrumento de turismo de massa e há um interesse relevante em relação à sua gestão ligada ao turismo. A tarefa de conservação do patrimônio e que constitui um produto turístico cultural envolve história, memória e preservação.

O patrimônio cultural como um fenômeno de impacto crescente na sociedade, manifesta a identidade e as práticas coletivas, constituindo, por sua vez, um recurso que contribui para o desenvolvimento das cidades, em sua dimensão econômica e relaciona elementos associados à história, a simbolismo e funcionalidade que tornam o turismo capaz de gerar prosperidade e bem estar social.

O turismo, como conhecemos hoje, nasceu no século XIX como uma consequência da revolução industrial, que permitiu os deslocamentos não com a intenção de lazer, razões sociais ou culturais. Anteriormente, as viagens eram relacionadas ao comércio, movimentos migratórios, conquistas e guerras. (Ivanet, 2007). O Turismo cultural corresponde a viagens feitas com vontade de entrar em contato com outras culturas e aprender mais sobre sua identidade (Caminho, 2008). O turismo cultural tem como objetivo conhecer a história, os monumentos, as obras e os museus.

De acordo com o ICOMOS na carta de turismo cultural de 1976, define como: “o turismo cultural é essa forma de turismo que tem por objeto, entre outros fins, o conhecimento de monumentos e locais histórico-artísticos”. Isso tem um efeito realmente positivo visto que contribui para satisfazer seus próprios propósitos e para sua manutenção e proteção.

Esta forma de turismo justifica, de fato, os esforços que tal manutenção e proteção exigem da comunidade humana, devido aos benefícios socioculturais (...). (UNDP-UNESCO, 1986).

O Turismo cultural é o acesso para o patrimônio cultural, ou seja, a história, a cultura e ao modo de viver de uma comunidade. Sendo assim, este tipo de turismo não busca somente o “descanso ou lazer” e caracteriza-se pela motivação do turista em conhecer regiões onde o seu alicerce está baseado na história de um determinado povo, nas suas tradições e nas suas manifestações culturais, históricas e religiosas (Moletta, 1998).

A cultura como atrativo turístico é considerada uma atividade econômica de importância global, que abarca elementos econômicos, sociais, culturais e ambientais. É um dos fenômenos mais importantes dos últimos tempos, pois propicia o contato entre diferentes culturas, a experiência de diferentes situações, passa por diferentes ambientes e a observação de diferentes paisagens (Santos; Antonini, 2003). A construção do patrimônio cultural deve ser relevante para um indivíduo ou um grupo de indivíduos, ou seja, se a sociedade local valoriza o seu patrimônio, atribui importância ao mesmo.

O turismo cultural desempenha um papel importante para a proteção do patrimônio: é responsável por revalorizar, destacar e recuperar os elementos culturais. Esses elementos culturais, por sua vez, são entendidos como primordiais para destacar a identidade e singularidade das comunidades em que se encontram. Desta forma, observa-se que a questão não se limita ao uso do turismo apenas para a proteção do patrimônio, mas há muitas maneiras pelas quais estes se integram e interagem. O patrimônio cultural gera turismo e o turismo ajuda na preservação do patrimônio edificado. O turismo cultural é um instrumento importante que contribui para a identidade regional e nacional, é um modelo que permite conhecer a herança cultural de um povo e contribui para o desenvolvimento regional.

Nesse sentido, a conservação do patrimônio cultural e a qualidade da oferta cultural assumem maior importância para as cidades como forma de aumentar seus atrativos. A necessidade das sociedades modernas em resgatar o seu passado, coloca em evidência o patrimônio cultural de valor histórico das cidades. Principalmente os monumentos edificados, tornam-se elementos motivadores do fluxo de visitantes.

Entretanto, tem-se que admitir que “ao mesmo tempo em que o turismo pode gerar recursos para promover a preservação e a conservação de patrimônios históricos, pode também arruinar os lugares e as práticas culturais que eles abrigam” (MURTA, 2002, p. 140). Esta realidade ambígua tem se refletido tradicionalmente nos centros históricos urbanos como foco de conflito entre as aspirações de preservação e os interesses do turismo, onde de um lado há a preocupação com o planejamento e de outro existe a pressão por números cada vez maiores de turistas, visando os benefícios econômicos. De acordo com Murta:

As forças de mercado que movem o turismo tendem a transformar alguns sítios históricos em meros cenários e as comunidades que aí vivem em museus performáticos de práticas patrimoniais, convertendo-as num pastiche irrelevante de si mesmas, com poucas ou nenhuma ligação com o seu presente, num parque de diversão para o deleite de visitantes, que aí deixam seu dinheiro. (MURTA, 2002, p. 140).

Essa reformulação de centros históricos urbanos para atender às demandas turísticas, muitas vezes implica em camuflar ou remover elementos “indesejáveis”, ao mesmo tempo em que se enfatiza ou simplesmente “cria” elementos desejáveis, sem qualquer ligação com a história ou a cultura da localidade, resultando em um processo de “espetacularização” (HARVEY, 1996). Por isso, Lemos (1981) observa que é importante ressaltar que preservar não é só guardar objetos. Vai, além disso: é fazer, também, levantamentos de qualquer natureza de sítios variados ou gravar depoimentos, sons, músicas. Preservar é procurar manter vivos os usos e costumes populares. Porém, devido aos interesses econômicos, principalmente os voltados ao turismo que exploram bens culturais paisagísticos e arquitetônicos preservados, se exige a criação de mais cenários e chegam ao ponto de forjar artefatos, criando bens patrimoniais artificiais.

O historiador François Hartog, que acredita que “ao tornar-se um dos ramos principais da indústria do turismo, (o patrimônio cultural) é objeto de investimentos econômicos importantes (...). Sua ‘valorização’ se insere, então, diretamente, nos ritmos e temporalidades rápidas da economia de mercado de hoje”. Dessa forma o estreitamento da relação entre desenvolvimento econômico e a valorização do patrimônio cultural, a partir da perspectiva do turismo, é uma estratégia de solução dos problemas referentes à sua própria preservação, mas que nem por isso devem

ser desconsiderados os riscos acarretados pelo excesso da demanda de consumo patrimonial a partir da atividade turística.

O processo de patrimonialização acompanha uma tendência global emergente, na qual, grupos sociais buscam intencionalmente partilhar de seus valores históricos e étnico-culturais como elementos únicos de resgate de suas identidades, memórias, culturas e conservação dos ambientes vividos e das trocas das experiências realizadas nesses lugares. Conforme menciona Barreto, o turismo de legado:

O turismo com base no legado cultural permite que se mantenha, em um lugar específico, um determinado período do tempo, que deu origem a essa comunidade. Permite que a comunidade, de alguma forma, engaje-se no processo de recuperação da memória coletiva, de reconstrução de história, de verificação das fontes. Permite, até mesmo, que muitos membros dessa comunidade adquiram, pela primeira vez, consciência do papel que sua cidade representou em determinado cenário e em determinada época. (BARRETO, 2001, p. 49).

O turismo cultural deve ser considerado como uma atividade em que o deslocamento ocorre para lugares em que a motivação é a busca do conhecimento, da interação, da informação, da formação, da curiosidade cultural, dos costumes, da tradição e da identidade. Seus fundamentos são o elo entre passado e presente, o contato e a convivência com o legado cultural, com tradições que foram influenciadas pela dinâmica do tempo. O patrimônio representa um recurso para o desenvolvimento do turismo e pressupõe possibilidades de desenvolvimento social e cultural das localidades que o detêm. Logo, não se trata de manter o patrimônio para lucrar com ele somente, mas lucrar com ele e ainda conseguir mantê-lo.

Portanto, o turismo cultural exige cuidado para evitar excessos que prejudicam a preservação do patrimônio e sua originalidade e integridade histórico-cultural, por isso é uma atividade complexa, pois sua dimensão transcende a compreensão de comportamentos, costumes e tradições. Requer o conhecimento da história, do patrimônio e das formas de utilização, pois se faz necessário compreender as especificidades do lugar, suas características históricas e a cultura local e regional. Por isso o envolvimento da comunidade e a educação patrimonial são muito importantes para o turismo cultural e o patrimônio histórico.

### 3.2 TURISMO NOS PATRIMÔNIOS HISTÓRICOS (ESTUDO DE CASOS)

O mercado municipal Adolpho Lisboa tem um turismo histórico no monumento, voltado para sua construção, arquitetura, o seu período histórico, suas representações e cultura. Esse turismo cultural histórico está presente em toda *city tour* programada pelas agências e agentes de turismo na cidade e nos panfletos e folder distribuído nos hotéis e agências. O mercado municipal e o teatro Amazonas são os dois monumentos históricos mais visitados em Manaus conforme pesquisa. O que difere o mercado municipal dos outros monumentos históricos de Manaus é o fato de que ele tem outro atrativo turístico além da sua construção histórica e sua História, que é a cultura regional.

O mercado municipal tem um turismo cultural voltado ao fato de ser um local que representa a cultura regional, característica típica dos mercados municipais pelo Brasil e pelo mundo. Logo, o fato do mercado municipal estar em um patrimônio histórico tombado pelo IPHAN e repleto de memória coletiva o transforma em monumento e atrativo completo, importante para conhecer a cultura regional que também é representado pelos produtos e alimentos oferecidos no mercadão.

Nas conversas (pesquisa) ouvi muito que o mercadão é um local preparado para o turismo e que os produtos de artesanatos são considerados caros pelos moradores de Manaus e são feitos e expostos para atender o turista. Porém a maioria dos envolvidos (permissionários) com o mercadão vê o mercado municipal com uma função dupla de atender aos turistas e atender aos moradores locais e aos moradores do interior do Amazonas, a quem eles não consideram turistas clássicos. Eles veem como turistas os visitantes de outros estados do Brasil ou de outros países.

A visão de um mercadão híbrido entre local de turismo cultural, de compras, turismo cultural histórico e local para atender a comunidade local é o que presenciei nas observações de campo que fiz no local algumas dezenas de vezes. O que se percebe é um turismo voltado para os boxes de artesanatos e produtos naturais de dentro do mercadão, uma lotérica e boxes/comércios pelo lado externo/frontal do mercadão para Rua dos Barés que atendem mais a população local, os pavilhões

laterais de peixes e de carnes que atendem também aos moradores de Manaus e os restaurantes e boxes de lanches e açai atendem turistas e moradores locais e do interior.

Quem busca conhecer um pouco das essências amazônicas, encontra boxes diversos no local, além de óleos naturais e extratos. Os produtos atraem turistas e curiosos que, muitas vezes, buscam a cura de males na medicina natural. Copaíba e andiroba estão entre os produtos mais procurados. (A. MAIS, 2015, p.10).

O mercadão também está sim voltado para o turismo e busca sempre estar preparado para atendê-lo e o atendimento nos boxes (permissionários) é muito bom, como também o atendimento nos restaurantes. Os boxes de produtos amazônicos nos pavilhões Amazonas e Pará voltados para o rio Negro são locais de turistas encantados pelas ervas e especiarias locais e Amazônica e local de clientes fiéis de todo final de semana.

Nos boxes das feiras, está disponível uma variedade infinita de produtos. De frutas a folhas para chás, de remédios da medicina tradicional a produtos comestíveis. Dezenas de objetos de artesanato, de todos os tipos e tamanhos, feitos com matéria-prima regional. Os permissionários (como são chamados os donos dos boxes) são atenciosos e sempre disponíveis a explicar sobre cada produto para o visitante, caso ele não conheça. (A. MAIS, 2015. P. 10).



Figura 15: Ervas e raízes a venda no mercadão. Fonte: Manauscult, 2017.



O entorno do mercado é heterogêneo: prédios antigos, feiras e um movimentado porto fluvial e o Rio Negro. Porém falta mais cuidado e limpeza na região do entorno do mercadão, uma parte tem um cheiro forte de urina, outra com muito lixo nas ruas e ambulantes ocupando as calçadas e prejudicando o fluxo de pessoas. O entorno do mercadão não é bem cuidado como o mercadão, que é voltado para o turismo e é um patrimônio tombado. O mercado municipal fica como uma ilha em meio a um ambiente mal cuidado e em alguns horários até perigoso. O entorno do mercadão precisa de mais cuidados e melhoras na sua infraestrutura por parte do poder público, porém isso retrata a forma de organização que essas pessoas encontram sem a presença do Estado, ou seja, isso é sociedade.

O mercadão é um local de turismo de produtos regionais (artesanatos, porções, ervas e plantas...) de lazer, mas também de trabalho. Matos (2015) ao tratar a relação entre trabalho e lazer no Amazonas destaca, o lazer como uma atividade auto-sustentável para comunidades amazônicas. Em sua reflexão, dar voz ao amazônida, sendo este o estabelecido, conhecedor da região, à mostrar ao *outsiders* (turista) as peculiaridades, a excentricidade que o Amazonas possui:

O mateiro pode apresentar o pau-rosa, a árvore que Marilyn Monroe, como Chanel nº 5, quase à extinção. O amazônida pode apresentar ao visitante a árvore sangrada por muitos homens. A árvore que fez o poder econômico de outros homens. A árvore que fez surgir no centro da floresta a Paris dos Trópicos, mas não menos, o amazônida deve, no rol das informações, destacar que muitos homens sangraram para manter a vaidade de outros humanos. O visitante conhecerá a seringueira, o perfume de suas flores e os produtos dela derivados (MATOS, 2015, p.119).

As essências, sabonetes, produtos exóticos e milagreiros atraem a curiosidade e a surpresa dos turistas, criando uma mistura de dúvida e encantamento e neste momento é passado, vendido a Amazônia exótica e misteriosa.

Conforme conversas e pesquisa com a comunidade envolvida com o mercado municipal, o turismo contribui e muito para a manutenção do mercadão, sustento dos boxes e suas famílias, preservação do patrimônio, sendo um local de grande fluxo de turistas e um patrimônio histórico cultural que tem hoje no turismo seu maior movimento e fluxo de vendas nos boxes internos. De fato o turismo histórico e cultural contribui para a preservação gerando renda para comunidade envolvida,

para vendedores ambulantes, fornecedores, prestadores de serviços, profissionais do turismo e trabalhadores ligados ao porto como carreteiros e carregadores, e divisas para cidade e estado. O mercado municipal é do povo, frequentado pelo povo, pela elite, pelo turista e por todos. É um espaço plural, diverso e multicultural, em outras palavras, é um espaço de convergência e de consentimento social, no qual as classes sociais se cruzam sem perceberem a interdependência funcional existente entre as pessoas dessas diferentes classes. O turismo é um setor da economia que geralmente se materializa no relacionamento social e na integração e convivência entre culturas diferentes. Logo, o turismo não pode ser visto somente como uma questão econômica, como observa De La Torre quando define:

O turismo é um fenômeno social, que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente, por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem do seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultura. (apud MOESCH, 2000, p. 12).

O mercado municipal é o patrimônio histórico em Manaus que apresenta a maior diversidade de pessoas/frequentadores e representa muito bem a cultura amazônica, embora tenha boxes preparados para atender o turismo e artesanatos que são feitos em série, ele mantém uma atmosfera, cores, aromas, pessoas e cultura que o torna um local único que representa a cultura regional. Mesmo para quem vai apenas conhecer o local, o mercadão encanta pela sua delicada beleza arquitetônica, seus detalhes, sua história e cultura regional.

Um local que tem uma memória coletiva e uma identidade cultural que se mantém mesmo sendo um local de grande fluxo turístico e tendo no turismo seu maior movimento. Quem chega ao mercado municipal encontra produtos diversos que representam o Amazonas e a Amazônia e com um fluxo de pessoas de todas as idades, sexos e classes sociais, o mercadão é um local muito frequentado pelos moradores do interior do Amazonas, moradores locais, clientes antigos, pessoas que preferem a higiene do mercadão a outras feiras para compra de carne e peixes, profissionais que encontram no espaço um local para mostrar seus quadros e pinturas, oferecer uma massagem, vender seu CD ou livro independente, outros produtos e serviços, e turistas dos mais simples até os mais endinheirados que se

encantam com os produtos, a cultura amazônica, com o prédio, patrimônio/monumento histórico e com hospitalidade do povo do Amazonas.

O crescimento do turismo vem proporcionando uma segmentação da atividade no intuito de atender as mais variadas demandas de mercado. Dentre estes o turismo cultural e neste os lugares de turismo devem ser considerados espaços de revitalização da cultura, onde as propostas turísticas valorizem a identidade e diversidade cultural, mediante a valorização da cultura local e regional.

Os patrimônios que são os estudos de casos tem boa localização nas cidades onde estão inseridos. O mercadão no centro histórico a beira do Rio Negro e o museu das comunicações Marechal Rondon é o marco zero, o centro da cidade, ambos têm fácil acesso, grande potencial histórico e cultural, são tombados pelo IPHAN e tem grande potencial turístico.

O museu da comunicação Marechal Rondon é um local também voltado para o turismo. É um patrimônio histórico que tem no turismo cultural a garantia de um fluxo de visitantes, junto com as visitas de estudantes, professores e pesquisadores. Embora pequeno é aconchegante e bem cuidado, o turista faz uma “viagem no tempo”. Único museu de Ji-Paraná e um dos poucos atrativos turísticos da cidade, o museu recebe visitantes da cidade, visitantes trazidos por seus moradores quando vão mostrar as suas atrações, somado a estes também tem um grande fluxo de turistas vindos das cidades da região seguidos pelos turistas das demais regiões do estado, de outros estados e países.

Conforme conversas (pesquisa) há também a visita dos mais jovens sendo trazidos pelos mais velhos: pais, tios, avós... O museu é um local de turismo cultural e histórico, local para aprender, conhecer, tirar fotos, ter noção da cultura regional e compreender a história e processo de integração dessa parte da Amazônia.

Como patrimônio histórico tombado pelo IPHAN, o museu tem nas suas visitas os turistas interessados na sua história como patrimônio e posto telegráfico Afonso Pena e a comissão Rondon, e os turistas voltado para o acervo ligado às comunicações, embora esse acervo tem no telégrafo seu ponto de partida, logo ligado à comissão Rondon e ao posto telegráfico.

O turismo histórico no museu das comunicações é o de maior fluxo de pessoas em Ji-Paraná, e é fundamental para a preservação do patrimônio que só vem sendo cuidado, conforme conversas (pesquisas), pelo poder municipal, ainda de forma que deixa a desejar porque tem um fluxo de turismo que gera divisas para a cidade contribuindo e gerando movimento nos restaurantes, hotéis e demais comércios e serviços da cadeia do turismo e com isso gerando emprego, renda e beneficiando a comunidade de Ji-Paraná que tem poucas atrações turísticas. A visita ao museu leva a visita à praça em frente ao museu e ao teatro municipal que fica do outro lado da praça.



Figura 16: Foto museu das comunicações (vista a partir da praça). Autor: Gilvandro O. da Silva, 2018.

Na pesquisa ficou perceptível que os patrimônios históricos que são atrações turísticas e recebem turistas são no geral bem cuidados pelos poder público e aqueles que não têm fluxo de turismo são mal cuidados e até abandonados, tendo o descaso do município e do estado para com a sua manutenção e preservação. Falta consciência histórica e educação patrimonial, como exposto neste trabalho sobre o patrimônio na cidade de Vilhena em Rondônia e também tem alguns casos na

cidade de Manaus relatados pelo jornal “a crítica”. Logo, o turismo além de gerar renda para as comunidades envolvidas, como visto em nossos estudos de casos, ele ainda contribui para a preservação dos patrimônios, visto que esse turismo garante divisas ao município que por sua vez por isso preocupa-se com a sua continuidade, guarda e cuidado e todos ganham: o turista e a população e a comunidade envolvida que tem sua cultura regional, a criação da memória coletiva, história, identidade e representação simbólica preservadas no patrimônio.

Sobre o abandono de prédios de interesse histórico em Manaus o jornal “a crítica” fez uma matéria na sua edição de 18 junho de 2017 de retrata o exposto acima.



Winnipeg, Manitoba, 18 Jun 2017 07:00 Cidades em Foco | Temperatura em Manaus: 27°C | Manhã: 32°C

**a crítica**

María de Nazaré Spencer, 82, guarda lembranças do 'tempo áureo' folclore amazense CD 07

# CIDADES

**PATRIMÔNIO HISTÓRICO**

Sem uma ação efetiva da Prefeitura de Manaus, imóveis de proprietários particulares - e que têm algum interesse histórico no Centro - ameaçam desabar sobre vizinhos e pedestres que passam pelas calçadas

Sem conservação, prédios abandonados são ameaças para vizinhos e pedestres | O 'velho' edifício Tartaruga está se decompondo e ameaçando os vizinhos | Larissa Marques mostra as condições precárias e que ameaçam desabar

## Ruínas ameaçadoras

**ALIK MONTEIRO**  
cidades@critica.com

Os casarões históricos do Centro de Manaus, que remetem ao tempo áureo da borracha, estão se decompondo diante da ação do tempo e do descaso dos proprietários e do poder público, que pouco ou nada fez para garantir ao menos a segurança dos vizinhos e das pedestres que passam nas calçadas dessas edificações. Enquanto nada é feito, a cidade vai perdendo parte da história que era contada por essas construções em ruínas.

Um exemplo de prédio centenário que ameaça a vida de quem vive por perto é o da antiga Fundação Dom Ramiro, localizada na rua Frei José dos Inocentes. A edificação está desabando e uma das paredes pode cair em cima de uma vila de casas, todas habitadas. A estrutura do telhado já cedeu e as telhas começaram a cair. A parte de ferro, que ainda dava sustentação ao restante do prédio, também começou a ceder e dessa forma fragilizou as paredes do prédio.

Segundo a dona da vila de casas, localizada ao lado da antiga fundição, Larissa Gonçalves Marques, 28, há cerca de um mês uma das paredes começou a ruir e desabar, desde então ela convive com o medo de que uma tragédia aconteça. "Tinha um inquilino aí nesse prédio, mas depois que a estrutura começou a cair, ele entregou e alugou outro aqui na mesma rua", contou.

De acordo com Larissa, logo após o primeiro desabamento, funcionários da Defesa Civil do município estiveram no local, mas não tomaram qualquer tipo de providência para garantir a segurança e integridade do prédio. "Estiveram aqui, olharam, mas nada além. Não sei mais o que fazer", lamentou. Larissa contou ainda que sete famílias moram na vila e todos temem que uma desgraça aconteça, mas não se mudam porque não têm condições de alugar uma casa em outro lugar. "Assim como eu, eles também ficam com medo, mas não têm para onde ir", diz a proprietária da vila.

**ESQUECIMENTO**

Para o arquiteto Deleon Santiago, 25, com o descaso e abandono das construções históricas, a cidade vai perdendo parte da sua história. "Não só estética, esses prédios contam uma história, a nossa história, eles pertencem a uma época, eles

**Custos serão compensados**

O arquiteto Deleon Santiago destaca que a reforma e revitalização de prédios históricos valeriam a pena e gerariam benefícios para o Centro. "O investimento pode ser alto. Porém, o custo-benefício será recompensado porque essas áreas voltarão a ser frequentadas, voltarão a ser pontos e estimularão a população a passear pela cidade", afirmou. A CRÍTICA tem o perfil de alguns proprietários de alguns destes prédios, mas eles não quiseram dar entrevistas sobre os mesmos.

**66**

**Assim como eu, eles também ficam com medo dos desabamentos, mas não têm para onde ir**

Larissa Marques  
Moradora

contam o que Manaus foi lá no início", afirmou.

Para o arquiteto, em casos de prédios particulares, os donos deveriam ser cobrados pelos órgãos públicos para que executem as reformas necessárias. "Acontece que muitos donos não querem ter trabalho, eles preferiam contratar mão de obra especializada, precisariam de aprovação em órgãos específicos e muitos deles não querem ter esse trabalho", ponderou.

Santiago também afirmou que, em casos de pessoas que não conseguem manter os casarões, os órgãos públicos deveriam comprá-los e transformá-los em museus, por exemplo. "Manaus precisa contar a sua história por meio desses prédios e seria muito interessante abrir esses casarões e contar as histórias dos antigos moradores, da cidade no passado".

**Proprietários dos imóveis estão 'desaparecidos'**

A Prefeitura de Manaus informou que a obrigação de cuidar e reformar os imóveis particulares com interesse histórico é dos proprietários. Conforme a legislação vigente, os donos de terrenos ou imóveis abandonados, sem manutenção ou limpeza, podem ser multados pelo Instituto Municipal de Planejamento Urbano (Implurb).

Contudo, segundo nota da prefeitura, muitas vezes, os proprietários ou responsáveis pelos imóveis não são localizados pelo município, dificultando a ação da fiscalização para melhoria das unidades históricas e consequente revitalização do Centro. A população pode ajudar nessa identificação, denunciando pelo Disque Ordem 101.

Uma outra dificuldade para se encontrar os donos destes imóveis é o desaparecimento dos herdeiros, que muitas vezes mudaram de cidade.

**98**

Imóveis com algum interesse histórico estão em situações de abandono no Centro, conforme o último levantamento feito pelo poder público no ano de 2010. O mais famoso deles, na rua Bernardo Ramos, é o que abrigou o Hotel Cassina.

Prédio de uma antiga fundição se ameaça desabar sobre vila no centro

Figura 17: Jornal "a crítica" 18 junho de 2017.

O museu das comunicações é um local sem fins lucrativos, a entrada é gratuita, não fecha para almoço e ainda tem espaço para exposições temporárias. O esforço dos servidores e da responsável pela direção do museu foi fundamental na sua consolidação como um atrativo para a cidade e roteiro obrigatório para o

turismo em Ji-Paraná e região central do estado de Rondônia. A visita no museu é guiada, o que ajuda no conhecimento da história e formação da memória e evita depredações a exposição, “não pode tocar na maioria dos objetos expostos”.

Nos estudos de casos o turismo não demonstrou ser um perigo ou um problema para o patrimônio ou a cultura regional, não há uma maquiagem ou superficialidade nos patrimônios, pessoas ou produtos que justifique entender que a cultura foi violada ou artificializada pelo turismo com a intenção única do lucro e interesses financeiros em detrimento à cultura ou identidade cultural. A memória coletiva garante o patrimônio, que por sua vez forma a memória coletiva que cria identidade cultural, que gera pertencimento e cultura regional que influencia na história e cria novas memórias.

### **3.3 TURISMO E LAZER**

Elias argumenta que o trabalho e o lazer estão no mesmo grau de importância nas sociedades contemporâneas. As ações e práticas de lazer não devem ser consideradas como complementares do trabalho e nem como um modo de alívio das tensões. Assim o que se busca no lazer é uma excitação agradável.

É certo que nas sociedades mais complexas e organizadas, com um alto nível de inter-relações e interdependências, as pressões e as maneiras de controle externo e interno são amplas e irrestritas a todos os instantes da vida dos indivíduos, resultando no controle das emoções. Esses controles estão presentes de forma completa dentro de cada situação na vida dos indivíduos, tanto em momento de lazer como de não lazer.

As diversas mudanças e transformações que ocorreram nos fundamentos das sociedades geraram modificações nas estruturas de personalidades dos seus membros. O aumento das restrições tanto sociais quanto individuais leva a um crescimento do autocontrole emocional, gerando dessa forma uma espécie de escudo, proteção, tornando-se parte de sua personalidade. O aumento do controle social e do autodomínio da excitação exagerada marca as sociedades contemporâneas avançadas e/ou industrializadas. Nas sociedades menos

desenvolvidas as emoções eram mais evidentes e em situações de excitação essas eram demonstradas publicamente.

Nas sociedades modernas e desenvolvidas, só às crianças são concedidas demonstrações de forte excitação, tal como, medo, choro, alegria, felicidade, frustração, raiva entre outros. Porém, as crianças são educadas para controlar suas emoções. As instituições civilizatórias (família, clube social, empresa, igreja, escola...) educam as crianças com a finalidade de formar adultos que apresentem uma conduta contida e racional na maior parte do tempo. De acordo com Elias, Dunning (1985, p. 103) “Para serem considerados normais, espera-se que os adultos vivendo nas nossas sociedades controlem, a tempo, a sua excitação. Em geral, aprenderam a não se expor demasiado. Com grande frequência já não são capazes de revelar mesmo nada de si próprios.” O controle dos sentimentos e o autodomínio são introjetados ao comportamento passando a ser automático. Esse controle social e individual das emoções, que é maior nas sociedades contemporâneas, é o resultado de modificações que ocorreram de forma lenta e contínua e consequência de mudanças nos costumes e nos hábitos das sociedades ocidentais, dentro do que Elias chama de Processo civilizador.

Nas sociedades contemporâneas tem-se uma diversidade de entretenimentos e muitas alternativas para quem procura satisfazer suas buscas por lazer. O advento do lazer moderno está associado à necessidade e desejo do indivíduo em renovar as tensões decorrentes deste autocontrole, através de atividades e práticas que permitam a produção controlada de tensões emocionais prazerosas. O aumento do controle emocional em comparação às sociedades menos desenvolvidas gerou mais interesse pelo lazer, como alternativa para liberação das restrições no formato das mais diversas atividades de lazer, como aquelas desenvolvidas no turismo.

No lazer é permitido, dentro de certa limite, maior expressão das emoções, porém sob controle. O autocontrole experimentado nas esferas públicas é controlado pelas restrições estabelecidas pelas sociedades, e entrelaça a vida privada visto que o autodomínio das emoções acaba por fazer parte do modo de viver dos indivíduos. Assim o lazer é o momento que os indivíduos têm para viver tensões agradáveis e renovar as tensões da vida cotidiana e do trabalho.

As explosões apaixonadas, a total ausência de controle dos excitamentos, tornaram-se cada vez mais raras, até mesmo no seio do próprio círculo familiar. Nas complexas sociedades industriais com uma elevada



diferenciação de funções sociais, a correspondência altamente independente de todas as atividades, tanto públicas como privadas, profissionais e não profissionais, exige e produz uma cobertura global das restrições. (ELIAS, DUNNING, 1985, p. 111).

Nas atividades de lazer são vivenciados intensos sentimentos como euforia, alegria, medos, exaltação e o despertar do prazer emocional. O turismo está entre as atividades de lazer que permite aos indivíduos experimentar emoções que são excluídas da sua vida rotineira.

Nas atividades de lazer a busca não é por relaxamento, e sim por novas emoções como no turismo. Quando pensamos em turismo pensamos em sair, viajar, férias, conhecer, passear... Mas tem muitos tipos e formas de turismo. Como também formas diferentes de viver e sentir uma viagem, um passeio turístico. Existe no turismo a busca de novas experiências como no turismo cultural cuja motivação se dá com o objetivo de encontros artísticos, científicos, de formação e de informação.

O Patrimônio Histórico é um tipo de turismo que gera uma mistura de ações e sentimentos, entre eles: orgulho, curiosidade, tristeza, senso de pertencimento, exclusão, satisfação, entretenimento, saudade, cultura, excitação, prazer entre outros, isto é, mexe com as emoções do turista. Visto que na história encontramos todos os sentimentos, o patrimônio histórico reflete todos esses sentimentos em graus diferentes, mas todos estão lá. O lazer feito através do conhecimento dos patrimônios Históricos também permite às pessoas experimentarem a explosão de fortes emoções em público.

As ocupações de lazer oferecem uma base, com o propósito de autorizar, renovar o excitamento, ao representar muitas situações da vida real, porém com os riscos e perigos controlados. No lazer as pessoas experimentam sentimentos que estão ligados com aqueles experimentados em situações da sua vida diária, rotineira.

Elias e Dunning usam o termo mimético para designar as atividades de lazer que mais proporcionam fortes emoções ao se aproximar do vivido no momento de não lazer criando aí a aproximação do real.

São abundantes as atividades miméticas responsáveis pelo despertar da excitação, como exemplos podem ser citados: assistir a um filme no cinema, frequentar a ópera, ir à tourada ou jogar videogame. (PRONI, 2001 p.126). O turismo pode, em suas atividades programadas, criar excitação visto sua multiplicidade e finalidade em proporcionar atividades que vão de um parque temático, museus, a atividades de esporte, entretenimento, história, aventura, cultura e arte entre outras. As práticas de lazer, como as de classe miméticas, proporcionam à sociedade satisfazer “a necessidade de experimentar em público a explosão de fortes emoções um tipo de excitação que não perturba nem coloca em risco a relativa ordem da vida social, como sucede às excitações de tipo sério” (ELIAS, DUNNING, 1985, p. 112).

Elias e Dunning apresentam uma distinção, uma definição das relações entre o tempo livre e lazer e apresentam uma classificação que ganha o nome de “espectro do tempo livre”. Assim definem:

O espectro do tempo livre é um quadro de classificação que indica os principais tipos de atividades de tempo livre nas nossas sociedades. Com o seu auxílio, podem observar-se rapidamente fatos que estão, com frequência, obscurecidos pela tendência para equacionar o tempo livre enquanto atividades de lazer: algumas atividades de tempo livre têm o caráter de trabalho, ainda que constituam um tipo que se pode distinguir do trabalho profissional; algumas das atividades de tempo livre, mas de modo algum todas, são voluntárias; nem todas são agradáveis e algumas são altamente rotineiras. As características especiais das atividades de lazer só podem ser compreendidas se forem consideradas, não apenas em relação ao trabalho profissional, mas, também, em relação às várias atividades de não lazer, no quadro de tempo livre. Desta maneira, o espectro do tempo livre contribui para dar maior precisão ao problema do lazer. (ELIAS, DUNNING, 1985, p. 149).

O turismo está entre as miscelâneas de atividades de lazer, sejam atividades miméticas e/ou sociáveis. Todas as atividades de lazer são atividades de tempo livre, porém nem todas as atividades de tempo livre são de lazer, há em alguns casos sobreposição e combinação de atributos. Elias e Dunning expandem o debate sobre a afinidade, compatibilidade do tempo livre e as atividades de lazer e mostra que o lazer vai muito além do mundo do trabalho, criando novas reflexões.

[...] A estimulação emocional peculiar e a renovação de energias proporcionada pelas atividades de lazer da categoria mimética, culminando numa tensão agradável, representam um equivalente mais ou menos institucionalizado face ao poder e à uniformidade das restrições emocionais exigidas por todos os tipos de ações intencionais dos indivíduos nas sociedades mais diferenciadas e civilizadas. A agradável excitação-prazer que as pessoas procuram nas suas horas de lazer representa assim, ao

mesmo tempo, o complemento e antítese da tendência habitual perante a banalidade das valências emocionais que se deparam, mas premeditadas rotinas ‘racionais” da vida, enquanto a estrutura das próprias organizações e das instituições miméticas representa a antítese e o complemento das rotinas formalmente impessoais e das instituições orientadas para o trabalho, que deixam pouco espaço às emoções apaixonadas ou às oscilações de disposição. (ELIAS, DUNNING, 1985 p.115-116).

Portanto, uma das funções do turismo e do lazer é a quebra da rotina e a busca de experimentar uma excitação agradável. Embora esteja dentro do tempo não dedicado ao trabalho, o conceito de “espectro do tempo livre” identifica o lazer como uma das atividades de tempo livre. O grau de rotina do tempo livre diferencia as atividades de lazer das demais. O lazer é uma forma permitida de viver com menos restrições e é no turismo que o lazer amplia seu leque de quebra da rotina, gerando tensões agradáveis, novas experiências e novas memórias.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O patrimônio histórico é muito importante na formação da identidade e memória coletiva de uma comunidade e os estudos de casos buscam mostrar essa importância e como o patrimônio faz parte de um entrelaçamento complexo de história, memória, cultura regional, identidade cultural, turismo e inter-relações sociais.

O patrimônio histórico e cultural pode oferecer uma identidade cultural de pertencimento e segurança, sendo uma âncora em um mundo que se transforma rapidamente. O patrimônio pode ser um importante definidor de memória coletiva. Compreender o passado pode ajudar a gerir os problemas do presente e do futuro. A ampliação da visão sobre patrimônio para além das paredes dos edifícios, reconhecendo que o ambiente como um todo é afetado por sua interação com a comunidade, pede uma nova visão das estruturas e locais tratados como patrimônios históricos edificados e museus, já que não são apenas monumentos do passado, mas também construtores de identidades e memórias do presente, parte da cultura da Amazônia e provas materiais do acontecido.

Hoje devemos pensar no patrimônio com um novo olhar, não mais como monumentos isolados para conservação, uma visão voltada somente para

preservação, dirigida somente pelos governos, planejada e gerida sem levar em consideração a opinião e participação das comunidades locais. Devem-se ter novas práticas e objetivos na gestão dos patrimônios, geridos também com objetivos sociais e econômicos, levando em consideração os povos locais, possibilitando gestão com parcerias e envolvimento de vários interessados, considerando a população, e visto também como identidade, cultura, memória em uma perspectiva de turismo cultural.

Compreender a contribuição que os bens do patrimônio podem trazer para a sociedade e para as economias regional e nacional é sem dúvida importante diante da crescente importância atribuída ao uso sustentável e ao compartilhamento dos benefícios do patrimônio. O patrimônio hoje não pode ficar confinado ao papel de conservação passiva do passado, mas sim fornecer também opções, alternativas sociais, culturais e econômicas fornecendo ferramentas e uma nova estrutura que contribuirá para o desenvolvimento das sociedades do futuro.

O turismo no patrimônio, no caso no mercado municipal Adolpho Lisboa, é um mecanismo de inserção social e de promoção da qualidade de vida dos envolvidos e não um instrumento da industrialização e do progresso. Os patrimônios estudados estão associados à noção de lugar e à integração e a participação social. As iniciativas de integração e promoção do patrimônio com o turismo têm de valorizar o exercício da cidadania.

O turismo cultural pode ser visto como parceiro da preservação, como possibilidade de fonte de renda e emprego para as populações envolvidas e ainda como forma de ajudar a manter viva de forma sustentável e social a cultura, memória e a história por trás dos patrimônios históricos. Portanto, os patrimônios são fundamentais para a preservação da memória coletiva, para formação histórica de um povo, criando um sentimento de pertencimento e uma garantia de perpetuação das suas memórias, valorizando a cultura regional e uma nova alternativa de trabalho, renda e desenvolvimento.

O trabalho gera tensões diárias e o turismo e o lazer é fuga da rotina e busca de excitações aproveitadas para gerar outras tensões e permitir de forma controlada maior expressão dos sentimentos. O turismo cultural cria novas excitações, a visita ao patrimônio histórico e ao museu podem gerar tensões e outros sentimentos,

afinal o conhecimento gera prazer, e outras culturas geram curiosidade, estranhamento e até tensão. Mas são ótimas buscas de excitação no lazer.

A pesquisa sobre os patrimônios foi uma mistura de prazer e tensão, aprendizagem e satisfação, curiosidade e admiração, vivência e convivência, estudo e pesquisa, descoberta e confirmação e uma grande experiência, afinal os patrimônios são construtores de conhecimento.

## REFERÊNCIAS

- BARRETTO, Margarita. **Cultura e turismo: discussões contemporâneas**. Campinas: Papyrus, 2007.
- BARRETO, Margarita. **Turismo e legado cultural**. Campinas: Papyrus, 2001.
- BARTHOLLO, Roberto; SAN SOLO, Davis Gruber; BURTSZTYN, Ivan. **Turismo de base comunitária : diversidades de olhares e experiências brasileiras**. (Orgs). MTUR, 2016.
- BIAPÓ, restauros. Disponível em: <http://www.biapo.com.br/> Acesso: 07/ 2017
- BÍGIO, Elias dos Santos. **Cândido Rondon: a integração nacional**. Rio de Janeiro: contraponto: Petrobrás, 2000.
- CHAGAS, Mário. **Educação, museu e patrimônio: Tensão, devoração e adjetivação**. Patrimônio: Revista Eletrônica do IPHAN. Dossiê: Educação Patrimonial, n. 3, jan/fev. 2006. Disponível em: Acesso em: 01 setembro 2016.
- CARDINI, F. **Um sociólogo al Santo Sepolcro**. In: HALBWACHS, M. **Memorie di Terrasanta**. Veneza, Ed. Arsenale, 1988. P. vii-xxiv.
- CARVALHO, Fernanda R. T. Rota do ouro: **Resgate da memória da mineração em Lavras do Sul Através de seu patrimônio arquitetônico urbano**. 2013. 88f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Ufsm, Santa Maria, 2013.
- CAVICHIOILLI, Fernando. **Lazer e Processo Civilizador: Uma reflexão preliminar em Nobert Elias**. Revista Paranaense de Educação Física. Vol 1, n. 1 Maio, 2000
- CLTEMTA, 1916. Publicação n°. 1.
- CLTEMTA, 1919. Publicação n°. 68. AMI.
- CHOAY, Françoise. **L'allégorie du patrimoine**. Paris: Seuil, 1992.
- CORBO, Priscila. **Memória, cultura material e a preservação do patrimônio cultural**. São Paulo: 2017
- DE LA TORRE, O. **El turismo, fenómeno social**. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.
- DEMO, Pedro. **Avaliação qualitativa**. São Paulo: Cortez, 1991.
- DIACON, Todd A. **Rondon: o marechal da floresta**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

DICK, José Van. **Memory matters in the digital age. In: Mediated Memories in the digital age.** California: Stanford University Press, 2007. p. 27-52.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador.** Rio de Janeiro. Zahar. 1994

ELIAS, Norbert & DUNNING, Eric. **A busca da excitação.** Lisboa: Difel, 1985.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da Política Federal de preservação no Brasil.** Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997, p. 36

FONSECA, M.L. Patrimônio, turismo e desenvolvimento local. In; RODRIGUES, A.B. **Turismo Rural: práticas e perspectivas.** São Paulo-SP: Ed. Contexto, 2001

FUNARI, P. P. A. (Org.). **Arqueologia histórica e cultura material.** Campinas: Unicamp, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1998.

FUNARI, P. P.; PELEGRINI, S. C. A. **Patrimônio Histórico e Cultural.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

Gestão do Patrimônio Mundial cultural. – Brasília : UNESCO Brasil, IPHAN, 2016. 163 p. Il. – (Manual de referência do patrimônio mundial).

GOMES, Mariana Elias. **Patrimônio Cultural e Turismo: um estudo de caso sobre a relação entre o órgão Arp Schinitger e a população local de Mariana, MG .** 2007

ICOMOS. International Council on Monuments and Sites. **Carta para interpretação e apresentação de sítios de patrimônio cultural.** Quebec, 2008. Disponível em: <<http://www.international.icomos.org/quebec2008/charters/interpretation/>>. pdf/GA16\_Charter\_Interpretation\_20081004\_ES.pdf>. Acesso em: 17 Dezembro 2017.

IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/>. Acesso: 07/2017

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Vértice, 1990.

HALBWACHS, Maurice. **Memorie di Terrasanta.** Trad. De Marta Cardini. Veneza, Ed. Arsenale, 1988. Tradução de: La topographie légendaire des Evangiles em Terre Sainte.

HARTOG, François. **Regimes de Historicidade: presentismo e experiências do tempo.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização: Problemas Teóricos de Restauro.** Cotia, SP: Ateliê, 2008

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** 2ª ed. São Paulo: Unicamp, 1992.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** 5ª ed. São Paulo: Unicamp, 2003.

LEITE, Maria Isabel. **Crianças, velhos e museu: memória e descoberta.** Caderno Cedes. Vol. 26, n. 68, p. 7485, São Paulo: Unicamp, 2006.

LEONG, Leyla Martins. Mercado Adolpho Lisboa, Manaus – 1883. In: **MERCADOS de ferro do Brasil, aromas e sabores.** Brasília, DF: Instituto Terceiro setor, 2011. P. 51-71.

LEMOS, C. A. C. **O que é patrimônio histórico.** São Paulo: Brasiliense. 1981.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes Trópicos.** Lisboa: Edições 70, 1979. p.267

LIMA, Tania Andrade. **Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais.** In: Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 6, n. 1, p. 11-23, jan./abr. 2011.

Manauscult. Disponível em: <http://manauscult.manaus.am.gov.br/>. Acesso: 07/2017

MATOS, Gláucio Campos Gomes de. **Ethos e figurações na hinterlândia Amazônia.** Manaus: Editora Valer/Fapeam, 2015

MENDONÇA, Roberto. **Administração do coronel Lisboa.** Manaus: Muiraquitã, 2008

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. **Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. Estudos Históricos,** Rio de Janeiro, v.11, n.21, 1998.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento.** São Paulo: Hucitec, 1993.

MOESCH, Marutschka. **A produção do saber turístico.** São Paulo: Contexto, 2000.

MOLETTA, V.F. **Turismo cultural.** 3. ed. Porto Alegre: Sebrae, RS 2001.

MOREL, Cristina Massadar Almanaque Histórico Rondon: **a construção do Brasil e a causa indígena.** / Cristina Massadar Morel e Marco Morel Brasília : Abravideo, 2009. Suplemento: guia do professor

MTUR. MINISTÉRIO DO TURISMO (BRASIL). (2006). **Marcos Conceituais do Turismo.** Disponível em: <[http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/Marcos\\_Conceituais.pdf](http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Marcos_Conceituais.pdf)>. Acesso em: 08/06/2017.

Murta, S. M; Albano, C. (2002) **Interpretação, Preservação e Turismo: uma introdução.** In Murta, S. M; Albano, C (org.) **"Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar."** UFMG, Belo Horizonte.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares.** São Paulo: Projeto História, 1993.



PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio cultural: consciência e preservação**. São Paulo: Brasiliense, 2009.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O imaginário da Cidade – visões literários do urbano, Paris, Rio de Janeiro e Porto Alegre**. 2 ed. Editora Universidade UFRJ, Porto Alegre, 2002.

Prefeitura de Ji-Paraná. Disponível em: <http://www.ji-parana.ro.gov.br>. Acesso: 07/2017

PRONI, Marcelo Weishaupt. **A teoria do lazer de Elias e Duning**. In: Coletânea VI Simpósio Internacional Processo Civilizador: história, educação e cultura. Assis, UNESP- Faculdade de Ciências e Letras. 375p.

Revista de Antropologia, 1958 Vol. 6.º, N. 2, p. 98

Revista de Antropologia, 1958 Vol. 6.º, N. 2, p. 97

ROQUETTE-PINTO, Edgar. **Rondônia**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1975.

OJEDA, Janine. **Homem e realidade: o processo embrionário da criação dos museus**. Disponível em: <[http://www.revitamuseu.com.com.br/artigos/art\\_.asp?id=11111](http://www.revitamuseu.com.com.br/artigos/art_.asp?id=11111)>. Acesso em: 12 novembro 2017.

REIS, Fábio José Garcia dos. **Patrimônio cultural: revitalização e utilização**. 2003.

SCHMIDT, Maria L.S; MAHFOUD, Miguel. Halbwegs: **Memória coletiva e experiência**. Psicologia USP, São Paulo, v.4 n.1/2, p. 285 – 298, 1993.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1992.